





SHIS QI 5 – Conjunto 2 – Casa 2 – Lago Sul – Brasília, DF  
CEP 71.615-020  
Telefones: (61) 3365-4099 – (61) 3365-5279

**DIRETORIA EXECUTIVA**

Carlos Siqueira  
*Presidente*

Vivaldo Vieira Barbosa  
*Diretor de Cursos*

Jocelino Francisco Menezes  
*Diretor de Assessoria*

Milton Coelho da Silva Neto  
*Diretor Administrativo*

Renato Xavier Thiebaut  
*Diretor Financeiro*

**CONSELHO FISCAL**

**Titulares**

Cacilda de Oliveira Chequer  
Ana Lúcia de Faria Nogueira  
Gerson Bento da Silva Filho

**Suplentes**

Marcos José Mota Cerqueira  
Dalton Rosa Freitas

**CONSELHO CURADOR**

**Membros Eleitos**

Roberto Átila Amaral Vieira  
Carlos Siqueira  
Deputada Luiza Erundina de Souza  
Serafim Fernandes Corrêa  
Dalvino Troccoli Franca  
Kátia Born Ribeiro  
Álvaro Cabral  
Adilson Gomes da Silva  
Eliane Novais Eleutério Teixeira  
Paulo Afonso Bracarense Costa  
Manoel Antônio Vieira Alexandre  
Joilson Cardoso  
Bruno da Mata e Souza Carvalho  
James Lewis Gorman Júnior  
Silvânio Medeiros dos Santos  
Francisco de Assis Cortéz Gomes  
Gabriel Maia Gelpke

**Suplentes**

Jairon Alcir Santos do Nascimento  
Paulo Blanco Barroso  
Felipe Rocha Martins  
Henrique José A. de Carvalho  
Lygia Ribeiro Pacheco di Moura

## **O PACTO PELA VIDA DE EDUARDO CAMPOS**

*A história do programa que tirou Pernambuco do topo  
da lista de estados mais violentos do País*

*Raimundo Rodrigues Pereira*

1ª edição

Brasília/DF  
Fundação João Mangabeira  
2014

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Pereira, Raimundo Rodrigues

O Pacto Pela Vida de Eduardo Campos : a história do programa que tirou Pernambuco do topo da lista de estados mais violentos do País / Raimundo Rodrigues Pereira. -- 1. ed. -- Brasília : Fundação João Mangabeira, 2014.

1. Campos, Eduardo Henrique Accioly, 1965-2014  
2. Pernambuco - Política e governo 3. Políticos - Brasil - Biografia 4. Programa Pacto Pela Vida (Brasil) I. Título.

14-12144

CDD-320.981

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Campos, Eduardo : Brasil : Política e governo 320.981

**PRODUÇÃO EDITORIAL**

**manifesto**  
E D I T O R A

**PREPARAÇÃO E REVISÃO** Sílvia Lourenço [OK Linguística]  
**EDITORAÇÃO ELETRÔNICA** Pedro Ivo Sartori

**EDITORA MANIFESTO S/A**

Praça da República, 270 — conj. 108

CEP 01045-000 — São Paulo/SP

Tel.: (11) 3814-9030

[www.editoramanifesto.com.br](http://www.editoramanifesto.com.br)

[administracao.sp@retratodobrasil.com.br](mailto:administracao.sp@retratodobrasil.com.br)

## SUMÁRIO

**Apresentação** \_\_\_\_\_ p.9

### **Primeira parte**

1 A conta dos mortos \_\_\_\_\_ p.17

2 As estatísticas de Sauret \_\_\_\_\_ p.25

3 O método de Ratton \_\_\_\_\_ p.35

4 Os gestores do Pacto \_\_\_\_\_ p.45

5 As novas polícias \_\_\_\_\_ p.55

6 Os limites do Pacto \_\_\_\_\_ p.73

7 Os meninos de Campos \_\_\_\_\_ p.101

### **Segunda parte**

O espetacular resultado do Pacto \_\_\_\_\_ p.112

O desafio do PE Body Count \_\_\_\_\_ p.114

Ok, você venceu \_\_\_\_\_ p.115

A limpeza da área policial \_\_\_\_\_ p.116

O dia da aprovação dos programas \_\_\_\_\_ p.118

Uma reunião do CGPPV \_\_\_\_\_ p.120

O primeiro ano do PPV de Recife \_\_\_\_\_ p.122

PPV e UPPs, qual o modelo? \_\_\_\_\_ p.124

O PPV conhecido e premiado \_\_\_\_\_ p.126

Um grande problema, uma grande inovação \_\_\_\_\_ p.128

Uma ação social de amplo espectro \_\_\_\_\_ p.130

Uma nova Polícia Militar? \_\_\_\_\_ p.132

### **Terceira parte**

O cerco da Serra da Misericórdia \_\_\_\_\_ p.137

No Alemão ficou o medo \_\_\_\_\_ p.149

As guerras do Alemão \_\_\_\_\_ p.163



## Apresentação

*A morte de qualquer ser humano me diminui,  
porque eu sou parte da humanidade.  
Portanto, nunca procure saber por quem os sinos doam;  
eles doam por ti.*  
(Trecho da 17ª Meditação, de John Donne,  
poeta e metafísico inglês do século XVII)

É 3 de julho de 2014 e estamos na rua Aurora, às margens do rio Capibaribe, no primeiro andar da Secretaria de Planejamento e Gestão do governo do Estado de Pernambuco, na sala especial do Comitê Gestor do Pacto Pela Vida (CGPPV), uma sigla a ser usada frequentemente neste livro. É uma sala de cerca de 120 metros quadrados, no centro da qual fica uma mesa enorme, na forma de ferradura, para 31 pessoas, entre as quais o governador do estado.

Hoje, o governador João Lyra não está. Ele, como fazia seu antecessor e criador do PPV, Eduardo Campos, ocupa a cabeceira da mesa e a presidência dos trabalhos de avaliação do cumprimento das metas do plano uma vez por mês. Na sua ausência, nas outras reuniões semanais do plano, como a de agora, a reunião é dirigida pelo secretário de Planejamento do governo, Frederico Amâncio.

A reunião está se encerrando. Começou às nove e já passa do meio-dia. Não foi uma reunião fácil. O Pacto está em dificuldades. Há quatro meses as metas não estão sendo cumpridas. De março a junho, o número dos chamados Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), escolhido como o principal indicador do nível de criminalidade, não só não foi reduzido, na proporção de 12% ao ano, como é o objetivo definido no CGPPV, no início do Pacto em maio de 2007, como cresceu. No semestre encerrado a 30 de junho, foram 8,3% de CVLIs a mais do que os ocorridos no primeiro semestre de 2013.

Nas várias avaliações feitas na parte final da reunião de hoje, procurava-se interpretar os crimes ocorridos, o que havia sido feito para combatê-los ou preveni-los e o que poderia ser feito para reduzi-los no semestre que se inicia. O secretário Amâncio diz que vai gravar a fala do coronel Rosemario Barros, comandante da Polícia Militar para a área denominada Interior 2, a do sertão de Pernambuco, de fronteiras com Ceará, Piauí e Bahia. A Interior 2 tem sede em Petrolina, às margens do São Francisco. O coronel Barros veio de lá para a reunião e tem boas notícias. Mostrou que, ao contrário das tendências mais amplas do Estado, na sua área se tinha conseguido reduzir os CVLIs em junho, embora os índices já estivessem muito baixos em virtude das sucessivas reduções anteriores. E concluiu com a frase que Amâncio quer ver gravada, para ser lembrada por todos: “Mesmo com a morte de uma só pessoa a gente não está contente.”

Mas Barros pede espaço para falar algo mais específico e que comove a todos. Na madrugada do dia anterior, uma quadrilha estimada em 20 bandidos invadiu o centro urbano de Irajá, cidade situada no extremo sudeste da área sob seu comando, e explodiu as portas de entrada dos caixas eletrônicos do Banco do Brasil e do Bradesco. Dois policiais militares, o soldado Luiz Alves e o sargento Anderson Souza, tentaram enfrentar os assaltantes e foram com uma viatura até o local. Quando chegaram a 300 metros da ocorrência, diz Barros, foram emboscados. Os bandidos tinham fuzis. Alves, de 40 anos, foi baleado nas pernas e nas costas e chegou com vida ao Hospital da Polícia Militar em Recife, onde está internado. O sargento Souza, 32 anos, na PM desde os 23, promovido há um ano, morreu. Deixou mulher e três filhos.

Os jornais do dia em Pernambuco destacam o fato. Souza tinha um colete à prova de balas e, segundo os dados iniciais da PM, um dos tiros que recebeu, pela frente, foi contido. Mas os bandidos atiraram também nas costas de Souza. Surge a dúvida: um colete melhor não o teria salvo? O secretário de Defesa Social, Alessandro

Mattos, um dos dirigentes da reunião, ao lado de Amâncio, na cabeceira da mesa, intervém. Ele comanda a PM e a Polícia Civil. É delegado da Polícia Federal, baiano, mas viveu 14 anos em Pernambuco, boa parte desse tempo no sertão. Ele diz que atualmente é praticamente impossível um policial usar coletes à prova de tiro de fuzil que protejam, ao mesmo tempo, o peito e as costas. Isso porque as placas de proteção são de cerâmica, pesadas, e não dá para carregar uma na frente e outra atrás, simultaneamente. Diz que vai ao enterro de Souza, à tarde, em Recife. E que a secretaria o promoverá, post mortem, por ato de bravura no cumprimento do dever. O comandante Barros o felicita e conclui: “Vamos enterrar nosso companheiro. Quando um PM se forma, o juramento é enfrentar o perigo com risco da própria vida. Se for preciso, a gente morre.”

O Pacto pela Vida é, com certeza, o principal programa de combate à violência letal intencional contra a pessoa no País. Seu objetivo é simples: prevenir, tentar evitar, de maneira continuada e progressiva, o número de CVLIs. O Brasil é um dos campeões mundiais nessa categoria de crimes. Tomando-se como referência os anos de 2001 a 2012, o País melhorou bastante em vários indicadores sociais: o analfabetismo entre a população de mais de 15 anos caiu de 12,4% para 8,7%; a renda per capita, em dólares, em termos de paridade do poder de compra, foi de 7.100 para 12.100 dólares. Mas o número de CVLIs, para cada 100 mil habitantes, entre 2001 e 2011, se manteve oscilante entre 24 e 28 mortes, a despeito de um plano federal de combate à criminalidade, o Programa Nacional de Segurança Pública e Cidadania (Pronasci), deflagrado poucos meses depois do PPV, em agosto de 2007. Pior: em 2012, segundo o Instituto Sangari, organização não governamental que trabalha com os dados mais atualizados do Ministério da Justiça para todos os estados brasileiros, o índice nacional de CVLIs subiu para 29 mortes por 100 mil habitantes. É um índice quase cinco vezes maior que os disponíveis para a criminalidade média global e quase dez vezes os de Europa e Ásia. Para se ter outra comparação,

basta ver que a Organização das Nações Unidas (ONU) considera que um índice de dez mortos por 100 mil habitantes indica estar instalada no país uma “epidemia de criminalidade”.

A redução de CVLIs no estado de Pernambuco, de 2007 a 2013, graças ao PPV, é extraordinária: de 52 para 34 mortes por cem mil habitantes no estado, uma redução de 25,6%, enquanto em todos os outros estados do Nordeste, para o mesmo índice, a criminalidade subiu – aproximadamente 1% no Piauí, o segundo estado com melhor indicador na região, 34,8% em Alagoas, 50% no Ceará, 53,7% no Maranhão e 64,4% na Bahia, por exemplo. Quando o PPV começou, o índice da criminalidade letal intencional estava muito acima da média nacional em Pernambuco e em torno da média no restante do Nordeste. Com o PPV, essa situação se inverteu: o índice de CVLIs de Pernambuco mergulhou em direção à média nacional, enquanto o índice médio para os demais estados nordestinos disparou para bem acima da média nacional.

O sucesso da política de segurança deflagrada pelo governador Campos pode ser medido ainda de outra forma. Segundo o professor Paulo Sérgio Pinheiro, da Universidade de São Paulo, especialista no estudo da violência e que foi embaixador da ONU para o sangrento conflito atualmente em curso na Síria, as polícias dos grandes estados brasileiros sofrem de uma espécie de esquizofrenia: são das que mais matam no mundo. De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, entidade não governamental de especialistas e gestores de segurança pública no País, em 2012 foram mortos por policiais em serviço 1.890 pessoas, uma média de cinco por dia, um número assombroso, quando comparado, por exemplo, com as polícias dos EUA, um país bem mais populoso que o nosso e no qual, no mesmo tipo de confronto, no mesmo ano, foram mortas 440 pessoas. A polícia de Pernambuco, no entanto, graças ao Pacto pela Vida, é a que menos mata no País. Como diz Osvaldo Morais, o chefe da polícia: “Antes, prendíamos para

investigar. Hoje, investigamos para prender. Deixamos de chutar a porta dos pobres, passamos a atendê-los.” Ou, como diz outro personagem da história que se conta neste livro, o coronel José Lopes, comandante da Polícia Militar de Pernambuco nos primeiros anos do PPV: “Era preciso acabar com a polícia que entrava nos bairros pobres chutando os cachorros, mandando as pessoas abrirem as pernas para serem revistas e que, quando saía, deixava todo mundo revoltado.”

Este livro foi produzido pela Editora Manifesto para a Fundação João Mangabeira. Está dividido em três partes. A primeira tem sete capítulos e foi redigida neste mês de julho de 2014, a partir de algumas dezenas de entrevistas e reportagens feitas nos sete anos de 2008 até agora. A segunda é um suplemento de dados estatísticos e fotos do PPV. A terceira tem três artigos escritos no final de 2010 e início de 2011. E é uma espécie de contraexemplo: trata da implantação, no Rio de Janeiro, da política das UPPs, Unidades de Polícia Pacificadora, feita com a ocupação do chamado Complexo do Alemão, com base numa intervenção militar das Forças Armadas brasileiras.

Raimundo Rodrigues Pereira



## **Primeira parte**



## Capítulo I

# A conta dos mortos

**O** segundo mandato de Jarbas Vasconcelos como governador de Pernambuco terminou no dia 31 de março de 2006, quando ele deixou o posto para disputar o de senador pelo estado, cargo que ocupa até agora. No passado, Jarbas tinha conseguido fama como político do chamado “grupo autêntico” do PMDB, de luta intransigente contra a ditadura militar imposta ao País nos anos 1964-1984. Com a redemocratização, fora prefeito de Recife duas vezes. Quando deixou o cargo de governador para o qual tinha sido reeleito,

seu governo enfrentava diversos problemas, sendo o mais destacado deles o da segurança. Jarbas tinha nomeado quatro secretários de Defesa Social, pasta que criara para unificar os esforços das polícias civil e militar e combater a criminalidade. Mas não conseguiu reduzir o nível de homicídios no estado, um dos mais altos do País: nos seus sete anos e três meses de governo tinham sido mortas mais de 4 mil pessoas por ano, um total de 31 mil assassinatos. E o número continuava crescendo: no ano anterior o número de CVLIs tinha aumentado em mais 200 pessoas em relação a 2004.

Para fazer um balanço do governo Jarbas nessa área, logo que ele deixou o cargo, cinco jornalistas do *Jornal do Commercio* de Recife, o de maior prestígio no estado, entrevistaram os secretários de Defesa Social, João Braga, de Justiça e Direitos Humanos, Elias Gomes, e de Desenvolvimento Social e Cidadania, Lygia Leite. Mantidos no cargo por Mendonça Filho, sucessor de Jarbas, os três tinham sido os responsáveis por organizar o Pacto Metropolitano, cuja ideia básica era promover uma articulação entre repressão e ações sociais através de esforços combinados das secretarias de governo e das entidades sociais. As entrevistas duraram mais de três horas e a conclusão dos jornalistas foi a de que “não foi possível identificar uma área sequer, na Grande Recife, com ações nas quais repressão policial e programas sociais caminhassem juntos”. Os jornalistas chegam a

sugerir que o governador não queria os problemas da segurança “no colo dele” e que essa era a razão de o secretário de Defesa Social ter sido tão exposto à crítica pela opinião pública. Braga não admite isso, mas também não nega. Diz: “Eu não sei. Realmente, quando eu assumo as coisas, assumo por inteiro. Eu sabia que, quando Jarbas me chamou para assumir a SDS, ia passar os piores momentos de minha vida, em termos de imprensa, de exposição negativa. É natural.” Os jornalistas insistem: “Houve uma couraça do governo para que as críticas caíssem sempre no senhor, para não respingar no governador?” Braga responde: “Sei não. Essa avaliação quem está fazendo são vocês.” “Jarbas fazia como todo governador costumava fazer. Não se envolvia diretamente, deixava para o secretário a questão da segurança”, diz o jornalista Eduardo Machado, que era do *Jornal do Comercio* na época.

E a segurança caíra na boca do povo. Henrique Leite, hoje vereador do Partido dos Trabalhadores por Recife, foi comissário de polícia no governo Jarbas e esteve 16 anos na direção do sindicato de policiais de Pernambuco. Segundo ele, o sindicato contestava as estatísticas oficiais da criminalidade no estado: “O governo tinha investido muito em equipamentos, mas os serviços de segurança continuavam muito ruins”. Os sindicalistas da polícia passavam para os jornalistas números diferentes dos oficiais. E mesmo os jornalistas faziam suas próprias investigações. O caso mais famoso desse tipo de trabalho é

o do “PE Body Count”, uma espécie de organização não governamental, com uma equipe de quatro jornalistas – Eduardo Machado, Rodrigo Carvalho, Carlos Eduardo Santos e João Valadares – e alguns colaboradores, dedicada, como o nome em inglês sugere, à contagem dos corpos em Pernambuco. No caso, à contagem dos mortos pela violência da criminalidade no estado.

O grupo, que existiu de maio de 2007 a setembro de 2010, ficou famoso por sua criatividade. Durante um mês após seu lançamento, a equipe ia aos locais dos homicídios na região metropolitana de Recife com um boneco de pano com forma humana. Desenhava os contornos do cadáver no chão com tinta vermelha e, por cima, com tinta branca, escrevia: “Basta”. Com a ajuda de setores da igreja local, eles conseguiram que padres lessem a lista dos mortos antes de seus sermões semanais. Com apoio de alguns empresários, levantaram recursos para construir um mostrador eletrônico num local destacado de Recife, onde se podia ler a contagem dos mortos. De outra feita, montaram um cemitério de 1.714 cruzeiros na praia de Boa Viagem, a mais famosa da cidade, com uma faixa voltada para os passantes no calçadão da avenida. A faixa dizia em letras maiúsculas: “1.714 MORTOS DE JANEIRO A ABRIL DE 2007. A SOCIEDADE NÃO AGUENTA MAIS”. O próprio secretário de Defesa Social de então, Romero Meneses, já nomeado pelo novo governador, Eduardo Campos,

aprovou a manifestação: “A sociedade que não se manifesta com esses índices [de criminalidade] está fora da realidade humana.” Meneses ainda corrigiu, para mais, os números do PE Body Count: incluindo o mês de maio, para os quais a secretaria já tinha os dados, disse ele, seriam 2.097 mortos.

O sucesso do trabalho dos quatro jornalistas ocorreu mais ou menos na mesma época do lançamento do Pacto Pela Vida. Machado, um deles, diz que se pode datar o início da conta dos mortos com a publicação de uma lista de 56 assassinatos ocorridos num fim de semana em Recife em maio de 2007. “O *Jornal Nacional*, da Rede Globo, tinha noticiado a morte de 34 pessoas no conflito da Palestina, no Oriente Médio. Com a lista de 56 mortos em Pernambuco, nós nascemos. Ainda mais porque ela teve grande repercussão. A Secretaria de Defesa Social contestou nossa lista. Ela teria quatro crimes a mais: um que teria morrido de choque elétrico, outro, por afogamento, um terceiro, seria uma contagem dupla de um mesmo morto e um quarto, que teria sido atropelado.” Machado conta que ele e seus companheiros avaliaram que uma diferença de quatro era muito e os desmoralizaria. E partiram então para checar seus dados, nas próprias delegacias onde os crimes tinham sido registrados. Verificaram que uma das correções feita pela SDS era correta: de fato havia uma contagem dupla, de um mesmo morto com dois nomes muito próximos. Mas, nos outros, eles estavam

certos e a SDS, errada: em Rio Formoso, município a 88 quilômetros de Recife, a pessoa tinha sido morta a tiros, e não por choque elétrico, como dizia a lista oficial; em Palmares, na chamada Mata Sul do estado, o suposto afogado da secretaria era, de fato, um assassinado a facadas; e, por último, o que a secretaria dizia como atropelado, em Jaboatão dos Guararapes, na região metropolitana de Recife, fora, de verdade, morto com três tiros.

Essa história foi a manchete do blog do PE Body Count no dia 28 de maio de 2007 e virou destaque na internet, em parte por seu título de um humor negro espetacular: “Atropelado com três tiros”. Dizia o blog: “A 19 de maio de 2007, José Carlos da Silva Santos, 29 anos, tinha sido morto com três tiros em Marcos Freire, [bairro de] Jaboatão dos Guararapes. A secretaria da Defesa Social dizia sobre o crime contestando a lista de mortos divulgada pelo PE Body Count na semana passada: ‘A vítima enumerada na lista com o número 09, José Carlos Santos, em Jaboatão, foi vítima de acidente de trânsito’. Nos arquivos oficiais, Carlinhos, como era conhecido, aparece como vítima de acidente de trânsito. Procurados pelo PE Body Count, familiares e vizinhos rebateram a versão da SDS. ‘Meu irmão foi assassinado. Fui ao local do crime, fiquei até o IML (Instituto Médico Legal) chegar’, afirmou uma das irmãs de José Carlos, a doméstica Janaína Maria dos Santos, 25. Ela assegura que o irmão foi alvejado com três tiros na cabeça. Dois atingiram a nuca e um,

o rosto. O crime aconteceu às 10 horas do sábado, 19, na Avenida Vidal de Negreiros, uma das vias mais movimentadas no conjunto residencial Marcos Freire, em Jaboatão dos Guararapes. O morto era um presidiário e vivia de bicos na época do crime.”

O PE Body Count, até seu encerramento em 2010, continuou fazendo marcação corpo a corpo nas estatísticas oficiais do novo governo. Era costume abrir o espaço do blog para queixas e comentários dos parentes dos mortos. Numa das vezes, um médico e sua mulher, cujo filho, Igor, acabara de ser assassinado, dirigiu uma carta ao governador Eduardo Campos que, à época, tinha quatro filhos adolescentes (hoje são cinco – no primeiro semestre de 2014 nasceu Miguel): “Proteja bem seus filhos, para não sentir um dia a nossa indescritível dor [...] E não se esqueça de incluir Igor nas suas estatísticas oficiais”.

Eduardo Machado, 37 anos – como se disse, um dos principais jornalistas do blog, repórter especial do *Jornal do Commercio* de 1999 a 2012, detentor de prêmios de jornalismo nacionais, como o Esso e o Wladimir Herzog, os dois mais famosos –, mudou de lado. Hoje é subsecretário de segurança da prefeitura de Recife. Em meados de 2014 levou o repórter da Editora Manifesto para assistir à coletiva de imprensa com seu chefe, o secretário de Segurança da prefeitura, Murilo Cavalcanti, o vice-prefeito da cidade, Luciano Siqueira (PCdoB), e o hoje prefeito Geraldo Júlio (PSB), que por um bom tempo foi

secretário do Planejamento de Pernambuco e coordenador do CGPPV. A reunião com a imprensa era para divulgar o fato de que em 2013, com a entrada da prefeitura no esforço para reduzir a criminalidade na cidade, a redução do número de assassinatos no Recife tinha puxado a taxa de CVLIs na cidade para níveis de 30 anos atrás, e a capital pernambucana, com isso, tinha deixado de ser a mais violenta do País, como era em 2006, para ser uma das três com maior nível de segurança.

Machado acha que a criação do PPV foi uma decisão muito corajosa, porque os governadores, de fato, jogam esse problema para os seus secretários de segurança. Ela foi também, diz Machado, a melhor decisão política da vida de Eduardo Campos. De certo modo Machado contribuiu para o sucesso do PPV. Com a matéria “Atropelado por três tiros”, o governo de Campos afastou do cargo a funcionária encarregada das estatísticas oficiais. Para o lugar dela foi nomeado, por indicação do sociólogo mineiro José Luiz Ratton, professor na Universidade Federal de Pernambuco, 42 anos, assessor do governador Campos na área de segurança, um catalão que tinha feito mestrado sobre a epidemiologia criminal também na UFP, Gerard Sauret. A participação de Sauret e Ratton mostra como o governo estruturou o PPV em bases modernas, científicas. Esse é o tema de nossos dois capítulos seguintes.

## Capítulo 2

# As estatísticas de Sauret

**G**erard Sauret, 38 anos, espanhol de Barcelona, estava em Recife já há quatro anos quando o Pacto pela Vida foi lançado pelo governador recém-eleito. Era sociólogo, tinha feito um mestrado em saúde coletiva, especificamente sobre a epidemiologia da violência e fazia parte do grupo liderado por José Luiz Ratton, quando este foi nomeado assessor especial do governador, logo após a instalação do governo. Ratton organizou os debates entre acadêmicos e estudiosos da segurança pública em geral, secretários e outras pessoas

do governo escaladas para pastas relacionadas com as questões de repressão e prevenção da violência e colocou Sauret numa das câmaras temáticas criadas para sistematizar o debate. São de Sauret as primeiras 50 páginas do documento básico que consolidou as linhas gerais do PPV. Nelas, ele trata especialmente da necessidade de ter dados estatísticos precisos sobre a criminalidade para poder estudá-la e combatê-la cientificamente. Hoje, meados de 2014, Sauret avalia que o incidente descrito no final do capítulo anterior, o afastamento da funcionária que dirigia a Gerência de Análises Criminais e Estatísticas (Gace) após a publicação do artigo “Atropelado por três tiros”, que contestava de maneira acachapante o relato oficial sobre um homicídio, acabou resultando numa etapa nova de sua vida. Com a indicação de Ratton, o secretário de Defesa Social Romero Meneses o nomeou para o posto da funcionária demitida e, de acadêmico estudioso da epidemia de violência, Sauret tornou-se o principal funcionário da administração pública de Pernambuco encarregado de organizar as estatísticas da criminalidade, para conhecê-la com precisão e combatê-la.

O PPV escolheu um indicador estatístico, o índice de CVLIs por 100 mil habitantes, como o principal medidor da criminalidade. Fixou também uma meta: reduzir esse índice à base de 12% ao ano. “Eu percebi a importância da tarefa recebida. Corri atrás de bases estatísticas. Aprendi e cresci muito

profissionalmente. Trabalhei para dar rigor científico às informações”, diz. Recentemente Sauret organizou o livro *Estatísticas pela vida: a coleta e a análise de informações criminais como instrumentos de enfrentamento da violência letal* (Edições Bagaço, 2012). Composto basicamente por artigos seus, ou escrito por ele juntamente com colaboradores, o livro abre com um poema de João Cabral de Melo Neto que conta “a relação da viagem que faz o Capibaribe, de sua nascente à cidade de Recife”. Um de seus trechos toca no ofício de Sauret:

“Desta capital podre,  
só as estatísticas dão notícia,  
ao medir a sua morte,  
pois não há o que medir em sua vida”.

A escolha do CVLI como indicador básico da violência tem importância social e política e não foi uma invenção do Pacto pela Vida, diz Sauret. Veio da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), do Ministério da Justiça – órgão criado em 1998 no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso para dar alguma unidade às orientações das secretarias estaduais de segurança pública. O CVLI é um dos cinco Indicadores Criminais Agregados definidos pela Senasp – os outros quatro são o de Crimes Violentos Não Letais contra a Pessoa, os Crimes Violentos contra o Patrimônio, os Delitos de Trânsito e os Delitos Envolvendo Drogas. Na categoria CVLI para a Senasp estão: os homicídios dolosos, ou

seja, intencionais; os latrocínios, que são os roubos seguidos de morte; e as lesões corporais seguidas de morte. A primeira divulgação de estatísticas nacionais de criminalidade foi feita em 2006, no período do debate eleitoral, por um órgão da Senasp, o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas (Sinesp), e recebeu diversas críticas dos governadores com relação aos critérios adotados. O Sinesp, diz Sauret, baseia-se nos dados do Datasus, encarregado das estatísticas do Ministério da Saúde, que trabalha com os relatórios das necrópsias, que são atribuição dos institutos médicos legais dos estados. Muitos estados divulgam suas informações criminais pela polícia civil ou pela polícia militar. Nem todos seguem as recomendações da Senasp. O estado de São Paulo, por exemplo, contabiliza, no seu indicador principal de criminalidade, o número de ocorrências com CVLIs. O pesquisador interessado também encontra nas estatísticas de São Paulo o número de mortos em cada uma dessas ocorrências. Mas, ao divulgar o índice de ocorrências com CVLIs – e não o número de CVLIs – por 100 mil habitantes o estado subtrai do seu indicador principal uns tantos pontos percentuais, pois é notório que há muitas ocorrências com mais de um morto. Até recentemente, muitos estados não incluíam os mortos em confronto com a polícia como CVLIs, pelo fato de, nesses casos, desde que os policiais tenham agido em legítima defesa ou por qualquer outra causa justa, não serem passíveis

de enquadramento no artigo 121 do Código Penal, que estabelece as penas para esses crimes.

O fato de as polícias brasileiras serem das que mais matam no mundo, como já se viu, fez com que essas estatísticas se transformassem em foco de polêmica e acabassem exigindo medidas dos órgãos federais, apesar de muitas delas terem pouco resultado prático em função do pouco poder que a Senasp tem sobre as polícias estaduais. Sauret mostra, para ilustrar essa conclusão, a “Resolução número 8”, de 20 de dezembro de 2012, do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, assinada pela secretaria de Direitos Humanos do governo federal, Maria do Rosário, dispondo “sobre a abolição de designações genéricas como ‘autos de resistência’ e ‘resistência seguida de morte’, em registros policiais, boletins de ocorrência, inquéritos policiais e notícias de crimes”. A Resolução 8 foi justificada com várias considerações. Uma delas: não existe na legislação brasileira nenhuma razão para excluir da categoria de homicídio a “resistência seguida de morte”, frequentemente documentada por “auto de resistência”. No caso, diz a resolução, “o registro do evento deve ser como homicídio decorrente de intervenção policial e, no curso da investigação deve-se verificar se houve ou não resistência”. Outra consideração da secretária de Direitos Humanos na resolução: recomendações no mesmo sentido, de abolir os chamados “autos de resistência”, já haviam sido feitas em 2009, no Plano

Nacional de Direitos Humanos, e, em outubro de 2011, pela CIDH-OEA, a Comissão Internacional de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos. Esta entidade foi enfática: recomendou ao governo brasileiro “a eliminação imediata dos registros de morte pela polícia por meio de autos de resistência”.

Esses autos ganharam tão má fama que, recentemente, a polícia de São Paulo foi proibida por resolução do secretário de Segurança Pública do estado de fazer o resgate e o socorro das vítimas de homicídio. A decisão foi motivada pelo fato de muitas vezes ao socorrer vítimas atingidas por eles próprios, os policiais completavam o “serviço” matando-as. A resolução do governo paulista durou pouco: logo se percebeu que os policiais poderiam, ao não socorrer as vítimas, ser enquadrados no crime de omissão de socorro, e ela foi revogada. “Pernambuco não teve medidas desse tipo”, diz Sauret, “porque aqui as coisas foram melhor resolvidas antes”.

Além desses problemas mais gerais que cercam as estatísticas de criminalidade, o trabalho tem dificuldades técnicas específicas que precisam ser compreendidas e equacionadas. O crime é cometido sob diversas circunstâncias e investigado por várias instituições. O corpo pode ser achado no local do crime, o que ocorre em três quartos dos casos, ou não. O criminoso, na maioria das vezes, não se apresenta para punição e, como o descobrimento

da autoria e das causas do crime é essencial para os trabalhos de prevenção, todos os detalhes que podem ser obtidos do exame do cadáver, do local do crime e das eventuais testemunhas não devem ser desperdiçados. A principal peça de contabilização dos homicídios é a Declaração de Óbito (DO), do Sistema de Informações de Mortalidade do Datasus, o banco de dados do Ministério da Saúde. A DO tem um campo especial para a “causa básica do óbito” que, em geral, é preenchido de modo a não ajudar na caracterização da violência criminosa, diz Sauret. Em vez de especificar a circunstância que levou à morte – se homicídio, se suicídio ou acidente – os legistas preenchem como causa do óbito o tipo de lesão, por exemplo, “traumatismo perfurocortante”, “perfurocontundente” ou outros, diz ele. No caso de Pernambuco, diz, a polícia civil, a quem cabe por lei fazer a investigação do crime, quando o PPV começou, na maioria das delegacias do interior não se fazia nem o famoso BO, o boletim de ocorrência – esta era registrada nos chamados “livros de queixas”. Com o PPV tudo mudou.

Atualmente, meados de 2014, mais de 90% das delegacias do estado fazem BOEs, boletins de ocorrência eletrônicos, que são imediatamente enviados à Gace, o órgão dirigido por Sauret. Com o PPV, uma portaria da Secretaria de Defesa Social determinou que fosse enviada à Gace o relatório diário de homicídios produzido pela Segunda Seção do Estado Maior do serviço de inteligência da Polícia Militar, que

é encarregada do policiamento preventivo e ostensivo. Além disso, a Coordenação de Inteligência e Estatística da Diretoria Geral de Operações da PM também produz um relatório diário de homicídios que é enviado à Gace. O Instituto de Medicina Legal, com sede em Recife e sucursais em Caruaru e Petrolina, que faz a necrópsia das mortes consideradas não naturais, como os homicídios, produz três Relatórios Diários de Necrópsias que são enviados à Gace. E ainda o Instituto de Criminalística, com sede em Recife e unidades em Salgueiro, Petrolina e Caruaru, realiza perícias em locais de crimes, em armas e outros objetos de interesse nas investigações criminais, que também são enviados à gerência de Sauret.

Uma das características que distingue a Gace de órgãos semelhantes existentes em outros estados é ter um banco de dados exclusivo para os CVLIs, elaborado por uma sistemática à parte, independente da que processa outros crimes diretamente, a partir dos boletins de ocorrência. A Gace confere as informações obtidas de todas as fontes e checa umas com as outras. Além disso, depois de vários estudos e debates com os órgãos a serem envolvidos na inovação, a Gace criou um Boletim de Identificação do Cadáver (BIC) e um Número de Identificação do Cadáver (NIC), que são colocados no morto através de uma pulseira que passa a acompanhá-lo. Sauret explica: 25% dos óbitos ocorrem nos hospitais. Para contabilizar essas mortes como homicídios e

distingui-las das mortes naturais ocorridas nos hospitais foram criadas regras que estabeleceram que os auxiliares do necrotério nas unidades hospitalares ou os responsáveis pela preparação dos cadáveres com vistas ao encaminhamento ao Instituto Médico Legal seriam os encarregados de colocar as pulseiras nos cadáveres. E aos policiais civis no posto hospitalar caberia preencher os BICs e administrar a entrega das pulseiras aos hospitais. Os policiais do posto são avisados da chegada do cadáver no necrotério do hospital e preenchem os BICs.

O novo procedimento de contagem de homicídios foi implantado em junho de 2009 no Hospital da Restauração, em Recife, que recebe aproximadamente metade dos homicídios consumados em ambiente hospitalar, diz Sauret. Em 2010, tanto a pulseira quanto o BIC e o NIC foram implantados em todas as ocorrências de homicídio do estado, após cumpridas as cinco etapas que são verificadas no estabelecimento de operações policiais padrão.

Hoje, a Gace é uma referência para os serviços de estatística criminal e de análise da criminalidade no País.



### Capítulo 3

## O método de Ratton

**Q**uando Eduardo Campos decidiu incluir a questão da segurança pública no programa de seu partido, o Partido Socialista Brasileiro, para disputar as eleições para o governo de Pernambuco de 2006, ele ainda não conhecia José Luiz Ratton, então um jovem professor da Universidade Federal de Pernambuco. Ratton é mineiro, formou-se em 1993 em ciências sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais. Mas já estava em Pernambuco há anos: formou-se em sociologia em 1999 pela Universidade Federal de Pernambuco,

onde era, então, professor e coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Criminalidade, Violência e Políticas Públicas da universidade (NEPS/UFPE). Quando Campos se encontrou com ele pela primeira vez, já eleito governador, concluiu que Ratton poderia ser uma peça-chave de seu projeto. E logo no início de seu governo o nomeou como assessor especial para assuntos de segurança pública.

Ratton deu quatro longas entrevistas para este livro, a primeira em agosto de 2009 e a última em fevereiro deste ano. Ao longo desse período escreveu também vários artigos em revistas e publicações acadêmicas brasileiras e internacionais sobre o PPV. O último desses artigos foi publicado em 13 de maio deste ano, em coautoria com dois outros professores do NEPS/UFPE, Clarissa Galvão e Michelle Fernandes, no *Stability: International Journal of Security and Development*. Seu título é “Pacto pela Vida e a redução de homicídios no estado de Pernambuco”, em tradução livre do inglês. Para Ratton, o PPV, embora tenha se aproveitado de inúmeras outras experiências de segurança pública existentes no Brasil e no exterior é, de fato, a primeira política pública de segurança do País no pós-ditadura militar, mesmo porque não foi uma política setorial deste ou daquele setor de um governo estadual, mas uma política de estado, comandada pelo próprio governador e que, ao longo de seus primeiros anos de aprimoramento foi envolvendo mais e mais setores do governo. Por exemplo: embora a Constituição redemocratizadora

do Brasil, de 1988, tivesse retirado as polícias militares da tutela das Forças Armadas e estados como Pernambuco tivessem criado posteriormente secretarias de Defesa Social, os governadores abandonavam esse setor, considerado muito complicado e com pouco retorno político, aos cuidados de um secretário de Segurança muitas vezes escalado exatamente como uma barreira para receber as críticas dessa área e proteger a imagem política do governante.

A articulação das diversas instituições ligadas ao problema da segurança era precaríssima, diz Ratton. O artigo 144 da Constituição sugere que os municípios não participam da solução desse problema, o que é um erro, diz Ratton. E embora devam ser ressaltados muitos setores do Judiciário e do Ministério Público que compreendem a necessidade de fazer um trabalho conjunto com os governos nas questões de segurança, de modo geral, diz Ratton, essas instituições também se sentem descomprometidas com relação ao problema. Na forma de ver de muitos representantes do Ministério Público e do Judiciário, diz ele, sempre devem ser levados em conta os direitos individuais, mas, por medo, comprometimento ou outras razões, não são levados em conta os direitos coletivos. A esquerda, que sentiu na pele o problema da segurança pública durante a ditadura, comporta-se como se tivesse esquecido do assunto também, diz Ratton. Até mesmo prefeituras do PT e do PCdoB, partidos mais à esquerda, deixaram a segurança pública de lado, diz ele.

Para ele “existe uma percepção, ainda hegemônica, de que os processos de produção do crime e da violência seriam secundários e completamente dependentes de outras questões sociais e econômicas – estas, sim, de primeira grandeza e que, quando sanadas, naturalmente trariam a resolução dos problemas da criminalidade violenta no País”. Rattón identifica e se considera representante de uma nova corrente de estudiosos do problema da segurança, de “uma massa crítica com capacidade de reflexão específica sobre o tema e de formulação de políticas públicas de segurança”. O exemplo, para ele, são as políticas públicas de saúde. Nelas, diz Rattón, existem três níveis. Um é o primário, preventivo, como o do saneamento básico, que visa criar condições para que as doenças não se desenvolvam. No caso da violência e do crime, uma “política primária” de prevenção, simples de entender, é a da iluminação pública, que tende a reduzir a criminalidade. Outro nível é o secundário. Nesse nível, na saúde pode-se citar como exemplo a vacinação contra certos tipos de doença, e no caso da segurança pode-se entender como as atividades que visam a identificar e cuidar das pessoas que podem ser vítimas ou protagonistas do crime e da violência, tais como os jovens pobres e negros, que são os que mais morrem e mais matam no País. O último nível, pode-se dizer, é o das políticas terciárias, que, na saúde, tratam as doenças, e no caso da segurança visam os criminosos e as vítimas.

Ratton faz esse resumo num de seus artigos, visando sair da retórica genérica do problema da criminalidade para pensar em atitudes efetivas no sentido de preveni-la e reduzir seus efeitos. Deve-se, diz ele, intervir na sociedade tal como ela é, sem esperar as transformações maiores que ela pode sofrer no futuro. Deve-se “tratar de mecanismos que diminuam a letalidade dos conflitos de uma sociedade dividida, segregada, étnica e socialmente complexa. E realizar trabalhos de prevenção não apenas sobre as causas de longa duração, mas também sobre fatores de intervenção atuais que podem ser alterados no curto e no médio prazo”.

Ele dá um exemplo relativo às políticas de segurança voltadas às mulheres: “Nós podemos pensar que, no caso brasileiro e no latino-americano em geral, uma parte dos crimes violentos contra a mulher está relacionada a uma cultura patriarcal, machista, baseada em valores da honra e da virilidade e que, obviamente vinculada a processos de socialização históricos e a modelos de sociedade e de família, produzem homens propensos a praticar atos violentos contra a mulher. Em quanto tempo isso pode ser mudado? Qual é nossa capacidade de transformar, do ponto de vista cultural, uma geração de homens e mulheres?” Sua receita é: estudar o problema e, como no exemplo da saúde, agir, nos diversos níveis em que isso é possível, sem esperar as grandes mudanças.

É possível que Ratton não tivesse todas essas ideias desde o início, quando se tornou um dos principais formatadores do debate que se deu em Pernambuco a partir do início de 2007 e que culminou com o lançamento do Pacto Pela Vida em 8 de maio daquele ano. De qualquer modo foi por ter se enfiado de cabeça nesse projeto que as boas ideias foram aparecendo, para ele e para os muitos que participaram da grande mobilização que formou o Pacto. No dia 31 de dezembro de 2006, em entrevista ao sistema *Jornal do Commercio* de Recife, de rádio, televisão e jornal, o governador Campos anunciava: “Espero que o professor Ratton, junto com Romero [Meneses, o secretário de Defesa Social], possam viver com a sociedade pernambucana nos próximos três meses um processo maduro, rico, de integração governo e sociedade e de pactuação sobre o que é tarefa de cada um. Amanhã, essa experiência pode ser repetida por qualquer governador que venha, porque deixa de ser uma política de governo para ser uma política de Estado.” E no dia 5 de março Campos anuncia já um avanço na preparação do plano: plenárias das comissões temáticas de cinco membros, com coordenador e relator, para o final do mês; e uma reunião deliberativa, com representantes das comissões e um número igual de secretários do governo, mais o governador, para deliberar sobre os programas. Ratton lembra bem:

“Entre fevereiro e maio de 2007 ocorre um amplo processo de diálogo entre o governador, vários

setores de seu governo e as redes das organizações sociais, para um diagnóstico aprofundado e as linhas gerais dos principais projetos para uma política pública de segurança para o estado. Dezenas de organizações da sociedade civil e movimentos sociais – todas as associações representativas dos policiais, representantes de municípios, juízes, promotores, gestores de projetos sociais em áreas de vulnerabilidade à violência – para produzir uma primeira versão do Plano Estadual de Segurança Pública.” Foram formados grupos em torno de 16 câmaras temáticas: 1. Juventude; 2. Mulher; 3. Criança e adolescente; 4. Armas e desarmamento; 5. Drogas; 6. Polícias; 7. Controle externo das polícias; 8. Sistema de justiça criminal; 9. Sistema prisional; 10. Reorganização do espaço público; 11. População negra e indígena; 12. Prevenção da violência; 13. Sistema de informações; 14. Violência no campo; 15. Geração de emprego e renda; 16. Violência contra as minorias.

Nos dias 24 e 25 de março, depois de dezenas de encontros dos grupos temáticos, no Colégio da Polícia Militar no Recife, com mais de cem convidados, com o governador, foi realizado o Fórum Estadual de Segurança Pública. Depois, sob a direção de Ratton, o NEPS/UFPE organizou as sugestões e programas aprovados pelas 16 câmaras temáticas do Fórum e preparou a reunião na qual nasceu o Pacto pela Vida: no dia 21 de abril, sob a direção do governador, com 13 secretários de Estado e 15 representantes dos grupos sociais, das oito da manhã às oito da noite no Palácio das Princesas,

a sede do governo pernambucano. Foram examinados os projetos propostos e 138 deles foram validados, um por um. O documento do encontro lista as 244 pessoas que participaram mais diretamente da elaboração dos programas. Estes formam seis categorias que constituem os eixos do PPV. Estes são os eixos e alguns dos 138 programas constantes deles:

1 – Repressão qualificada: criação do comitê de gestão integrada da Polícia Militar e da Civil, de força tarefa de combate às milícias privadas e grupos de extermínio; suporte à gerência de penas alternativas e integração social do Estado;

2 – Aperfeiçoamento institucional: estabelecimento para a Polícia Militar e a Polícia Civil de políticas de recursos humanos, de procedimentos operacionais padrão, de programas de avaliação de desempenho; atualização do Código Penitenciário de Pernambuco;

3 – Informação e gestão do conhecimento: formar bancos de dados sobre presos, juventude e violência, violência e mulher; criar um banco estadual sobre drogas; fazer estudos sobre a dimensão étnica da violência.

4 – Formação e capacitação: promover cursos de formação para a Polícia Militar, a Polícia Civil, os conselhos tutelares da infância e da adolescência promover a educação profissional para adolescentes e jovens em situação de risco social;

5 – Prevenção social do crime e da violência: articulação de políticas em prol da população de

lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis e transgêneros; projetos Esporte pela Vida, Plano Estadual de Regularização Fundiária, de Segurança no Transporte Coletivo;

6 – Gestão democrática: criação de conselhos estaduais e comunitários, conferências e fóruns estaduais regionais de segurança pública; promoção do Pacto pela Vida.

“Até aí tudo muito bem”, disse para este livro, em 2009, o secretário de Defesa Social de Pernambuco na época, Servilho Paiva. “Pelo artigo 144 da Constituição, segurança pública é dever do Estado e responsabilidade de todos. Certo, portanto, que o Estado cumpra o seu dever e procure fazer isso envolvendo a todos. O problema era: como fazer?”. Paiva dava um exemplo: “É preciso ter uma força policial, civil e militar, adequada. Mas o que significa isso? Quantos devem ser contratados? De que tamanho a força deve ser em relação à população? E os problemas legais da contratação? E os de formação dos profissionais a serem contratados para tarefas específicas?” Nesse ponto, ele diz, é que entrou o trabalho de gestão, que é um diferencial extraordinário do PPV. “Não basta vontade. É preciso saber fazer. E com os recursos disponíveis, que são sempre limitados”, disse Paiva. Ratton completa: a criação do Comitê Gestor do Pacto Pela Vida, em 2008, ano seguinte ao da sua criação, foi o salto de qualidade do programa. Os depoimentos dos dirigentes do CGPPV são o tema do capítulo seguinte.



## Capítulo 4

# Os gestores do Pacto

**R**atton, o sociólogo que assessorou o governador Campos na formulação dos princípios do Pacto pela Vida, considera que a criação do Comitê Gestor do Pacto foi o seu segundo grande momento após o acordo social que resultou na sua elaboração. “Foi uma inovação fundamental”, diz Ratton. Nas fotos das reuniões do CGPPV, todas as quintas, das nove da manhã ao meio-dia – quase 400, de maio de 2007 até final de julho deste ano, quando este livro foi concluído – os coordenadores ocupam a cabeceira da uma grande mesa

em forma de ferradura. Uma vez por mês o governador do estado preside a reunião. Nas outras vezes, seu lugar é ocupado pelo secretário de Planejamento, que é o coordenador oficial das reuniões e comanda a equipe que as prepara. A seu lado estão, sempre, o secretário de Defesa Social, o assessor especial do governador para os trabalhos de relacionamento com o Ministério Público e o Judiciário, o secretário de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, o secretário de Ressocialização, o de Articulação Social e, um pouco mais afastados, o comandante da PM, o do Corpo de Bombeiros, o chefe da Polícia Civil e o diretor da Polícia Científica. Toda semana, a sala se enche com mais algumas dezenas de pessoas: convidados especiais, outros funcionários do governo encarregados de tarefas específicas convocados para examinar e prestar contas de aspectos do PPV em andamento e comandantes civis e militares responsáveis por algumas das 26 Áreas Integradas de Segurança (AIS) – ou seja, sob administração conjunta das polícias civil e militar – nas quais o estado foi dividido para o cumprimento das metas do Pacto.

Segundo Ratton, foi o CGPPV que permitiu seis conquistas básicas para o sucesso do Pacto: 1) articular estratégia, planejamento e orçamento público, graças à presença mensal do governador e à coordenação constante do secretário de Planejamento do governo; 2) transformar em ações concretas os mais de cem projetos constantes das decisões

tomadas a 21 de abril de 2006 e que definiram os rumos do Pacto; 3) Viabilizar a integração das polícias civil e militar nas 26 AIS; 4) criar a linguagem e a metodologia para apresentar as informações sobre os problemas e as sugestões para encaminhá-los; 5) incorporar as secretarias ligadas à prevenção social ao conjunto dos trabalhos contra a violência e a criminalidade; e, finalmente, 6) definir procedimentos, protocolos e indicadores de atendimento de metas para todos os órgãos policiais e de outra natureza envolvidos na política de prevenção e combate ao crime e à violência.

Uma das tarefas básicas do CGPPV é a medição dos resultados. E o artífice dessa operação é Geraldo Júlio, funcionário público desde os 21, como auditor fiscal do Tribunal de Contas do Estado, companheiro de Eduardo Campos no terceiro governo em Pernambuco de seu famoso avô, Miguel Arraes, e atualmente, com 43 anos, prefeito de Recife, eleito em 2012 pelo PSB, em primeiro turno, com mais de 50% dos votos. Geraldo Júlio foi entrevistado para este livro em 2009, um ano após ter assumido o cargo de secretário de Planejamento do governo e de coordenador do CGPPV, posto no qual substituiu o vice-governador, João Lyra, que deixou o cargo no Pacto por ter acumulado o de secretário de Saúde. A essa altura, o Pacto ainda era objeto de forte oposição e havia uma corrente de opinião no Recife, liderada por um rival acadêmico de Rattón na

Universidade Federal de Pernambuco, Jorge Zaverucha, diretor de uma entidade da UFPE semelhante à de Ratton, o Núcleo de Estudo de Instituições Coercitivas e da Criminalidade (Nicc), e doutor em ciências políticas pela Universidade Hebraica de Jerusalém e pela Universidade de Chicago. Zaverucha era um crítico severo do Pacto. Dizia, entre outras coisas, que sua meta de redução da criminalidade em 12% ao ano era completamente destituída de base científica e que o plano não tinha orçamento, ao contrário, por exemplo, do Pronasci, o plano de segurança do governo federal mais ou menos contemporâneo do PPV. Mas Zaverucha reconheceu o valor da presença do governador no comando do PPV e a competência de Geraldo Júlio como coordenador do plano, embora continuasse atacando de forma mordaz alguns de seus detalhes. Num dos vários artigos e comentários que produziu sobre o PPV, disse que se podia falar em “Pacto 2” a partir da criação do CGPPV. Disse que Eduardo Campos tinha trocado o gestor inicial “pelo competente secretário Geraldo Júlio que articulou os diversos setores do Pacto que não trabalhavam harmoniosamente, em especial as polícias, criando zonas territoriais de cooperação mútua, entre outras medidas. E o governador passou a atuar ainda mais diretamente no processo de gestão. Salvo engano, algo inédito no país [...]”. E continuou: “Obviamente, por uma questão de disputa política, o governo não pode reconhecer estas mudanças, pois o Pacto

obedece a uma estratégia de marketing eleitoral de um governo que busca um projeto definidor de sua marca. O importante é que o número total de homicídios continua caindo regularmente. E tem tudo para continuar com esta tendência de queda. Embora, isto, infelizmente, não contemple as mulheres. A previsão inicial da Secretaria Especial da Mulher era zerar, em dez anos, o número de homicídios praticados contra o sexo feminino. Impossível, pois homicídio é uma falha humana. O máximo a fazer é reduzi-los a níveis aceitáveis aos padrões morais de determinada sociedade.”

Geraldo Júlio foi encarregado pelo governo, no início de 2010, de ir à Assembleia Legislativa do estado e dizer que o plano tinha dado certo: apresentar os dados que mostravam a queda progressiva e continuada nos indicadores da criminalidade, embora não na proporção de 12% a cada ano. Enquanto nos dois anos anteriores ao Pacto, 2005 e 2006, o índice de CVLIs no Estado tinha subido de 50,9 mortos por 100 mil habitantes para 55,1 mortos por 100 mil habitantes, uma elevação de 4,2%, de 2004 para 2005, e de 2,9%, de 2005 para 2006, nos três primeiros anos do Pacto esse indicador tinha sido reduzido para 45,1 homicídios para cada grupo de 100 mil habitantes, uma queda de 28,15% no total dos três anos. Na entrevista dada para este livro, concedida alguns meses antes de sua ida à Alepe, Geraldo Júlio explicou o problema da medição no Pacto. “No Brasil, se implantou um culto

à eficiência no campo da arrecadação, do controle da dívida pública, da prioridade ao superávit primário para o pagamento dos juros da dívida brasileira ao grande capital. Mas não se estabeleceram metas para a segurança, a educação, a saúde, a infraestrutura social de água, saneamento. Pernambuco está fazendo isso”, disse ele.

Foi uma construção por etapas, relembra Bernardo d’Almeida, de início um assessor direto do governador junto ao CGPPV e hoje secretário de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, responsável pela ampliação da ação social do Pacto e cuja história será contada com mais detalhes no capítulo 6 deste livro. O comitê gestor foi implementado em setembro de 2008, diz Almeida. Não existia ainda o prédio próprio da Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplog) na rua Aurora. As reuniões ocorriam numa sala da Administração de Tecnologia da Informação, num prédio perto da antiga estação ferroviária da cidade, no centro de Recife. Geraldo Júlio foi o primeiro coordenador do CGPPV. Mas não existiam ainda o modelo de gestão, com as metas e os protocolos, nem a integração das secretarias do governo ao trabalho com metas e avaliação dos resultados, nem mesmo a reunião mensal com o monitoramento do governador.

Almeida era uma espécie de braço do governador para o desenvolvimento dos trabalhos de construção desse novo modelo de direção de um

programa social. Entre 2008 e 2010 foi o gerente geral da ação do governo no PPV, lotado no gabinete do governador. Em janeiro de 2011 deixou essa função e foi ser secretário de Gestão por Resultados da Seplag para todo o governo. Hoje, existe um gerente geral de Gestão por Resultados, Erasmo Chaves, que é da Seplag, mas trabalha especificamente para a área de Defesa Social. De uma sala, no próprio prédio dessa secretaria, Chaves comanda uma equipe de 14 jovens profissionais que organizam os resultados das diversas operações realizadas pelas polícias civil e militar e preparam as premiações do governo aos funcionários no cumprimento das metas do PPV. É ele o responsável pela tabulação dos resultados que são exibidos nas reuniões do CGPPV. Seu braço direito é Ryan Amorim, de 29 anos, que vai toda semana à reunião do CGPPV, no comando da equipe de sete pessoas que operam os quadros com esses resultados e que são exibidos para os participantes. Amorim reforça a informação de Almeida: a série de resultados foi sendo construída progressivamente. À medida que o Pacto evoluía, diz, eles foram surgindo: começa em agosto de 2009 o balanço das Operações Malhas da Lei, de cumprimento de mandados de prisão, pelas polícias civil e militar; o da expedição desses mandados, feita pela polícia civil, é de novembro de 2009; as de apreensão de *crack* começam em janeiro de 2010, por exemplo.

Os coordenadores do Pacto foram se sucedendo: como se viu, o primeiro, até setembro de 2008,

foi o vice-governador, João Lyra, e o segundo, Geraldo Júlio. A partir de Geraldo Júlio, o PPV foi coordenado pelo secretário de Planejamento, nas suas reuniões semanais e, na sua reunião mensal, de monitoramento, pelo governador. Quando, em 2011, Geraldo Júlio deixou a secretaria do Planejamento, para o seu lugar e a coordenação do PPV foi Alexandre Rebelo, outro auditor fiscal do estado. E quando, em 2012, Geraldo Júlio ganhou a disputa eleitoral para a prefeitura de Recife, e convidou Rebelo para ser seu secretário de Planejamento e ajudá-lo a implantar um PPV na capital, nos moldes do estado, os dois cargos no governo de Pernambuco passaram a ser ocupados por Frederico Amâncio, citado na apresentação deste livro. Amâncio tem 44 anos e, como todos os seus antecessores, é auditor fiscal do Estado. Tem ampla experiência, a despeito da idade. Foi uma espécie de curinga para o governador Eduardo Campos. Quando o vice-governador João Lyra assumiu a Secretaria de Saúde, em 2008, Amâncio foi seu secretário executivo, para ajudar a desenhar o plano de construção de três hospitais em Recife, uma das promessas de campanha do governador. Em 2010, quando Lyra deixou a Saúde, Amâncio assumiu como secretário na pasta. Foi também secretário de Desenvolvimento Econômico, antes de assumir a Seplag, em vista das mudanças de cargo de Geraldo Júlio e de Alexandre Rebelo.

Amâncio tem outras qualidades. É formado em administração e direito e tem alguns anos de

trabalho na iniciativa privada como especialista em tributação no escritório de São Paulo da PricewaterhouseCoopers. Tem orgulho de seu trabalho atual no governo de Pernambuco. Mostra para o repórter da Editora Manifesto que o entrevistou para este livro alguns prêmios que o governo Campos recebeu por conta dos esforços de gestão dos quais participou. Um é o modelo de gestão chamado de Todos por Pernambuco, construído a partir da posse de Campos e que envolveu uma série de consultas populares por todo o estado e que recebeu, em 2012, um dos Prêmios Anuais de Serviços Públicos da ONU (UNPSA, na sigla em inglês). Nos últimos sete anos, Pernambuco recebeu outros prêmios desse tipo. O último foi em junho deste ano. É o programa Mãe Coruja Pernambucana, que tem como principal objetivo a redução da mortalidade infantil e materna no estado, em primeiro lugar na categoria “Promoção de Entrega de Serviços Públicos Voltados ao Gênero”. Em 2013, Pernambuco também recebeu da ONU prêmio pelo Chapéu de Palha Mulher, programa que, na entressafra da cana, por quatro meses, as beneficia com cursos e um auxílio de 232 reais mensais. Em 2013, foi premiado também o Pacto pela Vida.

Amâncio termina sua entrevista para este livro justificando porque não apoia a proposta do coronel Paulo Cabral, que o repórter de Manifesto acabara de entrevistar. Cabral tinha dito que deveria ser revista a fórmula de premiação dos policiais no

## O pacto pela vida de Eduardo Campos

cumprimento das metas do PPV. No semestre que passou, o primeiro de 2014, disse Cabral ao repórter, o conjunto das ASIs, as 26 áreas integradas de segurança do Estado, não cumpriu a meta de reduzir em 12% o índice de CVLIs em Pernambuco – ao contrário, o índice subiu, como já se disse. Mas cinco dessas ASIs reduziram os índices. E reclamam por terem se empenhado e feito essas reduções, julgando-se prejudicadas pelas outras que não teriam se esforçado tanto. A justificativa de Amâncio abre o próximo capítulo deste livro, que trata das polícias civil e militar de Pernambuco e das metamorfoses sofridas por elas com o Pacto pela Vida.

## Capítulo 5

# As novas polícias

**1** O prédio onde fica a sala do coronel Paulo Cabral, comandante da Polícia Militar da Região Metropolitana de Recife, é o chamado Quartel do Derby. No local havia originalmente um hipódromo, afinal abandonado. No final do século XIX a área foi adquirida pelo famoso empresário Delmiro Gouveia, um dos pioneiros da industrialização do Brasil. Num acordo com Cupertino Cintra, prefeito do Recife de 1896 a 1899, Gouveia construiu ali, em 1898, uma espécie de mercado modelo. O mercado no entanto foi incendiado, supostamente

por inimigos de Gouveia. E, desde 1925, reformado, foi entregue à PM pernambucana. Cabral pode ser apontado como um dos chefes da PM da geração Pacto pela Vida. Quando o programa começou em maio de 2007, então major, ele foi escalado para chefe da segurança do secretário da Defesa Social, Romero Meneses, um ex-delegado da Polícia Federal. A função era importante: na época foram propagados rumores de uma eventual ação contra Meneses, que viria de uma espécie de banda podre da PM, exasperada pelo fato de o governo de Eduardo Campos ter proibido negócios rendosos de segurança feito por dirigentes da polícia militar para empresas particulares. Meneses adquiriu confiança em Cabral e o nomeou, em junho daquele ano, para o comando da PM na AIS I, a área integrada de segurança do Pacto Pela Vida com nove bairros do centro velho de Recife, nos quais estava Santo Amaro, área pobre e famosa para a polícia por ser um dos principais “pontos quentes” da criminalidade do estado. Na primeira vez que o repórter de Manifesto entrevistou Cabral, em novembro de 2009, Santo Amaro já era outro local: o bairro tinha tido 72 CVLIs em 2005 e o mesmo número em 2006. Em 2007 foram 59. Em 2008, apenas 31. Foi o ano em que o presidente da República na época, Luiz Inácio Lula da Silva, e o governador Eduardo Campos foram a Santo Amaro para incluir a área no projeto federal Territórios da Paz, que fazia parte do Pronasci, o plano de segurança federal já citado. Em 2009, até a data da

entrevista com Manifesto, a 6 de novembro, o número de CVLIs de Santo Amaro era de apenas 14. E Cabral tinha então sido promovido para o comando de cinco batalhões, cerca de 1.800 homens, a cargo do policiamento de toda a capital.

Agora, em 2014, cinco anos depois, Cabral é comandante da PM para toda a região metropolitana de Recife, dezesseis municípios, 4 milhões de habitantes, a terceira área mais densamente povoada do País. Desta vez o repórter quer saber se no ano de 2014 vai haver redução da criminalidade em Pernambuco. Ele diz que não vai ser fácil – houve, ao contrário, até agora, um aumento da criminalidade, expressivo, de 8,3%. Mas diz que já começou uma reação, no mês de julho. E mostra os planos de como ela está sendo feita. Houve uma mudança de tática, ele diz. Fez-se uma experiência na Região Metropolitana, em quatro áreas, duas em Recife – a AIS 3, de Boa Viagem, e a AIS 4, da Várzea – e duas de fora da capital, na AIS 6, de Jaboatão dos Guararapes, e na AIS 8, de Paulista. Nessas áreas foram escolhidos os focos de maior número de ocorrências policiais e conflitos e levantados todos os mandados de prisão em aberto. Como os recursos são escassos, foram mobilizados para a operação mesmo carros e soldados de unidades especializadas usadas normalmente em outro tipo de serviço, como as dos batalhões de choque, os de trânsito e os das rondas ostensivas com apoio de motocicletas. Foram incluídos nas operações os serviços

de inteligência, soldados da PM e da Polícia Civil em trajas e viaturas civis. Passaram a ser feitas rondas nos locais escolhidos, em alguns, durante toda a noite, com instruções precisas, como a constante num dos roteiros que ele mostra ao repórter de “inibir e coibir o consumo e tráfico de drogas, armas e crimes que violem as normas e leis em vigor, tendo como finalidade a redução dos CVLIs e CVPs [crimes violentos contra o patrimônio] através de *blitz*/bloqueios, de acordo com levantamentos no terreno pela 2ª Secção e Informações do Disque Denúncia”.

Cabral diz que as primeiras notícias dos resultados desse trabalho, que pode servir de orientação para uma atuação mais ampla da PM, são animadores. Se ele terá sucesso, ao final do ano, é o que se verá. O repórter quer saber então se alguma coisa precisa ser mudada no Pacto e, ao mesmo tempo, lhe pede para esclarecer o que é um dos distintivos que tem colocado no uniforme, sobre o peito, na altura da sua clavícula direita e onde se diz que ele é instrutor de “tiro defensivo”. Cabral aproveita para contar um dos aspectos da nova polícia. Quando era tenente, na segunda metade dos anos 1980, nos pontos para a aprovação no exame de tiro defensivo, o policial ganhava dez pontos ao acertar na cabeça dos alvos fictícios, nos treinamentos. Para se defender de uma ameaça grave, explica Cabral, o policial em risco de vida é ensinado a derrubar o potencial criminoso, e a cabeça era considerada o local mais certo para

conseguir isso. Evidentemente, diz ele, essa instrução significava, no fundo, mais mortes. Hoje, a instrução é atirar no plexo solar, que derruba o oponente, causa grande dano evidentemente, mas menos mortes. “Essa não é ainda uma política generalizada das PMs brasileiras”, diz Cabral. Recentemente, ele conta, em conversas com colegas de profissão das PMs de outros estados do Nordeste, um deles estranhou que Pernambuco premiasse os PMs pela redução do número de criminosos mortos em confrontos com a polícia. O colega acha, ainda, que a polícia matar bandido faz parte do “controle social” da criminalidade, conclui Cabral.

O PPV está sempre mudando, diz Cabral, quanto à pergunta anterior do repórter, sobre a necessidade de mudanças no plano, especialmente em função dos problemas de agora, de aumento da criminalidade. Desde que foi instituído o Prêmio Pacto pela Vida, uma gratificação que todos os policiais militares recebem quando se consegue reduzir a criminalidade no estado, este último semestre foi o primeiro no qual não foi conseguida qualquer redução e, ao contrário, houve aumento nos CVLIs. Isso gerou uma situação de desigualdade, diz ele. Policiais que se empenharam muito e conseguiram reduzir os índices em suas áreas não terão qualquer bonificação sobre o salário, ou seja, tiveram o mesmo tratamento dos que talvez não tenham feito muito esforço e foram, eventualmente, responsáveis pela não redução verificada no conjunto

das áreas do estado. Não seria o caso de rever essa situação, ele pergunta? E esta foi a pergunta que o repórter levou ao coordenador do Comitê Gestor do Pacto pela Vida, Frederico Amâncio, com a qual terminou o capítulo anterior. Amâncio não concorda, é a resposta. O Pacto faz dois tipos de pagamentos para incentivar o trabalho dos policiais, tanto civis quanto militares, e servidores ligados a essas duas funções, diz ele. Um é a Gratificação Pacto pela Vida (GPPV), um prêmio mensal, por mérito, que não integra, como diz a lei de maio de 2011 que a estabeleceu, “para qualquer efeito, a remuneração funcional do policial civil ou militar favorecido”. A GPPV é distribuída no segundo mês seguinte ao da avaliação da produção policial aos dez melhores resultados mensais obtidos em três modalidades – GPPV-Repressão ao Crack, para apreensão de cocaína e seus derivados, GPPV-Malhas da Lei, para cumprimento de mandados de prisão, e GPPV-Mandados, para inquéritos policiais concluídos com mandado de prisão. As GPPVs são distribuídas em função da produção das AIS, as áreas integradas de segurança, mas não dependem do conjunto do resultado dessas áreas.

O outro pagamento é o Prêmio de Defesa Social, criado antes da GPPV, por lei de março de 2010. É um prêmio concedido duas vezes por ano, em março e setembro, e depende de o Estado ter conseguido, no mínimo, reduzir os índices de CVLIs no semestre imediatamente vencido, quando comparado

com o semestre equivalente do ano anterior. É dividido em cinco categorias: ganham mais os funcionários da AIS que tenham conseguido as maiores reduções. E não se distribui nenhuma premiação caso o conjunto do Estado não tenha conseguido qualquer redução. Como na situação ocorrida no primeiro semestre de 2014, explica Amâncio.

Os salários dos policiais civis e militares de Pernambuco são muito baixos e eles dependem dos prêmios de produtividade para sobreviver? Seria essa uma das razões de Pernambuco não ter cumprido as metas do PPV no primeiro semestre deste ano? A greve da PM de Pernambuco, pouco antes de a Copa do Mundo começar, tem a ver com isso? Há insatisfação com o comando civil que se exerce sobre a PM de Pernambuco? São três questões relevantes para a compreensão do PV. Começemos pela última.

Já houve um atrito entre o comandante da PM e o secretário de Defesa Social em Pernambuco, algum tempo atrás. Em abril de 2010, o governador Eduardo Campos demitiu, ao mesmo tempo, o secretário de Defesa Social, Servilho Paiva, e o comandante da Polícia Militar, coronel José Lopes. Paiva, um ex-delegado de Polícia Federal, foi entrevistado para este livro, como se vê no capítulo três. Mas hoje está no Ceará, desempenhando as mesmas funções que tinha em Pernambuco. No seu lugar, para explicar o incidente, foram ouvidos em Recife outros altos funcionários do governo que acompanharam o

conflito e o seu desfecho. O coronel Lopes hoje é assessor do governador e trabalha agora na secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, num prédio da antiga secretaria de Articulação Social, extinta há pouco, onde estava lotado anteriormente. O coronel Lopes não entrou no quadro de oficiais da PM por cima, por concurso. É, ao que tudo indica, o único dos coronéis da PM de Pernambuco que veio de baixo, de soldado raso e família pobre moradora de morro de Recife. Quando o Pacto pela Vida foi anunciado no Palácio das Princesas, pelo governador Eduardo Campos, um conjunto de entidades de direitos humanos se recusou a ir à cerimônia em protesto pela nomeação do coronel Luiz Meira como um dos comandantes da Polícia Militar, pelo secretário de Defesa Social, Rogério Meneses. Na ocasião, 12 entidades assinaram um manifesto de protesto no qual se dizia que, “à frente do Batalhão de Choque”, Meira tinha sido “protagonista de diversos atos de abuso de violência seja contra estudantes, agricultores, demais movimentos sociais e inclusive parlamentares [sic]”. Lopes foi promovido a coronel, conta, exatamente com a criação de uma vaga decorrente da posterior demissão de Meira. E tornou-se conhecido por ter abraçado a tese de uma Polícia Militar diferente, amiga, a serviço da população, que é quem lhe paga os salários, como ele costuma dizer. A sua demissão do cargo de comandante pelo governador não alterou suas convicções: “A PM tem de se envolver com as

causas sociais do bairro no qual trabalha. Se só chega na comunidade para prender, que credibilidade pode ter? O povo paga seus impostos, tem direito a uma polícia de qualidade. Nós trabalhamos para o cidadão. Ele é nosso patrão.”

Sobre o incidente com Servilho ele conta que o então secretário reuniu todos os coronéis da PM em serviço, cerca de 20, e leu para todos uma nota do governo na qual se anunciava que o aumento a ser dado, a despeito de reivindicações maiores, era de 10%, de modo igual, para todos. A reunião foi curta e não houve discussão. Quando ele voltou para sua sala de comando, no Derby, diz, começou a ouvir reclamações dos oficiais. “Fui soldado e oficial sempre aberto a ouvir os outros. Todos tinham meus telefones”, ele diz. Passou a saber então que alguns quartéis já estavam em greve. Foi até eles, diz. Convenceu todos a suspender a greve e aguardar. E foi então procurar o governador, que o recebeu.

Servilho considerou a reunião de Lopes com o governador uma quebra de hierarquia. Diz o *Diário de Pernambuco*, que noticiou o incidente, que ele “ficou surpreso com o encontro de Lopes com coronéis da PM e o governo do estado para rediscutir o reajuste”. E entregou uma carta ao vice-governador João Lyra na qual “deixou claro que ele e Lopes não poderiam continuar trabalhando juntos”.

Depois de ouvir mais pessoas envolvidas na história, a conclusão do repórter é a de que Servilho

se precipitou. O primeiro erro foi dele. Em vez de transmitir a Lopes a notícia do aumento dado pelo governo para que ele desse suas opiniões e depois transmitisse a notícia a seus comandados, ele quebrou a cadeia de comando e passou a notícia diretamente a todos os coronéis, como se Lopes fosse apenas um deles. O governador então demitiu os dois do cargo e manteve Lopes como seu assessor.

E quanto aos atuais salários da polícia militar e a greve anterior aos dias da Copa? Não parece ter sido esses também os motivos das dificuldades atuais do Pacto pela Vida? Quem responde é o atual secretário de Defesa Social, Alessandro Mattos. “A greve”, diz ele, “precisa ser vista no contexto em que ocorreu. Primeiro, é preciso considerar a PEC [Proposta de Emenda Constitucional] 300, feita pelo ministério da Justiça, comandado por Tarso Genro no governo Lula, que pretendia uniformizar os salários da PM tendo como referência os da PM de Brasília, que são os mais altos do País. Logo o governo percebeu que o peso para os Estados seria muito grande. Em Pernambuco, por exemplo, são 20 mil PMs. Um real de aumento para cada um são 20 mil reais”.

Mattos continua: “O governo poderia subsidiar os estados? Viu que não. Logo, então, recuou. Essa PEC criou expectativas grandes. Foram várias greves da PM, em vários estados: Ceará, Bahia, Rio de Janeiro. Aqui também oficiais da PM entraram com ação na

Justiça Militar. Daí saiu um sentimento do tipo ‘nos aguardem, na Copa a gente se acerta’.”

A esse contexto nacional, diz Mattos, é preciso acrescentar um problema local: “A justiça tinha dissolvido a Associação de Cabos e Soldados de Pernambuco, a pedido, diga-se de passagem, de um movimento do qual fazia parte um dos líderes da greve de agora. Com a dissolução da Associação, o juiz pediu aos associados a indicação de sete cabos para nomear como interventores e promover novas eleições. Criou-se então um clima de disputa eleitoral na PM. Os interesses não são pequenos. Não é uma associação qualquer. Só com desconto em folha ela arrecada 350 mil reais mensais.”

Mattos continua: “Ao lado das eleições na PM estão também as eleições para deputados estaduais e federais e no movimento pela greve surgiram também candidatos a esses cargos, dispostos a falar mal do governo, das condições de trabalho e a pedir aumento de salário etc. A greve durou pouco e causou danos. Foi das seis da tarde do dia 13 de maio às seis da tarde do dia 15 de maio. De certo modo foi absurda. Nas negociações entre o governo estadual e os movimentos da PM em 2011 tinha sido acertado um aumento escalonado em quatro anos que seria concluído em junho de 2014 com um aumento de 14,55%. Isso estava em lei. E neste junho”, diz Mattos, na entrevista para este livro dada no dia 11 de julho, “o dinheiro foi depositado na conta do pessoal”.

“Você já ouviu falar em aumentos maiores do que esse pelo Brasil afora?”, continua ele, dirigindo-se ao repórter. “O povo foi para as ruas recentemente para pedir serviços públicos de qualidade. No Pacto temos metas para prestar serviços de segurança de qualidade. Vendedor de sapataria hoje tem meta. Por que a polícia não deveria ter? A atividade policial é uma atividade de muita tensão? Na vida social de um modo geral a tensão é grande. Um cirurgião trabalha sob muita tensão. Uma operadora de call center também. E quanto aos salários, é claro, sempre se pode pretender mais. Mas o estado tem limitações, tem regras. No caso da greve, por exemplo, o governo, por lei, não podia dar aumento por ser época de eleições. E o fato é que a polícia de Pernambuco nos anos do Pacto pela Vida aumentou seu efetivo e melhorou, e muito, os salários.”

Ele puxa o seu *tablet* e mostra ao repórter, pela ordem, dados de julho de 2007 e julho de 2014. Primeiro, quanto aos efetivos: da PM, 17.106 pessoas e 19.568 pessoas; da polícia civil, 4.366 e 5.110; do Corpo de Bombeiros, 2.014 e 2.763; da Polícia Científica, 547 e 647. Segundo, quanto aos salários, em reais: para soldado, 907 e 2.819; para delegado iniciante, 4.701 e 9.069, para delegado de nível superior, 5.688 e 16.106.

**2** A polícia civil de Pernambuco é tão velha quanto a polícia militar. O prédio de seu comando, nas

margens do Capibaribe, no centro de Recife, é uma construção do começo do século XIX e foi doada pela elite local a Francisco de Rego Barros, Conde da Boa Vista, presidente da Província de Pernambuco entre 1833-1844 e considerado o autor de grandes reformas urbanísticas na cidade. Desde 6 de julho de 2012 o chefe ali é o delegado Osvaldo Morais, um policial com uma história. Até o final dos anos 1990, Morais foi oficial da PM prestes a ser nomeado capitão. Mas não se sentia confortável. Fez concurso para delegado da polícia civil, passou, mas, de início, não viu melhora. Foi, num carro velho, com um revólver emprestado, para Floresta, perto da foz onde o Pajeú vai despejar no São Francisco, como diz a canção famosa interpretada por Luiz Gonzaga. Para uma pessoa em busca de um rumo, descobriu que não havia plano algum: cada delegado decidia como e o que fazer. A vitória de Eduardo Campos nas eleições de 2006 o encontrou na seção de combate ao narcotráfico, numa delegacia de Recife. A essa altura ele e alguns amigos faziam parte de um movimento, de uma espécie de organização não governamental, a dos “Delegados pela Cidadania”. Emissários de Campos o procuraram e lhe acenaram com a Delegacia de Homicídios e Proteção a Pessoa (DHPP). “A DHPP era um elefante branco”, diz Morais. O problema na polícia civil de Pernambuco eram as “delegacias especializadas”, nas quais se revezavam há tempos três dúzias de “delegados especiais” mais preocupados em atender aos interesses da elite local e aos seus próprios do que cuidar da

segurança pública, avalia Moraes. Propôs então que lhe entregassem a Gerência das Polícias Especiais, a partir da qual poderia substituir todos os delegados especiais. Campos aceitou.

“Para você ter uma ideia do que eram essas delegacias especiais vou lhe dar um exemplo”, ele diz ao repórter da Editora Manifesto. “Na delegacia de Roubos e Furtos de Veículos eu coloquei uma pessoa nova e honesta. No ano anterior, a arrecadação de tributos da delegacia tinha sido de 80 mil reais. Com o novo delegado, passou para 1,3 milhão, logo no primeiro ano.” De início, houve muita resistência, diz. “Foram para os jornais, inventaram sindicância para tentar provar que eu tinha recebido 1 milhão de reais pela fuga de um preso que não tinha onde cair morto. Me ameaçaram. Diziam que eu ‘não tinha peito de aço’. A pressão foi tanta que meu chefe, o chefe de polícia de então, Manuel Carneiro, um delegado mais velho e experiente, pediu que eu desaparecesse, tirasse uns 30 dias de férias para relaxar.”

O Pacto pela Vida foi o rumo que Moraes procurava: “Primeiro foi a concepção: não fomos buscar um modelo lá fora. O governo foi ouvir a sociedade. Participamos da criação e do aperfeiçoamento. Participamos da feitura dos protocolos de ação da polícia militar e da civil. Criamos a Operação Malhas da Lei. A gente pensava que trabalhava muito. Saímos de 30 para 350 capturas por mês. De 14 inquéritos remetidos para a justiça por mês passamos para cem

por mês. ‘A polícia civil agora encurralou o judiciário’, disse um dirigente do Tribunal de Justiça do Estado”.

E o governador bancou tudo, diz Morais: “Jamais pedi para afastar esse ou aquele delegado para proteger alguém. E nós acreditamos desde o início. Hoje a gente vê o orgulho dos profissionais da polícia. A capacitação deles mudou. Os que trabalham e resolvem os problemas são premiados. Os corruptos foram punidos. E fomos nós que punimos, não a Polícia Federal, não o Ministério Público. Fomos a muitos lugares e copiamos o que havia de melhor. Copiamos, por exemplo, a estrutura do DHPP de São Paulo e a transformamos numa delegacia de investigação da morte dos pobres, porque melhorar a segurança da vida dos pobres é o objetivo principal de nossa política”.

Morais tem hoje 49 anos. Seu imediato, o subchefe da polícia civil, é Romano Costa, 44, que também fazia parte do grupo dos “delegados pela cidadania” de 2006 e trabalhava na área de análise e planejamento. Com a ida de Morais para o controle das Especializadas, ele passou a trabalhar na área de inteligência. Chefiou o Centro Integrado de Inteligência e Defesa Social, que ajudou a criar, assim como o Sistema Estadual Integrado de Segurança Pública. “Na polícia civil, em dezembro de 2006, tínhamos 16 pessoas na inteligência, hoje temos 220”, diz. Costa ajudou também a criar o conceito de “repressão qualificada” que, no fundo, substitui a prática comum

de muitas polícias de prender primeiro os suspeitos de sempre, os jovens, pretos e pobres, para investigar depois. As ORQs – Operações de Repressão Qualificada da polícia pernambucana – hoje são famosas. Três dos departamentos da polícia civil – o DHPP, que investiga os CVLIs, mais o Depatri e o Denarc, que cuidam dos crimes patrimoniais e dos ligados ao narcotráfico – participam das ORQs, bem como efetivos e setores da Polícia Militar. De 2007 a 2013, foram feitas 126 dessas operações, visando prender 2.339 suspeitos. No primeiro ano foram três operações, no último, 30. No total, foram presas 2.582 pessoas. O motivo: uma enciclopédia de crimes – homicídio por encomenda, assalto, roubo, sequestro, extorsão, denúncia caluniosa, corrupção de menores, furto, receptação, adulteração e desmanche de veículos, roubo de carga, tráfico de drogas, de armas, estelionato, fraude contra o INSS, na emissão e adulteração de carteira de habilitação para motorista, fraude fiscal, fraude contra estabelecimento financeiro, contra estabelecimento comercial, no envasamento de mercadorias para o comércio, e por aí vai.

O delegado Joselito Amaral, 45 anos, que de início comandou o DHPP, hoje comanda todas as especializadas e participou do planejamento e da execução de muitas ORQs, cita uma delas na qual participaram ao final 600 homens das polícias civil e militar. Preparada durante seis meses, prendeu, numa madrugada, 52 pessoas, entre as quais cinco policiais

militares, sendo dois da área de inteligência da organização. Diz Amaral: “A prisão das quadrilhas de drogas e de extermínio tem um significado especial. Elas são responsáveis por cerca de 40% dos crimes. Os latrocínios, os roubos seguidos de morte, que tanto assustam a classe média e têm tanta repercussão na imprensa, são menos de 1% do total dos crimes. Os crimes de droga e de extermínio envolvem geralmente gente pobre morando em área precária. E nós realizamos todas essas operações sem uma morte, nem de bandidos, nem de policiais, sem uma denúncia sequer de tortura e de maus-tratos.”

Costa, da inteligência, fala dos bons resultados da polícia, mas conclui com uma observação mais geral que aponta para um grande problema, a ser examinado no capítulo seguinte desse livro: “Temos uma política de encarceramento mais eficiente. Não é o ideal, é o que temos. Não se pode ter a ilusão de que o infeliz que vira bandido e é preso pode ser resgatado para a vida social comum desde que lhe deem um emprego para varrer chão a 700 reais por mês. É preciso um trabalho social muito forte, muito duradouro para resolver esse problema.”



## Capítulo 6

# Os limites do Pacto

**1** Até onde pode ir o Pacto pela Vida? Em termos de meta, se os próximos sete anos de redução da criminalidade se compararem aos sete passados, se pode imaginar Recife com um índice de CVLIs próximo ao mínimo recomendado pela ONU, de 10 mortos para cada 100 mil habitantes, e o estado de Pernambuco como um todo abaixo da última média nacional divulgada, de 2012, 29 mortos por 100 mil habitantes. Como se vê, há muito que

fazer. Não existe milagre, dizia o governo de Pernambuco quando iniciou o PPV. “É no plano estratégico que vamos resolver esse problema”, se dizia no documento de maio de 2007.

O *Diário de Pernambuco*, no dia em que apresentou o PPV, numa das matérias especiais que acompanhou essa divulgação, detalhou os indicadores sociais, econômicos e demográficos do estado, abordando aspectos que iam da densidade demográfica de Pernambuco até os altos índices de desigualdade social. E dizia: “Para cada quatro pernambucanos, um é indigente – o que significa integrar uma família que sobrevive com apenas um quarto de salário mínimo. A relação entre desigualdade social e violência é óbvia. Claro que a pobreza não justifica a ação criminosa – mas, inegavelmente, explica.”

Para este livro, em fevereiro deste ano, o repórter da Editora Manifesto foi a Campina do Barreto, bairro de Recife, alvo de atenção especial do PPV, mas no qual ainda há muitíssimo a fazer. O bairro fica no norte da cidade, às margens do Beberibe, o segundo grande rio da capital pernambucana, que, como todo mundo sabe, junta-se ao Capibaribe, perto de Olinda, para formar o oceano Atlântico... A área de Campina do Barreto é de antigos alagados, tomadas de córregos que dão nome às localidades vizinhas, como o Jaqueira, o Curió, o dos Coqueiros, o Todó. Na própria área de Campina do Barreto há um descampado onde hoje existe um campo de

futebol, que é conhecido como Chão de Estrelas, devido à água que mina da terra e chega a refletir o céu, em certas ocasiões. Campina tem hoje cerca de 10 mil moradores. O aterramento da região é de cerca de 40 anos atrás. De início houve certo controle da ocupação. Os primeiros moradores recebiam casas com esgotamento sanitário, conduzido para o lado de Olinda, para uma estação de tratamento da Compesa, a companhia de saneamento estadual, por uma tubulação de aço que passa por uma ponte metálica estreita sobre o Beberibe e dá passagem também para pedestres. Hoje, a sensação de segurança dos moradores é muito maior do que a de sete anos atrás, quando o PPV colocou o bairro como um de seus “pontos quentes”. O índice de CVLIs, que era enorme, caiu 90%, para 20 homicídios para 100 mil habitantes (como a população é um décimo disso, apenas 10 mil habitantes, o índice significa que ocorreram apenas dois homicídios na área em 2013). As pessoas apontam as câmaras de vigilância que foram instaladas pelo Pacto e dão notícia do incessante patrulhamento das ruas por viaturas da PM que vão e vem pelo bairro. Mas a pobreza, em boa parte da região, é extrema. Junto com os que receberam lotes oficiais com saneamento vieram os despejados de outras áreas que se instalaram nas beiradas do Beberibe sem qualquer recurso sanitário. Vistas da ponte da Compesa, carcomida e perigosa para a passagem

de gente e de animais, os casebres e palafitas formam um cinturão de miséria em torno do rio.

**2** No elenco do que é preciso ser feito ainda no PPV deve-se destacar a questão do sistema prisional. Não é apenas um problema de Pernambuco, todos sabem. Nas duas décadas de 1992 a 2011 a quantidade de presos no Brasil, segundo dados do Centro Internacional para Estudos Prisionais (ICPS, na sigla em inglês) passou de 114.377 pessoas para 514.582, uma alta de 350%. Enquanto a taxa de CVLIs no País, na média, praticamente estacionou nesses anos e, na maioria dos estados, subiu, a taxa de presos por 100 mil habitantes pulou de 74 para 260, um crescimento de quase 300%. E num balanço de 2013 dos mutirões carcerários realizados pelo Conselho Nacional de Justiça, que examinaram apenas 33.701 processos, se via ainda que 2.137 presos que já deveriam ter sido soltos continuavam encarcerados e outros 3.278 não tinham recebido benefícios, como progressão da pena, que lhes eram devidos. Isso sem falar nas condições de vida nos presídios, as quais, segundo declarações do ministro da Justiça do governo federal, José Eduardo Cardozo, eram “medievais”.

Quando o PPV começou a funcionar, Pernambuco tinha aproximadamente 16 mil presos para apenas 8.000 vagas. O Pacto dobrou o número de apenados, que foi para 32 mil. E criou apenas 2.000 vagas. Ou seja, se antes havia apenas uma vaga para

cada dois presos, agora a vaga é a mesma, mas os presos são três. O governo Campos pensou nesse problema desde o início. Planejou construir num sistema de Parceria Público Privada, um presídio moderno em Itaquitinga, na Mata Norte do estado. Em abril de 2012 o repórter de Manifesto foi ver a obra. Encontrou no local o empresário Eduardo Fialho, 60 anos, a parte privada da parceria. Fialho lhe mostrou o empreendimento em plena construção, entusiasmado. Disse que seria o mais moderno do País; que estaria numa lista da KPMG and Infrastructure Journal, de 2010; que teria isso e aquilo – ambientes de vivência para cada grupo de 93 presos, com oficinas com e sem ferramentas, com sala de culto, de biblioteca, com presos separados por graus de crimes cometidos, clínica médica, áreas para trabalho agrícola etc. Mas, embora o Banco do Nordeste tenha entrado com bom dinheiro, porque se tratava de obra considerada prioritária para a região, a parte de Fialho faltou, sua empresa faliu quando 80% da obra estava concluída, ficou devendo a fornecedores, e hoje o governo de Pernambuco tenta desenrolar o negócio. Neste ano, marcou nova data da inauguração do presídio: para 2015. Ao mesmo tempo o governo lançou o edital para a construção, também até 2015, em Araçoiaba, na Região Metropolitana Norte de Recife, de um presídio para 4.100 vagas. Com mais cerca de 1.100 vagas a serem obtidas por um presídio no Agreste, em Tacaimbó, outro em Caruaru, duas cadeias públicas – uma em

Santa Cruz do Capibaribe e outra em Floresta – e uma ampliação no Complexo do Curado, atualmente com cerca de 1.500 vagas, se chegaria, diz o governo, no final de 2015, a 8.300 novas vagas. No total, seriam então 18.300 vagas. Ou seja, como o número de presos vem crescendo à base de 2.000 por ano, no final de 2015 se conseguiria voltar aproximadamente à proporção de dois presos por vaga que havia em 2007. É muito pouco, como disse Humberto Vianna para este livro em novembro de 2009. Vianna foi um dos articuladores do Pacto pela Vida. Entusiasmou-se com a mobilização para fazer o programa de segurança. Participou ativamente dos debates. Foi o primeiro encarregado do sistema prisional no PPV. “É claro que não se deve fazer a apologia de proteger bandidos. Mas encher as cadeias de meninos para eles se corromperem com os verdadeiros bandidos não resolve, complica o problema da criminalidade”. Na época, Itaquitinga era um projeto maravilhoso, achava-se. “Os presídios hoje são, sem dúvida, escolas do crime”, dizia Vianna. Para lá vão basicamente pobres e jovens – entre 60% e 65% dos presos em Pernambuco têm de 18 a 28 anos – relatou Vianna na ocasião. “Avalio que desses jovens que estão presos, 12 mil poderiam ser soltos para cumprirem suas penas em liberdade com monitoramento. Mas há dificuldades para isso. A Lei de Execuções Penais em vigor, por exemplo, não contempla o monitoramento”, ele dizia. E completava com o que talvez seja um

problema maior: “Muita gente de classe média e alta se sente mais segura com mais prisões.”

Entre os dias 28 de abril e 9 de maio deste ano, o CNJ fez um mutirão carcerário no Complexo do Curado de Pernambuco e divulgou seus resultados pela imprensa de Recife no início da primeira semana de julho. O CNJ destacou o apoio do Tribunal de Justiça, do Ministério Público de Pernambuco, da Defensoria Pública do Estado e da Secretaria Executiva de Ressocialização do Estado (Seres). O mutirão reexaminou os processos de execução penal e prisões provisórias dos detentos do sistema do Curado, que é formado por três presídios. Após analisar 5.184 processos, extinguiu 32 penas, promoveu 172 livramentos condicionais, 29 progressões ao regime aberto de cumprimento de pena, 359 para o semiaberto e mais um indulto, duas transferências de unidade e duas prisões domiciliares. Na análise de 2.242 processos de presos provisórios, concedeu 27 relaxamentos de flagrante e 194 liberdades provisórias ou revogações de prisões preventivas e também adotou medidas cautelares alternativas à prisão em 63 casos. Mas os dirigentes do Comitê Gestor do Pacto Pela Vida, na sua reunião das quintas-feiras, de 3 de julho deste ano, não gostaram principalmente de detalhes –pequenas melhorias que Pernambuco tem feito no complexo e que foram ignorados – e da forma da divulgação do relatório, pela imprensa. O tom das observações de Romero Ribeiro, o homem que está hoje no lugar inicialmente ocupado por Humberto

Viana, foi diferente. Ele, como os outros, considerou o relatório injusto. Mas disse: “Enquanto a sociedade não entender que o sistema prisional não merece atenção, não vamos ter uma boa política para o setor”.

**3** O Pacto tenta avançar por outro lado, de combater as causas da exclusão social que podem estar associadas às da criminalidade. Esse caminho pode ser percebido na cena seguinte, de 9 de fevereiro de 2014. É sábado e estamos na Vila dos Milagres, um dos chamados “territórios vulneráveis” de Recife. A vila é um pedaço mais pobre do Ibura, um bairro pobre da capital, e foi escolhida para uma “ocupação social”, um mutirão de serviços de diversas secretarias do governo de Pernambuco promovido pelo Governo Presente, órgão de articulação social do estado, com presença no CGPPV. A ocupação foi baseada em levantamentos da secretaria de Defesa Social sobre a situação de segurança da área e preparada, na semana anterior, por reuniões da coordenação da ocupação com líderes comunitários, diretores de escola, de postos de saúde, delegados da polícia civil e representantes da PM na área. São oito horas da manhã quando os organizadores do encontro abrem os portões da Escola Estadual Vila dos Milagres e deixam entrar a extensa fila de moradores, a grande maioria dali, mas também gente das vizinhanças atraída pela promessa de serviços a serem prestados. O atendimento é feito em sete salas e mais sete bancas, nas quais são distribuídos

materiais de promoção de programas como o do Patronato, para apoio aos egressos do sistema prisional, e o Paulo Freire, para a alfabetização de adultos, ambos da secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos. A fila maior na prestação de serviços é para as carteiras de identidade, onde estão mais de 30 pessoas. Um senhor quer uma carteira nova, pois a sua está se desmanchando, e quer também uma para o filho de 13 anos que o acompanha. Na fila para tirar carteira de trabalho há 26 inscritos e o atendimento é feito por funcionários da secretaria de Trabalho, Qualificação e Emprego. Na sala da Defensoria Pública, uma dúzia de pessoas estão sentadas à espera de atendimento por ordem de entrada. Uma moça conta que está ali para ver se os advogados do Estado a ajudam a cobrar pensão alimentícia do ex-marido, pai de seus três filhos, que ela sabe que mora no Pina, um bairro na área central de Recife, mas em endereço incerto, que ele não informa. Na banca do Patronato, sem fregueses, um jovem informa que a Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos (SDSDH) tem o registro de três dezenas de egressos do sistema prisional que moram nas vizinhanças, mas nenhum apareceu. “De um modo geral é assim”, ele diz, “essa gente não gosta de aparecer. De uma dúzia de depoimentos tomados pelo repórter se recolhem várias queixas: o atendimento à saúde na Vila dos Milagres é ruim, falta dentista e, principalmente, emprego. Outra queixa comum: a vila fica à margem da BR101 e

para atravessar a pista os moradores contam apenas com um sinal piscante em amarelo para que os motoristas reduzam a velocidade.

O Governo Presente foi criado em 2008. Fazia parte da Secretaria de Articulação Social, hoje extinta, e passou a subordinar-se à secretaria de Governo. Procura coordenar as ações sociais de 14 secretarias e órgãos de governo. Tem centros de trabalho em Jaboatão, no litoral, região da Mata Sul, em Caruaru, no Agreste e em Petrolina, no Sertão. Mas atua principalmente em Recife, onde definiu cerca de 50 Territórios Especiais de Cidadania (TECs). Tem quatro sedes fixas – uma das casas fica no Iburá – com equipes para visitas e pesquisas junto aos moradores da região e nas regiões dos TECs. Em 2013 ouviu 132.618 pessoas. Seu foco: difusão dos Direitos Humanos, com capacitação de pessoas para essa promoção; mediação de conflitos que sejam identificados; buscar facilitar o acesso à documentação; ajudar a promover a regularização fundiária nos TECs; promover ações no contraturno das escolas públicas para jovens de 14 a 19 anos, entre outras.

**4** Não é fácil, no entanto, acertar o foco num esforço de ajudar o povo pobre a sair das condições de exclusão e criminalidade. Um exemplo: o governo tinha como uma de suas 28 pastas em 2013 uma secretaria de Articulação Social e Regional (SASR) para fortalecer a ideia, muito ligada aos princípios do Pacto

pela Vida, de mobilizar outros esforços institucionais, das prefeituras, do Ministério Público, do Judiciário e dos movimentos sociais para ajudar a desenvolver o programa. Por economia e por críticas políticas quanto ao número de cargos no alto escalão do governo, no final de 2013 o governo reduziu o número de pastas a 21, fundindo algumas e incorporando as funções e parte do pessoal de outras em secretarias remanescentes. A SASR foi extinta e seu pessoal em parte incorporado à secretaria de Governo. Era para ser extinta também a secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos (SDSDH). Como a SASR, ela seria anexada à secretaria de Governo, formando uma poderosa Secretaria de Governo e Desenvolvimento Social. Isso seria bom ou ruim para o PPV? O lado bom: o governo economizaria 25 milhões de reais com cortes nos cargos de chefia. Mas a grita maior foi contra a diluição da SDSDH na secretaria de Governo, tendo em vista o poderoso valor simbólico dos direitos humanos.

Quando, afinal, Eduardo Campos concluiu seu projeto de reforma administrativa, no início de janeiro de 2014, a SDSDH continuou, mas agora sob o comando de Bernardo D’Almeida, já citado neste livro e outro curinga do governador Campos para o comando do PPV. Almeida, agora com 42 anos, é um dos maiores entusiastas do Pacto. Acompanhou a crise de 2011. Naquele ano, o repórter esteve no Palácio com o governador na sexta-feira dia 30 de dezembro,

no final da tarde, para a festinha dos funcionários na despedida dos trabalhos do ano e, de hora em hora, Campos queria saber qual era o número de CVLIs no estado, para ver se a meta de redução seria atingida. Quando o repórter saiu, pelos números absolutos, parecia que não – o número de CVLIs já passava de 3.460. Em 2010 tinham sido 3470. Um mês depois, quando todos os últimos casos de morte foram checados e consolidados e os cálculos da população pernambucana foram feitos de acordo com as regras do IBGE, o repórter soube, através dos números fornecidos por Almeida, que a redução havia sido conseguida: tinham ocorrido 3.466 CVLIs para a população estimada do ano de 9.062.506 pessoas, o que dava uma taxa de 38,25 homicídios para cada grupo de 100 mil habitantes, contra os 3.470 homicídios de 2010 e população de 8.985.658 pessoas, uma taxa de CVLIs de 38,62 por 100 mil habitantes, ou seja, maior. Almeida, também, assistiu à deflagração de dez medidas emergenciais tomadas ao longo de 40 dias, de 21 de novembro a 31 de dezembro de 2010, sob comando direto do governador, para evitar que as metas fossem descumpridas. E fez um resumo delas em *e-mail* para o repórter no começo da tarde de 9 fevereiro do ano seguinte:

I. Meta para o programa Atitude, de enfrentamento ao *crack*, para 120 acolhimentos de usuários nos municípios mais críticos (Cabo de Santo Agostinho, Caruaru, Recife e Jaboatão dos Guararapes);

2. Foco do programa Atitude nos usuários mais vulneráveis aos CVLIs;

3. Suspensão das saídas do regime semiaberto;

4. Suspensão de férias dos policiais;

5. Intensificação das revistas nas unidades prisionais;

6. Articulação com o Poder Judiciário para expedição de mandados de prisão de cem homicidas da Região Metropolitana de Recife;

7. Meta de cumprimento de mandados de prisão por Área Integrada de Segurança;

8. Meta de flagrante de porte ilegal de arma de fogo por Área Integrada de Segurança;

9. Recomendação de rigor na aplicação de fiança nos crimes afiançáveis, caso o flagrante seja de pessoa reincidente;

10. Instalação de bloqueador de celular no presídio Aníbal Bruno.

No final do *e-mail*, aparentemente animado, Almeida comentou que 2012 começara muito bem, visto que em janeiro tinham ocorrido apenas 286 CVLIs, o nono mês seguido de CVLIs abaixo de 300, quando, antes do Pacto, “PE chegou a ter 459, em um único mês”. No último encontro com ele, antes da redação deste livro, no início de julho de 2014, Almeida estava convencido de que neste ano não se conseguiria uma redução. Mas continuava animado achando que na equipe do Pacto há “um sentimento de que podemos acertar e melhorar”. “É preciso colocar o

carro nos trilhos”, diz. Acha que o novo governador, João Lyra, “é muito tranquilo, deu um show quando comandou a Saúde”, referindo-se ao desempenho do vice de Campos em 2007, quando acumulou a secretaria da Saúde. Pelo que diz ao repórter, uma sugestão sua seria a de Lyra de algum modo contemplar os policiais, que estão descontentes “veja-se a greve aberta da PM e a greve branca da polícia civil”, diz ele, referindo-se a agitações nessas áreas no mês de maio, antes da Copa.

A SDSDH que Almeida comanda agora é uma secretaria de amplo raio de ação. Inclui três subsecretarias: 1) a de Ressocialização, que cuida dos presídios; 2) a de Assistência e Desenvolvimento Social, na qual ficam os centros de referência e assistência social (Creas), os centros de assistência às vítimas indiretas da violência (Ceav) e o de Atenção Integral ao Usuário de Drogas (Atitude); 3) a de Justiça e Direitos Humanos, que abriga programas de proteção às testemunhas, de proteção a crianças e adolescentes ameaçados de morte, de defesa de penas alternativas às prisões, de reeducação de agressores de mulheres, de aprimoramento da legislação e regulamentos para identificar e prevenir os crimes de racismo e de homofobia.

Mais recentemente, a SDSDH assumiu também o programa Governo Presente. No dia 11 de junho incorporou a seus quadros uma nova equipe, de 150 agentes de direitos, para atuar nos 40 Territórios

Especiais de Cidadania (TECs) atendidos em Recife, Jaboatão dos Guararapes, Caruaru e Petrolina. Os agentes foram selecionados a partir das escolas das próprias comunidades onde moram. Segundo o secretário, eles irão realizar o Cadastro de Direitos da população dos TECs, visitando todos os domicílios, identificando quem está em situação de analfabetismo, fora da escola, sem documentação civil básica, quem precisa de qualificação profissional e se há algum tipo de conflito na comunidade.

As informações obtidas pelos agentes durante a pesquisa vão alimentar o sistema de dados do Programa e permitir a articulação com as secretarias estaduais para a oferta dos programas e ações das políticas públicas mais adequadas para cada cidadão, uma busca ativa voltada a inclusão e melhoria das condições sociais das comunidades.

O programa deve se estender a outras prefeituras. Almeida é um entusiasta do desenvolvimento do PPV pela ação social, com a inclusão de novas forças sociais, com o apoio de outras instituições de estado. Por sugestão dele, em fevereiro de 2014, o repórter passou uma tarde em Santo Amaro, o bairro símbolo do sucesso do PPV, num Centro da Juventude, e um dia em Caruaru, a capital do Agreste pernambucano.

O Centro da Juventude é um dos 56 de seu tipo em Pernambuco. Está aberto a jovens de 16 a 29 das 6h30 às 17h30, de segunda a sexta. Oferece

duas refeições diárias e duas salas, onde ficam estendidos alguns colchões para descanso dos cansados e com sono. Dá uma ajuda de cem reais mensais para quem tem presença regular no mês e assiste às aulas. Oferece cursos especiais para interessados em ter uma das profissões para a qual o centro tem instrutores. Tem 500 frequentadores regulares: moradores de rua, dependentes de drogas em busca de recuperação, egressos do sistema prisional sem emprego. No local, com uma dúzia e meia de salas, para aulas, alimentação, descanso e administração e duas quadras de esportes, funcionava a antiga Legião Brasileira de Assistência. O centro é administrado em convênio com o Estado, por uma organização não governamental, dirigida por Alda Roberta e Ana Glória, uma psicóloga e uma assistente social. Tem 60 profissionais, contando dirigentes, meia dúzia de psicólogos e assistentes sociais, professores, instrutores e auxiliares. É um ambiente animado. Aparentemente os jovens se divertem quando, em sala de aula, o repórter pergunta a alguns o que vão ser quando crescerem e diz que tem planos para o futuro, apesar dos seus evidentes 73 anos. Patrícia, auxiliar de ensino, 29 anos, casada, ajuda os instrutores, “ensinando e aprendendo”, como ela diz. “Em época de chuva muitas vezes alguns chegam molhados, porque dormem nas ruas. O ambiente tem sido sempre bom, assim”, ela diz. “Já teve briga, alguns usavam drogas, hoje isso é raro. Poucos são expulsos por causar confusão.”

Em Caruaru o repórter constata que, de fato, o Pacto ganha adeptos. Existe um movimento dos promotores e juizes de apoio ao Pacto. Paulo Oliveira, pernambucano de Recife, 38 anos, é da Procuradoria Geral de Justiça, promotor na cidade. Está em Caruaru há seis anos e, há três, é coordenador da promotoria da região, sede de 18 municípios. Ele explica porque acha um dever a participação no PPV. O Ministério Público, o promotor, diz ele, não só é o acusador pelo estado no caso dos crimes contra a pessoa e contra a ordem pública, mas, desde a Constituição que redemocratizou o País em 1988, é também o defensor dos direitos difusos e coletivos. “[Os promotores] são defensores naturais da cidadania, do meio ambiente, da criança, do adolescente, além de titulares da ação penal. Além disso, são responsáveis pelo controle externo das polícias, para que ela atue segundo as normas.” Oliveira tem mais uma qualificação. Foi oficial da PM por dez anos. E começou a se preocupar com a omissão dos municípios nas questões da segurança. Viu que Pernambuco tem lei de 1990 que trata da segurança no entorno das escolas, que Caruaru tem legislação no mesmo sentido para os eventos e locais de aglomeração pública. Começou a trabalhar essas ideias e um dia foi convidado a apresentá-las na reunião de monitoramento mensal do Comitê Gestor do PPV. Suas ideias despertaram interesse e contribuíram no projeto que criou o “ICMS da Paz”, uma dedução do imposto estadual para os

municípios com atividades expressivas em segurança pública. A partir daí ele e outros promotores tiveram a ideia, aceita dentro do próprio Ministério Público, para criar uma padronização, com uma espécie de selo, como o fornecido pelo Unicef, a agência das Nações Unidas para a defesa da infância, para os municípios nos quais seja certificada a existência de um conjunto de ações pela segurança pública.

Outro jovem, o juiz Gleydson Pinheiro, da Terceira Vara Criminal de Caruaru, 36 anos, há 11 na cidade, é outro que acha o Pacto uma criação aberta, nova, promissora, para a qual o judiciário foi convidado e da qual deve participar. No PPV, diz, “vi pela primeira vez uma política ordenada de segurança pública, com estratégia e método, com metas, avaliação de desempenho, premiação pelo mérito”. “Em segurança pública”, diz ele, “a harmonia é essencial entre os poderes. E foi a primeira vez que vi ter, na política de segurança, alguém que fala a nossa linguagem”. Ele acha, por exemplo, que, na questão das drogas, deve haver uma discussão até mesmo quanto à legislação existente. Ele aponta como exemplo, para a questão do *crack*, hoje não apenas uma questão no campo da criminalidade, mas no da saúde pública.

**5** De volta a Recife, ainda na secretaria de Almeida, a sugestão do juiz Pinheiro remete para o exame do programa Atitude, possivelmente o mais engenhoso e motivado programa de prevenção e

combate ao uso do *crack* no País. A expansão do uso do *crack*, para a situação de verdadeira epidemia verificada hoje, tem dez anos. Tem origem, em boa parte, no fracasso das políticas americanas de contenção do plantio de coca pela repressão e pela queima incentivada das plantações em virtude da vitória dos governos populares e antiamericanos em países andinos. No lugar da cocaína, o sal solúvel que se obtêm do refino da pasta de coca com álcool, acetona e solventes, mais caro, surgiu a venda de pedras, muito mais baratas, obtidas de pasta, uma base, produzida pela queima das folhas com querosene ou óleo combustível. E que, em certas condições sociais e culturais, explodiu por países como o Brasil. Hoje, é rara a cidade de porte médio para cima que não tenha a sua *cracolândia*. Numa das invasões preparatórias da ocupação do Complexo do Alemão, no Rio, em 2011, chamava a atenção dos interessados no problema uma ação de 150 PMs cariocas, apoiados em carros blindados chamados “caveirões” e em retroescavadeiras para desobstruir caminhos, que matou cinco e prendeu nove supostos traficantes da favela do Jacarezinho e na qual, pelas fotos dos jornais do dia seguinte, se via uma horda de usuários do *crack*, como que perdidos do mundo, abandonados até pelas forças encarregadas da segurança, que passavam por eles como se não existissem. Nos 138 programas do plano publicado em maio de 2007 do qual nasceu o PPV, já havia vários relacionados com as questões da droga. Mas o programa Atenção Integral ao Usuário

de Drogas (Atitude), voltado principalmente para o combate ao *crack*, tem origem num grande esforço do governo, inspirado pelas discussões no CGPPV, quando o comitê de direção do Pacto, se deu conta da extensão do problema. Foi programada então uma ação integrada das secretarias da ação social e da Saúde de Pernambuco, para bater, se possível, na porta de 1 milhão de lares no estado, ou seja, atingir toda a população, para passar um questionário que ajudasse a medir e discutir como atacar o problema. Formou-se, com profissionais das duas áreas mais voluntários, um exército de cerca de 38 mil pessoas que partiu então para a tarefa. Daí surgiu, em maio de 2010, o Plano de Ações Sociais Integradas de Enfrentamento do Crack, o embrião do Atitude, formalizado em 2011, juntamente com a criação no CGPPV de uma Câmara de Enfrentamento ao Crack. Em 2012 já existiam 11 centros do Atitude em Pernambuco, com cerca de 30 profissionais cada, para atendimento, 24 horas por dia, aos usuários do *crack*. Também já existiam 40 “repúblicas”, ou casas de aluguel social, para apoiar a volta à vida normal de pessoas atendidas em condições de recuperação. Dos usuários de *crack*, quase metade já tinha sofrido ameaça de morte, basicamente por dívida com o traficante. Como se sabe, um usuário com grande dependência do *crack* chega a fumar de 20 a 30 pedras por dia, o que, a um custo de cinco reais por pedra dá uma despesa mensal de cerca de 3 mil reais.

**6** A última questão a tratar no amplo leque de temas abrangidos pela SDDSH de Almeida diz respeito a um incidente que mistura, simbolicamente, a repressão aos crimes de gênero, tanto em relação às mulheres como à comunidade LGBT e ao racismo. Vamos procurar explicitá-la por um caso, hoje nos anais da história do PPV, que teve repercussão nacional: a demissão do secretário de Defesa Social Wilson Damásio, um negro, no final de 2013, por aparentes ofensas às mulheres e aos gays. A história, em detalhes: no dia 19 de dezembro, Damásio pediu exoneração do cargo, logo aceita pelo governador Campos, após publicação de entrevista a Fabiana Moraes, do *Jornal do Commercio* de Recife. A repórter fora entrevistá-lo quase um mês antes, no dia 22 de novembro, e Damásio estava acompanhado do corregedor adjunto da SDS, do ouvidor da secretaria e da gerente do centro integrado de comunicação da pasta. A repórter tinha informado a Damásio, antes da entrevista, que queria tratar de abordagens criminosas praticadas por policiais do Grupo de Ação Tática Itinerante (Gati), das Rondas Ostensivas de Apoio de Motocicleta (Rocam) e da Patrulha do Bairro. Disse a repórter no texto publicado: “Enquanto a ROCAM e o GATI, campeões de registros na Corregedoria, já são velhos conhecidos na SDS quando os tópicos são denúncias e reclamações, a Patrulha, até então, figurava como estrela brilhante e inquestionável”. Ela disse ter ouvido vários relatos, de diferentes pessoas, de

práticas abusivas de uma patrulha cujo endereço de serviços ela deu: bairro da Tamarineira, Alto José do Pinho, rua da Mangabeira.

O texto da jornalista era o último de uma série de quatro e tinha a pretensão de mostrar a persistência de um problema antigo. A primeira pergunta que ela faz é a seguinte: “Estou há cerca de dois meses ouvindo relatos da questão da exploração sexual, a matéria tem relação com o livro *Casa Grande e Senzala* [de Gilberto Freyre, cuja primeira edição completava 80 anos, nota do repórter]. Estamos fazendo um paralelo mostrando que o sofrimento das meninas e mulheres naquele momento, não se extinguiu nos dias de hoje. Entre as falas, algumas feitas por menores, há relatos sobre a atuação do GATI, da ROCAM e da Patrulha do Bairro. Eles chegam no local, dizem as entrevistadas, como se fossem fazer uma abordagem mas, na verdade, os policiais pedem para ver os seios das meninas, há relatos de sexo oral. Falei com a corregedoria para ver se existem registros de casos assim, me informaram que não.”

Damásio responde que teria havido um caso como aquele, em Jaboatão, no qual um policial foi preso, e pede ao corregedor para verificar. Diz que a moça era ligada à prostituição e chegou ao posto policial para fazer queixa. E que os policiais foram até o bar, que estava fechado. Fabiana diz então que a moça, de 28 anos, entrevistada, alegou que os policiais a levaram para a beira-mar e, com um revólver

apontado para sua cabeça, a obrigaram a fazer sexo oral.

Damásio diz então: “Ficamos sabendo, botamos a corregedoria atrás, prendemos a guarnição, pegamos por nosso sistema de rastreamento. E aí eles foram presos.” Logo em seguida faz um destaque para revelar algumas de suas ideias, que, aliás, o tirariam do cargo. Diz: “Quer dizer: desvio de conduta a gente tem em todo lugar. Tem na casa da gente, tem irmão que é homossexual, tem outro que é ladrão, entendeu?”. Aí tenta se corrigir desse primeiro, digamos assim, desvio, não de conduta, mas de pensamentos. Diz – de fato, sem conseguir corrigir direito suas ideias tortas: “Lógico que a homossexualidade não quer dizer bandidagem, mas foge do padrão de comportamento da família brasileira tradicional. Então, em todo lugar tem alguma coisa errada, e a polícia, né, a linha em que a polícia anda, ela é muito tênue.”

A repórter, a seguir, critica o fato de não haver mais rondas do Departamento de Polícia da Criança e do Adolescente. Damásio diz que os Pagamentos por Jornadas Extras de Segurança (Pejes) daquele departamento foram para a Patrulha do Bairro e que esta também realiza as Operações Sossego. Há uma troca de opiniões antagônicas: ela diz que uma coisa – menores – não tem nada a ver com a outra – o sossego público –, e ele diz que tem tudo a ver. Ela pergunta então o que se faz quando se constata exploração sexual. Ele diz que todos são

levados para a delegacia para abertura de inquérito. Ela diz que as meninas são mais vulneráveis por causa do *crack*. Damásio diz que o governo está cercado o problema por todos os lados, também pelo combate às drogas. “Sabe aquelas meninas que ficam ali no manguezal da Ponte do Limoeiro”, diz ele, referindo-se a conhecido local de prostituição, numa passagem entre o continente e a ilha do Recife antigo. “Meninas dali estão sendo empregadas na SDS”, ele diz.

Damásio estica a conversa, tentando mostrar que tem agido certo nessa questão. Diz que a Patrulha do Bairro flagrou, perto do bairro de Santo Amaro, num carro da prefeitura de Recife, um senhor de 60 anos com uma menina fazendo sexo oral nele. Diz que o sujeito foi preso e também demitido. “A gente não alisa, não. A gente não é conivente. Aquela época do falso corporativismo acabou.” Fabiana levanta mais uma questão: “Isso me recorda o escândalo das Ronda do Quarteirão, no Ceará [programa semelhante ao Patrulha do Bairro de Pernambuco], quando as câmaras dos próprios veículos filmaram os policiais fazendo sexo com as mulheres dentro dos carros”. Damásio responde de modo que já se começa a ver o seu segundo e fatal “desvio de pensamento”. Diz: “A gente já pensou em colocar a câmera escondida... mas, aqui, agora, tudo é garantia e direitos individuais.” Fabiana faz então sua última intervenção, que Damásio toma para enveredar por fatos de sua vida passada ou resultantes de observações recentes ou talvez apenas

ideias que, em qualquer hipótese, o levaram à exoneração: “Ah! Vai dizer isso para as associações [...] aqui tem muitos problemas, com as mulheres principalmente. Elas às vezes até se acham porque estão com policial. O policial exerce um fascínio no dito sexo frágil. Eu não sei por que é que mulher gosta tanto de farda. Todo policial mais antigo tem duas famílias, uma amante, duas. É um negócio. Eu sou um policial federal, feio para c\* [diz a impropriedade, que Fabiana, pelas regras do jornalismo tradicional, digamos, não reproduz]. A gente ia pra Floresta [cidade do Sertão], para esses lugares. Quando chegávamos lá, colocávamos o colete, as meninas ficavam tudo sassaricando. Às vezes tinha namorado, às vezes eram mulheres casadas. Pra ela é o máximo [estar] dando para um policial. Dentro da viatura, então, o fetiche vai lá em cima, é coisa de doido”.

O palavrório de Damásio saiu na *web* e os internautas interessados em criticar o governo Campos não perderam tempo: “Governo podre e falso”, disse um deles. “Pois é”, argumentou o internauta. “Esse é o governo que temos em PE... tudo podre e falso... e que se diz transparente, democrático e blá-blá-blá... radiografia do que nos comanda. VERGONHOSO!!!! Esse senhor está onde está porque reza na cartilha do patrão.” O destemperado e o palavrório do internauta são evidentes. Mas, mesmo na imprensa elaborada com mais cuidado, o tom dos comentários merece reparos. Um desses comentários

merece dois reparos. O comentário, em partes: [A Patrulha do Bairro é] “uma das principais vitrines da gestão do governador de Pernambuco, provável candidato à presidência em 2014 [o artigo é de 22 de dezembro de 2013]”. “‘Não pensei duas vezes’, arrostou Eduardo Campos, tonitruante, ao justificar que aceitava a renúncia para não permitir que o episódio interferisse na sua política de segurança. Tivesse pensado duas vezes, talvez lhe ocorresse não lamentar a saída de Wilson Damásio. Nem se referir aos ‘serviços prestados’ pelo secretário, na nota protocolar de exoneração – há vezes em que mesmo frases obrigatórias soam melhor quando omitidas”. O artigo conclui: “Damásio deveria ter sido demitido não por ter feito declarações que ‘motivaram críticas e cobranças’. Sequer deveria ter ocupado o cargo, por pensar o que diz.”

Os dois reparos a esse artigo: 1 – A Patrulha do Bairro está longe de ser uma das principais vitrines do plano de segurança de Pernambuco. Este livro é prova disso. 2 – Não se pode punir uma pessoa pelo que ela pensa. As frases de Damásio na entrevista à repórter do *Jornal do Commercio* revelam um pensador precário nas questões de gênero. Numa delas, ao classificar o homossexualismo como desvio de conduta, ele comete uma ofensa à comunidade LGBT. Mas na frase seguinte, embora o faça em nome dos valores do que ele entende ser a família brasileira tradicional, ele recua. Quanto às suas ideias e informações

quanto às mulheres e aos homens fardados, dentro de viaturas policiais, seria perda de tempo intimá-lo para escarafunchá-las em busca de fatos criminosos. E punir pessoas pelo que elas pensam, por maior que seja o nosso desgosto com o que as pessoas pensam, no fundo, é uma ideia medieval, anterior às do iluminismo, quando se percebeu que mesmo bruxas que confessavam ter matado o papa não podiam ser condenadas apenas por suas confissões se não se encontrasse o cadáver do sumo pontífice.

Pernambuco, diz o repórter que é pernambucano das antigas, tem uma tradição machista e homofóbica de raízes profundas. A política de segurança de Pernambuco quanto às questões de gênero tem problemas como os investigados pela repórter do *Jornal do Commercio*, mas é uma das melhores do País. A Secretaria da Mulher de Pernambuco, por exemplo, foi criada pelo governador Eduardo Campos logo depois de ele tomar posse, a 19 de janeiro de 2007. Em 2013 o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) identificou Pernambuco como o estado com o maior orçamento per capita em políticas públicas para as mulheres do País. Nas universidades e escolas de referência de nível médio do estado existem 52 núcleos de Estudo de Gênero e Enfrentamento da Violência. Existem dez delegacias da mulher em Pernambuco, 15 centros de referência, além de sete serviços de saúde para vítimas de violência sexual, inclusive com aborto previsto em lei. Quanto à defesa

## O pacto pela vida de Eduardo Campos

dos direitos da comunidade LGBT, deve-se lembrar que essa comunidade teve uma participação ativa na elaboração do PPV e nos 138 programas iniciais constava explicitamente a defesa dos seus direitos. E também que foi na gestão de Wilson Damásio como secretário de Defesa Social que a Gerência de Análise da Criminalidade e Estatística da secretaria ajudou a criar a lei 12.876 aprovada pela Assembleia Legislativa de Pernambuco que cria um campo obrigatório nos boletins de ocorrência para registrar os crimes homofóbicos com vistas a facilitar sua punição.

## Capítulo 7

# Os meninos de Campos

**E**duardo Campos, mesmo jovem – nasceu no dia 10 de agosto de 1965 –, já contava com longa vida política. Foi eleito em Pernambuco seis vezes a partir dos 26 anos: uma para deputado estadual; três para deputado federal; e duas para governador do estado. Viveu num ambiente extremamente politizado desde os 14: seu avô, Miguel Arraes, governador de Pernambuco deposto pelo golpe militar de 1964, voltou do exílio em 1979. Eduardo era universitário, estudante de economia na Universidade Federal de Pernambuco, militante do movimento

estudantil contra a ditadura, quando Arraes se elegeu deputado federal em 1982. E, depois de 1984, quando o regime militar caiu, participou intensamente da campanha que repôs seu avô no governo do estado, a 15 de março de 1987 – e ele, com 21 anos, como seu chefe de gabinete. Em 1990, também junto com Arraes, entrou no PSB, partido pelo qual se tornou candidato à presidência da República.

Campos tinha gosto por contar histórias políticas do avô. No dia 13 de fevereiro deste ano, na última reunião do CGPPV que dirigiu, estava em discussão o fato de ter havido sete CVLIs na semana, na AIS 3, região de Boa Viagem. Dois dos homicídios tinham ocorrido numa Cohab, uma área pobre: um rapaz chamado Ipojucã, que tinha saído da prisão fechada e cumpria pena alternativa, por uma questão de drogas matou um e, meia hora depois, foi morto. Eduardo disse: “É assim mesmo, é uma vida desarranjada que se vai e leva outra.” Lembrou a seguir uma reunião de Arraes com representantes de um conselho de entidades de defesa das crianças e adolescentes. O avô era governador, ele era chefe de gabinete e cuidava da agenda. “Encaixei umas 200 pessoas. Tinha ONGs, padres, freiras, pastores. E a imprensa toda na porta. Foram seis discursos, cada um mais longo que um dia de fome. Um representante de uma entidade de Brasília Teimosa disse que o governo tinha como resolver os problemas e isso e aquilo e lá vai e lá vai... Arraes pigarreou e disse...” Eduardo imita a voz rouca

do avô, que falava como se fosse para dentro de si mesmo: “‘Eu acho que se cada entidade de vocês que estão aqui pegasse alguns desses meninos e levasse para casa, o problema do menor em Recife estava resolvido’, ele disse, rindo”.

A seguir, voltou ao tema, aparentemente, procurando tirar mais conclusões do incidente da Cohab e da história do avô: “É preciso focar nesses meninos. Se botar um esforço articulado nessa direção...”, disse. E interrompeu para perguntar ao secretário de Ressocialização qual era a porcentagem de jovens homicidas reincidentes no estado. Este respondeu: “É muito grande. Em São Paulo são 2%. Aqui são 25%”. Um dos presentes na reunião lembra que se está buscando um pacto com os prefeitos – dez já teriam concordado – para acompanhar a vida desses jovens quando postos em liberdade. Porque, diz, quase 100% deles voltam ao crime. Se conseguirmos baixar para 50%...” Outro participante aprova: “É ter os meninos monitorados...” Eduardo diz, para a bancada de sete jovens da Seplag que, um pouco atrás dele, do seu lado esquerdo, registram as decisões: “Bota na ata”. E, dirigindo-se a Almeida, o secretário da SDSDH, que está à sua direita, à frente: “Você já pensou o que aconteceria se soltássemos na rua aqueles 500 meninos de Santo Amaro, diz, referindo-se ao Centro da Juventude do bairro famoso, visitado pelo repórter no capítulo anterior. E continua: “Nós estudamos tipos criminais, botamos o foco em

territórios de criminalidade, agora precisamos focar nessas vidas. O governo do estado acha o dinheiro. Mas tem prefeito que faz que não sabe do problema, faz cara de parede. Esses meninos matam e quando é hora de saírem da prisão tem mãe pedindo a juiz para que não os soltem, porque eles vão ser mortos.”

Na preparação deste livro, numa de suas conversas com o governador, o repórter lhe falou da pobreza que tinha visto em Campina do Barreto, a propósito de uma foto que fazia “sucesso” na internet, com um menino catando lixo, a meio corpo no ribeirão Arruda, que outrora foi um riacho de águas claras e agora é um esgoto de água escura que flui devagar, carregado de restos e sujeira. Campos lhe recomendou então que fosse ver a escola de ensino integral que seu governo tinha construído ali perto. Ele, como muita gente, acredita na educação e na cultura como saída da pobreza para o desenvolvimento. Graças a suas políticas, entre 2007 e 2011, último ano para o qual há registros nacionais, Pernambuco melhorou seu nível de aprovação medido pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, desenvolvido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), do Ministério da Educação, de uma taxa de 63,4% de aprovações para a parte final do ensino fundamental, da sexta à nona série, para 77,5%, um aumento de 14,1% na rede estadual. A melhoria ocorreu inclusive em relação à média do Nordeste: a escola estadual de Pernambuco estava abaixo

da média das outras escolas estaduais da região, que era de 69%, e passou a ficar acima dessa média, que teve uma elevação menor, para 72,9%. Para se ter uma comparação, no mesmo índice, São Paulo, o estado mais rico do País, passou de 88,8% para 91,2%, e as estaduais do Rio, que estavam 4,9 pontos percentuais acima das de Pernambuco, ficaram 4,2% abaixo, foram de 68,3% para 73,3%. O governo criou também um sistema de monitoramento e gestão como o do PPV para a educação e transformou escolas de ensino médio tradicionais em 260 Escolas de Referência para o Ensino Médio (EREMs), sendo 128 de tempo integral e 122 de tempo parcial. Além disso, ampliou a rede de Escolas Técnicas Estaduais existentes: elas eram feitas em parceria público-privada, tinham apenas cinco escolas, foram transformadas em escolas públicas e tiveram inauguradas mais 21 delas. Atendendo à sugestão do governador, o repórter visitou a EREM Alfredo Freyre, em Água Fria, área contígua a Campina do Barreto. É uma escola reformada para 800 alunos, sendo 400 de tempo integral, e sua performance em 2011, no índice citado acima, melhorou, com um avanço próximo ao do Estado como um todo, para 77,0%.

A reunião do dia 13 de fevereiro de 2014, com a presença do governador, citada há pouco acima, lotou a sala do CGPPV na Seplag, com seus 119 lugares – 31 pessoas na mesa principal em forma de ferradura, com o governador no vértice, 32 na sua frente à

direita, 20 numa bancada à sua frente, a esquerda, 28 atrás dele em duas bancadas e mais os sete jovens técnicos da Seplag encarregados dos registros. Foi das nove da manhã às duas da tarde. O governador fez mais duas intervenções maiores. Uma delas quando Raphael West, coordenador do programa Atitude, de enfrentamento ao *crack*, falou mais demoradamente sobre uma operação bem-sucedida, feita na semana anterior, em Santa Cruz do Capibaribe, no maior polo têxtil do estado, com apoio da prefeitura local. West, psicólogo de fala pausada, 30 anos, viu o *crack* evoluir nos últimos anos até a polícia perceber que não era apenas um problema do uso de droga, mas de saúde pública, de segurança, de assassinatos, mortes. O governador lembra que fez um decreto determinando que nos contratos com os seus terceirizados, que são muitos, se estabelecessem cláusulas para que os empresários ajudassem oferecendo empregos para os jovens que o Atitude considerasse em condições de tentar se reinserir da vida social. “Para sair da droga é preciso ter espaço, ter quem ensine, que ajude pelo trabalho”, diz ele. E manda colocar a decisão de procurar os empresários do polo de Santa Cruz do Capibaribe também na ata.

A última intervenção do governador é quando os comandantes da Polícia Militar e da Polícia Civil do Sertão, a área chamada Interior 2, diz que a distribuição dos juízes é muito ruim. Em Floresta, cidade importante do Estado, não há um só juiz, ele

diz. Isso toca numa das questões que Campos acha incrível que não se resolva. Ele acha que os juizes e o Ministério Público em geral fogem da área criminal: “Descobrem 14 condições para não encarcerar, fazem mutirão para soltar presos, mas não fazem mutirão para nos autorizar a prender homicidas contumazes. As condições para soltar presos estão certas. Mas onde está a lista de recomendações para mandar prender esses homicidas?”

Nesses sete anos em que acompanhou o Pacto pela Vida e se encontrou com Eduardo Campos, diversas vezes e em diferentes situações, a impressão do repórter é de que ele era uma pessoa que não comprava brigas inúteis. E parecia ser politicamente determinado e corajoso. Seu assessor de imprensa ao longo dos sete anos e três meses de governo foi o jornalista Evaldo Costa. Evaldo conta que quando Campos decidiu destacar a questão da segurança pública no seu plano de governo, na campanha eleitoral, em 2006, parte de seus assessores se dividiu em dois grupos: os que achavam que para ele isso seria dar um tiro num dos próprios pés e os que achavam que seria dar um tiro nos dois pés. Em meados de julho 2005, quando estourou o chamado escândalo do mensalão, Campos deixou seu posto de ministro de Ciência e Tecnologia do governo Lula para reassumir o mandato de deputado federal e ajudar na defesa do presidente; como se sabe, o governo ficou então muito isolado e quase a Câmara aprova

a nomeação de um presidente novo, para substituir Severino Cavalcanti. O então presidente da Câmara fora afastado sob denúncias de corrupção. PSDB, PFL e descontentes diversos em vários outros partidos apoiaram a candidatura de José Thomas Nonô, do PFL que acabou perdendo para Aldo Rebelo (PCdoB) por uma diferença de apenas 15 votos (258 a 243. Se eleito, sabia-se, Nonô tinha pronto o pedido de *impeachment* de Lula.

Campos também comprava brigas. Seus comandados, na polícia civil especialmente, sempre lembram de uma delas, no Fórum de Segurança realizado no Colégio Militar no dia 24 de março de 2007, um dos marcos iniciais do Pacto pela Vida. Alguns dos novos policiais em cargo de direção, como já se relatou neste livro, tinham sido ameaçados. O motivo era o fato de Campos ter feito um projeto de lei ampliando de 41 para 150 o número de delegados especiais, ou seja, que podiam ocupar cargos de chefia na instituição. Com a nova lei ele afastou vários dos 41 sobre os quais havia suspeitas de atividades ilícitas e os substituiu pelos novatos. Diante das ameaças Campos disse, para o plenário do fórum, frases que viraram notícia da primeira página do *Jornal do Commercio*: “Ninguém se atreva [interferir no plano]. Esses cães que ladram muito são frouxos. Conheço todos eles. Desdentados é o que eles são. E eles me conhecem. Conhecem [de quando] eu era da oposição e denunciava o Sindicato do Crime da Mata Sul. E nunca abri. Não sou

mais nem menos que ninguém, mas não vou admitir que desqualificados tentem fazer de um processo [o Pacto pela Vida] tão bonito como esse uma briga menor. Essas coisas [as medidas do PPV] nasceram da sociedade que reclama. E como governador vai me caber defender a integridade de todos que vão militar nessa causa”.

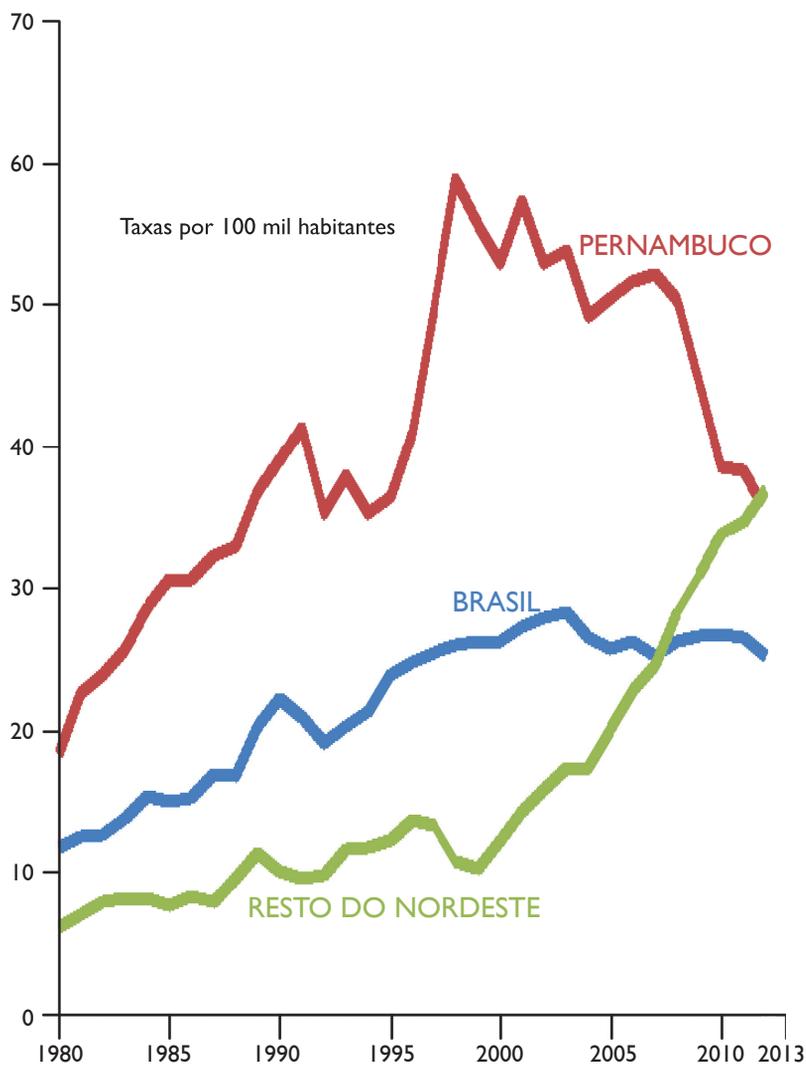
Antes de deixar o governo, no dia 15 de janeiro deste ano, Campos colocou em sua página no Facebook a proposta de um PPV para o Brasil. “Quero lançar aqui a proposta de levarmos o Pacto pela Vida para todo o Brasil. Trata-se de uma iniciativa inovadora que fizemos em Pernambuco, construída junto com a sociedade e em articulação permanente com o Ministério Público e o Poder Judiciário [...] É preciso que União, Estados e Municípios assumam de vez suas responsabilidades sobre a segurança pública [...] Temos mais de cinquenta mil homicídios por ano, no Brasil. É mais do que todas as guerras que assistimos todo dia no noticiário.” Em entrevista para este livro, ele disse, ainda: “É preciso construir uma política de segurança pública nacional, federativa. Na Saúde, na Educação, existe esse esforço. O SUS – Sistema Único de Saúde – vem sendo construído desde 1988. Na segurança, isso não existe. A União procura, em movimentos de espasmos, tratar de segurança e ora avança, ora recua. Os municípios, em regra são alheios ao tema, como se não dissesse respeito a eles. O Pacto pela Vida tem cinco anos [a entrevista citada é de abril

de 2012]. Nossas polícias são formadas em outro tempo histórico. São, de um modo geral, conservadoras em relação às mudanças. Cinco anos não é tempo suficiente para vencer os preconceitos. Fundamental é perseverar nesse caminho, formar nova geração de dirigentes, ter ferramentas científicas para dar consistência aos inquéritos policiais, desenvolver uma política cidadã, com prevenção, com envolvimento da sociedade, compromisso com os direitos humanos.”

Era uma intenção antiga: quando seis anos antes, em abril de 2006, a Fundação João Mangabeira, do PSB, organizou em Recife um seminário para discutir segurança pública, e ele, então deputado federal e pré-candidato de seu partido ao governo de Pernambuco, Campos discursou dizendo: “Nós, socialistas, queremos construir uma política de segurança sólida, que não mude a cada novo secretário ou por pressões eleitorais.” Falou e, de fato, fez. Essa política persistirá em Pernambuco? O atual governador, João Lira, diz que sim, os dois candidatos com maiores chances para sucedê-lo, Paulo Câmara, do PSB [eleito governador], e Armando Monteiro Neto, da coligação PTB-PT, também. E em nível nacional? Essa, no entanto, já é outra história.

## **Segunda parte**

## O pacto pela vida de Eduardo Campos



Fontes: 1979 a 2011: SIM-DATASUS/MS; 2012: FBSP/SENASP; 2013: INFOPOL-SDS-PE.  
Estimativas da população: 1980 a 1999, censos de 1980 e 1991, contagem 1996 e projeções intercensitárias; 2000 a 2013, projeções do IBGE.

## O ESPETACULAR RESULTADO DO PACTO

Nestas duas páginas estão as variações nos índices de CVLIs, o número de crimes violentos letais intencionais por 100 mil habitantes nos últimos anos, para o Brasil, Pernambuco, demais estados e capitais do Nordeste. No gráfico da página à esquerda, para os anos de 1990 a 2013, está, em vermelho, a variação de CVLIs para Pernambuco; em azul, o índice para o Brasil, de 1990 a 2012; e em verde, para os demais estados do Nordeste, no mesmo período. Na tabela abaixo, para um período menor, está a variação dos CVLIs para as capitais. Como se vê, o resultado obtido para Pernambuco e Recife, graças ao PPV, é espetacular.

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Varição
São Luís	26,94	31,64	36,08	43,73	45,13	46,52	72,7%
Teresina	28,80	22,45	22,18	23,42	24,81	29,18	1,3%
Fortaleza	31,20	36,40	34,93	34,60	47,67	49,42	58,4%
Natal	18,86	25,70	31,83	35,97	36,45	45,51	141,3%
João Pessoa	39,13	48,15	50,07	60,95	68,42	75,84	93,8%
Recife	69,24	67,69	62,78	54,24	43,51	43,45	-37,2%
Maceió	85,53	88,07	100,96	86,51	98,42	97,02	13,4%
Aracaju	36,61	25,79	26,45	29,59	27,49	32,09	-12,3%
Salvador	40,92	47,55	58,33	61,27	69,29	59,88	46,3%

# jornal do commercio

Reprodução



## CHEGA DE MORTES

Foram fincadas, ontem, na areia de Boa Viagem, mil cruzes representando 1.714 pessoas assassinadas no Estado, de janeiro a abril. Só ontem, houve sete homicídios na RMR. Grito de basta prossegue domingo, com missa campal. REPORTAGEM DE CÉCILENE LACERDA

### O DESAFIO DO PE BODY COUNT

Quando o PPV foi lançado, em maio de 2007, surgiu ao mesmo tempo, em Recife, na internet, um blog de quatro bons jornalistas – do *Jornal do Commercio*, o mais influente do estado – dedicado à contagem dos corpos dos mortos em Pernambuco, como sugere o título em inglês. Eles denunciavam o crescimento da criminalidade e criavam fatos de repercussão, como o que deu a manchete do JC acima. No dia em que ela foi publicada, Romero Meneses, o secretário da Defesa Social do governo de Eduardo Campos, apoiou a denúncia, dizendo que uma sociedade que não se incomodasse com aquele índice de crimes era como se não estivesse viva.



## OK, VOCÊ VENCEU

Esta foto é do primeiro domingo de 2010. O PPV conseguiu uma redução de 500 mortos, de 2008 para 2009. Os quatro jornalistas do PE Body Count estão, ao seu modo, comemorando com o governador Eduardo Campos a vitória do Pacto no qual ele apostou. Eles conseguiram um espaço entre Recife e Olinda para plantar 500 árvores e o batizaram de Bosque da Esperança. O governador foi e levou parte de sua equipe. Os jornalistas, da direita para a esquerda, a partir de Campos: Carlos Eduardo Santos, Eduardo Machado, João Valadares e Rodrigo Carvalho.

## O pacto pela vida de Eduardo Campos

Reprodução





## A LIMPEZA DA ÁREA POLICIAL

A manchete do *Jornal do Commercio* acima, do dia 25 de março de 2007, é da cobertura de Fórum de Segurança promovido pelo governo Campos, realizado no Colégio Militar de Recife, no dia anterior, e considerado um dos marcos iniciais do PPV. Mostra o governador diferente do seu jeito normal – alegre, animado – fazendo um discurso duro, agressivo. “Esses cães que ladram muito são frouxos. Eu os conheço e eles me conhecem... Não sou mais nem menos que ninguém, mas não vou admitir que desqualificados tentem fazer de um processo [o Pacto pela Vida] tão bonito como esse uma briga menor. Essas coisas [as medidas do PPV] nasceram da sociedade que reclama. E como governador vai me caber defender a integridade de todos que vão militar nessa causa”. O governador tinha tomado uma medida que desagradou um setor da polícia que exercia, não para o bem, poderes especiais no comando de suas delegacias. Para combater essas práticas, o governador trocou chefias e colocou no lugar delas gente como Osvaldo Moraes e Romano Costa, de um movimento de Delegados pela Cidadania de Pernambuco, que aparecem a seu lado – Moraes à sua esquerda e Costa à sua direita – numa foto da época.



## O DIA DA APROVAÇÃO DOS PROGRAMAS

21 de abril de 2007 marca o nascimento do Pacto pela Vida após longa gestação. O governador – logo depois de eleito, no segundo turno, no final de 2006 – começou a articular o programa de defesa social que anunciara com insistência em sua campanha eleitoral. E no 21 de abril, menos de quatro meses após sua posse, sob sua direção, em reunião na sede do governo, no Palácio das Princesas,

## O pacto pela vida de Eduardo Campos



Divulgação

com 13 secretários de estado e 15 representantes dos grupos sociais, das oito da manhã às oito da noite foram examinados os projetos propostos e 138 deles foram validados, um por um. O documento do encontro lista as 244 pessoas que participaram mais diretamente da elaboração do programa. Estes formam seis categorias que constituem os eixos do PPV: 1 – Repressão qualificada; 2 – Aperfeiçoamento institucional; 3 – Informação e gestão do conhecimento; 4 – Formação e capacitação; 5 – Prevenção social do crime e da violência; 6 – Gestão democrática.



## UMA REUNIÃO DO CGPPV

As imagens do alto dessas duas páginas, justapostas, dão uma visão panorâmica da sala do Comitê Gestor do Pacto pela Vida, uma das grandes novidades do PPV, e de como funcionam suas reuniões semanais. A sala fica no primeiro andar do prédio da Secretaria de Planejamento e Gestão do governo de Pernambuco, na rua da Aurora, no centro velho do Recife, ao lado de um manguezal à margem do Capibaribe, na parte em que o rio está chegando ao mar. É uma sala ampla, para cem pessoas sentadas, com uma área de aproximadamente 120 metros quadrados. No fundo da foto, no alto, para onde todas as pessoas estão voltadas, se veem telões para exibição dos resultados, no cumprimento do Pacto semana a semana e também nos acumulados, para comparação do desempenho.

## O pacto pela vida de Eduardo Campos



Divulgação

No meio da foto pode-se observar a mesa em ferradura, para 31 pessoas. No vértice da ferradura fica, uma vez por mês, o governador e, a seu lado, à direita, o secretário de Planejamento e, à esquerda, o secretário de Defesa Social. Na ferradura ficam ainda outros secretários ligados às questões sociais e os principais comandantes das polícias civil e militar do estado e do corpo de bombeiros. Nas laterais em torno da ferradura ficam: à esquerda, na foto, perto do primeiro plano, uma bancada de técnicos de apoio à reunião, que a preparam, anotam seus resultados e manobram as informações do telão; nas outras cadeiras dessas laterais ficam outros funcionários e convidados especialmente para a reunião. Sistemáticamente, também, aparecem convidados especiais, de outros estados, por exemplo, como no caso desta foto: de costas, estão sete oficiais da Polícia Militar do Rio de Janeiro.

## O pacto pela vida de Eduardo Campos

Divulgação



## O PRIMEIRO ANO DO PPV DE RECIFE

Geraldo Júlio, 37 anos, prefeito do Recife, eleito em 2012, trabalhou com Eduardo Campos em três governos: no de Miguel Arraes; no de Luiz Inácio Lula da Silva; e no do próprio Campos. Neste, foi secretário do Planejamento e um dos principais criadores do Comitê Gestor do Pacto pela Vida. Na foto da página ao lado, nessa

## O pacto pela vida de Eduardo Campos

função, coordena a reunião de 12 de novembro de 2009. Ao seu lado, em primeiro plano, está Servilho Paiva, secretário da Defesa Social. E no fundo, Humberto Vianna, secretário de Ressocialização. Quando assumiu a prefeitura da capital do estado em 2013, Júlio criou o PPV do Recife. Um ano depois, no início de 2014, em ato com a presença do governador, outras autoridades e centenas de pessoas, comemorava os bons resultados (o prefeito é o primeiro à esquerda, na primeira fila em frente ao governador, que discursa no ato). O número de CLVIs na cidade tinha caído 24% no ano, de 597 para 453 mortos. Contado a partir da instalação do PPV de Pernambuco, em maio de 2007, o índice de CVLIs tinha caído a menos da metade, uma queda de 60,88%. Pelas regras atuais, a segurança pública praticamente não tem a ver com os municípios. A tese dos criadores do Pacto pela Vida é de que essa situação precisa ser alterada.



Divulgação



## **PPV e UPPs, QUAL O MODELO?**

No início de maio de 2013, o secretário de Segurança do Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame, foi assistir à reunião do CGPPV, em Recife. Sentou-se à cabeceira da mesa em ferradura, ao lado do então vice-governador João Lyra e do governador Campos. E passou horas acompanhando os trabalhos. Para a terceira parte deste livro, dois repórteres apresentam um trabalho especial, de acompanhamento, por três meses, da ocupação do chamado Complexo do Alemão pelas forças armadas brasileiras para a

## O pacto pela vida de Eduardo Campos



Divulgação

instalação das chamadas unidades de polícia pacificadora, UPPs. O PPV e a política das UPPs representam concepções muito distintas. Enquanto em Pernambuco se desenvolveu uma política de repressão qualificada, com danos mínimos ao conjunto da população, nas operações de desmantelamento das quadrilhas de bandidos, no Rio de Janeiro, a tomada das vielas das favelas por comboios de blindados militares largos, pesados e pouco flexíveis deixou um enorme rastro de destruição e danos em moradias e veículos de trabalhadores, como mostra o trabalho citado.

## O pacto pela vida de Eduardo Campos

Divulgação



Divulgação



## O PPV CONHECIDO E PREMIADO

O esforço de inovar na participação popular e na melhoria da gestão pública foi tornando a experiência de Pernambuco conhecida. Na foto do alto da página, à esquerda, em meados de dezembro de 2012, a diretora do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) Debora Wetzel visita um centro da juventude, em Recife, para acompanhar o Atitude, um programa do PPV específico na atenção integral aos usuários de drogas. Ela está no alto da foto, de calça preta e camisa azul e do seu lado direito está Rafael West, coordenador do programa. O governo pernambucano recebera, naquele mesmo ano, um dos Prêmios Anuais de Serviços Públicos da ONU, em função do programa Todos por Pernambuco, que envolveu uma série de consultas populares no estado para a elaboração de programas de governo. Em junho de 2013, no Bahrein, os secretários do governo de Pernambuco Bernardo D`Almeida e Fred Amâncio (foto abaixo nesta página) receberam também da ONU, agora em função do PPV, um prêmio na categoria Melhoria de Serviços Públicos. Em fevereiro de 2014 o governador Campos (na foto da página ao lado, abaixo), também pelo PPV, recebeu um prêmio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). E, a seguir, em junho, o programa Mãe Coruja Pernambucana, que tem como principal objetivo a redução da mortalidade infantil e materna, ficou em primeiro lugar na categoria “Promoção de Entrega de Serviços Públicos Voltados ao Gênero”, numa escolha da Organização dos Estados Americanos (OEA).



## O pacto pela vida de Eduardo Campos

Divulgação



Divulgação



## UM GRANDE PROBLEMA, UMA GRANDE INOVAÇÃO

O uso do *crack* se expandiu como uma praga pelo Brasil, nos últimos anos. Hoje, é rara a cidade grande que não tenha a sua cracolândia. Nos 138 programas do Pacto, publicado em maio de 2007, já havia vários relacionados com a droga. Mas o Atitude – Atenção Integral ao Usuário de Drogas –, voltado principalmente para o combate ao *crack*, tem uma história especial. Foi feita uma ação integrada das secretarias da Ação Social e da Saúde de Pernambuco. Formou-se, com profissionais das duas áreas mais voluntários, um exército de cerca de 38 mil pessoas que partiu para pesquisar o problema batendo na porta dos lares em todo o estado. E em maio de 2010, surgiu o Plano de Ações Sociais Integradas de Enfrentamento do Crack, o embrião do Atitude. Em 2011 foi criado no CGPPV uma Câmara de Enfrentamento ao Crack. E em 2012 já existiam 11 centros do Atitude em Pernambuco, com cerca de 30 profissionais cada, para atendimento, 24 horas por dia.

Também já existiam quarenta “repúblicas”, ou casas de aluguel social, para apoiar a volta à vida normal de pessoas já atendidas em condições de recuperação. Como se sabe, um usuário com grande dependência chega a fumar de 20 a 30 pedras de *crack* por dia, o que, a um custo de cinco reais por pedra dá uma despesa mensal de cerca de 3 mil reais. Dos usuários de *crack* de Pernambuco, segundo o Atitude, cerca de metade já tinham sofrido ameaça de morte, basicamente por dívida com o traficante.

## O pacto pela vida de Eduardo Campos

Divulgação



Divulgação



## UMA AÇÃO SOCIAL DE AMPLO ESPECTRO

Pode-se dizer, simplificadamente, que o PPV se assenta em dois pilares executivos: a secretaria de Defesa Social (SDS), na qual ficam as polícias e as ações repressivas e, para as ações preventivas, a secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos (SDSDH). Esta é uma pasta de amplo raio de ação. Nela ficam os centros de assistência social, os de assistência às vítimas indiretas da violência, o Atitude, citado nas duas páginas anteriores e o que antes era a secretaria de Justiça e Direitos Humanos, onde estão programas de proteção às testemunhas, de proteção a crianças e adolescentes, de defesa de penas alternativas às prisões, de reeducação de agressores de mulheres, de aprimoramento da legislação e regulamentos para identificar e prevenir os crimes de racismo e homofobia. Em 2013 o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística identificou Pernambuco como o estado com o maior orçamento *per capita* em políticas públicas para as mulheres do País. E no final desse mesmo ano, o governador Campos publicou o decreto 39.542 tornando crime em Pernambuco a violência e discriminação contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.



Divulgação



## UMA NOVA POLÍCIA MILITAR?

Por lei, a PM é o instrumento estatal para o uso da força com vistas a manter a ordem social vigente. Normalmente, a PM é acusada de truculência, ou seja, de agir além de limites legais. É possível fugir desse padrão? O Pacto pela Vida se propõe a criar uma nova PM, assim como criou uma nova Polícia Civil. Nestas duas páginas, estão dois exemplos de oficiais da PM que se pode apresentar como representantes do novo padrão que se pretende. O desta página é o coronel José Lopes. Tornou-se conhecido por ter abraçado a tese de uma Polícia Militar diferente, amiga, a serviço da população. “A PM tem de se envolver com as causas sociais do bairro no qual trabalha. Se só chega na comunidade para prender, que credibilidade pode ter? O povo paga seus impostos, tem direito a uma polícia de qualidade. Nós trabalhamos para o cidadão. Ele é nosso patrão”. O da página à direita é o coronel Paulo Cabral, atualmente comandante da PM para toda a Região Metropolitana de Recife. Seu primeiro comando no PPF foi em 2007, na Área Integrada de Segurança de número 1 (ASI 1) do Pacto Pela Vida com nove bairros do centro velho de Recife, nos quais estava Santo Amaro, área pobre e famosa para a polícia por ser um dos



principais “pontos quentes” da criminalidade do Estado. Hoje a criminalidade em Santo Amaro caiu 80%. Isso em parte graças a policiais militares como Cabral que não agem como se acabar com a criminalidade fosse matar os criminosos. Cabral, hoje professor nos cursos da PM sobre “tiro defensivo”, conta que quando era tenente, na segunda metade dos anos 1980, nos pontos para a aprovação, nos treinamentos o policial ganhava 10 pontos ao acertar na cabeça dos alvos fictícios. Para se defender de uma ameaça grave, explica Cabral, o policial em risco de vida é ensinado a derrubar o potencial criminoso. E a cabeça era considerada o local mais certo para conseguir esse objetivo. Evidentemente, diz ele, essa instrução significava, no fundo, mais mortes. Hoje, a instrução é atirar no plexo solar, que derruba o oponente, causa grande dano evidentemente, mas menos mortes. “Essa não é ainda uma política generalizada das PMs brasileiras”, diz Cabral. Recentemente, ele conta, em conversas com colegas de profissão das PMs de outros estados do Nordeste, um deles estranhou que Pernambuco premiasse os PMs pela redução do número de criminosos mortos em confrontos com a polícia. O colega acha, ainda, que a polícia matar bandido faz parte do “controle social” da criminalidade, Cabral conclui.



## **Terceira parte**



## O cerco da Serra da Misericórdia

*Quais as virtudes da operação das Forças Armadas que sitiou mais de 100 mil moradores das favelas da Penha e do Alemão?*

**E**ntre 25 e 28 de novembro de 2010, mais de mil soldados das Forças Armadas brasileiras juntaram-se a integrantes de diversas forças policiais do Estado do Rio de Janeiro e à Polícia Federal na invasão da favela da Vila Cruzeiro – situada num prolongamento da colina onde fica a Igreja de Nossa Senhora da Penha, na região norte da capital fluminense – e, depois, no cerco e na invasão das favelas do chamado Complexo do Alemão – instalado nos morros junto à Serra da Misericórdia, logo ao sul.

Declarações do governador Sérgio Cabral, referendadas pelo ministro da Defesa, Nelson Jobim, pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e pela presidente eleita, Dilma Rousseff, garantiram que os militares vão se instalar na região por um bom tempo, possivelmente até outubro deste ano de 2011, na forma de uma Força de Paz, como a que o Brasil enviou ao Haiti. O que justificaria tal operação?

O que se diz em função do aparente sucesso da intervenção – que prendeu alguns líderes das quadrilhas de traficantes que usavam essas favelas como base e confiscou dezenas de armas, toneladas de maconha e quilos de cocaína – é que, como a lei e a ordem estavam gravemente ameaçadas nessas áreas da cidade do Rio, cabe aos militares, pela Constituição, restaurá-las.

Essa conclusão baseia-se na Lei Complementar nº 97, de 1999, que regulamenta a Constituição e dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas do País. O texto legal diz o seguinte, no parágrafo segundo do seu artigo 15, sobre esse tipo de intervenção: “A atuação das Forças Armadas, na garantia da lei e da ordem, por iniciativa de quaisquer dos poderes constitucionais, ocorrerá de acordo com as diretrizes baixadas em ato do Presidente da República, após esgotados os instrumentos destinados à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do

patrimônio, relacionados no art. 144 da Constituição Federal”.

Ou seja: a norma emanada da Constituição brasileira, aprovada em 1988 pela Assembleia Nacional Constituinte, que redemocratizou o País após 20 anos de intervenção militar, estabelece que o uso das Forças Armadas na defesa da lei e da ordem é um recurso de última instância, a ser usado após terem sido esgotados todos os instrumentos específicos do Estado.

Esses instrumentos, definidos em detalhe no artigo 144 da Constituição, são: a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Ferroviária Federal e as polícias civis, as militares e os corpos de bombeiros militares estaduais. Além dessas forças policiais, o Estado brasileiro ainda conta com a Força Nacional de Segurança, criada pelo Decreto nº 5.289, de 2004, cuja tarefa é exatamente atuar em “atividades de policiamento ostensivo destinadas à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio”.

A intervenção que empregou homens, armas e equipamentos do Exército, da Marinha e da Aeronáutica não pode, portanto, ser caracterizada como um recurso de última instância para restabelecer a lei e a ordem nos morros da Penha e do Alemão. A Força Nacional de Segurança, por exemplo, sequer foi convocada. E apesar de haver palavras de Lula endossando a ação que envolveu os militares, não existe um

ato escrito do presidente da República, comandante supremo das Forças Armadas, autorizando e justificando essa ação – há um ato posterior do presidente criando a Força de Paz. A autorização inicial foi apresentada numa “diretriz” do ministro Jobim, que foi ajustada por outras “diretrizes” após manifestações – inclusive de comandantes militares – que consideraram a intervenção sem amparo legal.

De fato, a intervenção das Forças Armadas, que estabeleceu uma espécie de estado de sítio sobre a região da Serra da Misericórdia, habitada por mais de 100 mil trabalhadores e seus familiares que vivem em duas dezenas de favelas, é um despropósito, a despeito do apoio recebido de muitas pessoas de boa fé, em parte influenciadas pelo intenso bombardeio a favor da intervenção, desencadeado pela mídia das grandes empresas.

A intervenção parece também ter reacendido certo ânimo militarista. O almirante de esquadra Álvaro Dias Monteiro foi quem, atendendo à ordem do ministro da Defesa, após pedido do governador Cabral, autorizou o emprego de forças da Marinha – blindados e fuzileiros navais estacionados em Duque de Caxias, ao norte do Rio – na invasão da Vila Cruzeiro, na primeira intervenção militar, ocorrida na quinta-feira 25 de novembro. No dia 5 de dezembro, em manchete principal de primeira página, o diário *O Globo* anunciou: “Polícia e Marinha têm tudo pronto para tomar Rocinha”.

O jornal se referia à grande favela do Rio, localizada no bairro de São Conrado, zona sul da cidade, no caminho para a Barra da Tijuca, onde vivem cerca de 100 mil moradores, e que é tida como outro grande abrigo dos traficantes de droga. A iminência da invasão militar da Rocinha era apoiada em avaliações do chefe da Polícia Civil, Allan Turnowski, e de Monteiro. O almirante de esquadra chegou a dizer a *O Globo*: “Os fuzileiros navais entram em qualquer lugar, Rocinha, Alemão, França, Polônia... Cumprimos missões. Estamos sempre prontos”.

Para Monteiro, “não há área no Rio onde os fuzileiros navais não entrem”. E, para ele, aparentemente Rocinha, Alemão, França e Polônia são a mesma coisa. No dia seguinte, uma nota oficial do Centro de Comunicação Social da Marinha moderou tal ímpeto intervencionista ao dizer que “até o presente momento” não havia “nenhuma determinação do Ministério da Defesa no sentido de iniciar-se qualquer tipo de planejamento visando a uma futura participação dos fuzileiros navais na Rocinha”.

A despeito desses cuidados, ficou evidente certa euforia em torno da possibilidade de realizar operações de ocupação militar em todo o País, em favelas com problemas graves de tráfico de drogas. Segundo o diário *O Estado de S. Paulo*, em reunião com o governador e o vice-governador fluminenses em Brasília, Dilma se mostrou “entusiasmada” com os resultados da parceria montada para ocupar o

Complexo do Alemão. Além de “abrir a possibilidade de ampliar a ação no Rio para outras comunidades durante seus quatro anos de mandato, ela já cogita levá-la a outros estados”, disse o jornal.

Felizmente, em nome do bom senso, várias pessoas se levantaram contra essa forma de combate ao tráfico de drogas e à violência nas áreas pobres e degradadas das grandes metrópoles brasileiras. Paulo Sérgio Pinheiro, professor atualmente na Brown University (EUA) e estudioso da criminalidade no País, publicou artigo no diário Valor Econômico no qual afirma que os cariocas podem até acreditar que essa seja uma solução definitiva, em função dos problemas que enfrentam, “mas a batalha no Complexo do Alemão, no Rio, não vai vencer crime organizado”.

“Nestas últimas décadas”, escreveu ele, “a única face consequente do Estado que essas populações tiveram historicamente assegurada foi a da violência policial ilegal [...] Faz dez anos que a Polícia Militar do Rio de Janeiro é a que mais perpetra execuções sumárias no mundo, maquiadas pelos chamados ‘laudos de resistência’: em 2009, foram 1.048 mortes de adolescentes, jovens, pobres, afrodescendentes [...] Nenhuma política de segurança efetiva pode estar fundamentada principalmente numa perspectiva da ocupação policial do território e de megaoperações militarizadas”.

Como diz Pinheiro, “nem as populações encarapitadas, em condições sub-humanas nos

morros, nem os criminosos caíram do céu”. As favelas da Penha e do Alemão são o resultado do processo de desenvolvimento deformado do País. Na segunda metade dos anos 1940, foram construídas a avenida Brasil, que passa próximo à área das favelas, e a Via Dutra, que é quase uma continuação da avenida e que leva a São Paulo.

Começou, então, o processo de instalação de inúmeras empresas nas vizinhanças, que se transformaram no principal polo industrial da cidade. A Fábrica Nacional de Motores (FNM), com a qual o presidente Getúlio Vargas pretendia construir uma indústria automobilística nacional, ficava em Duque de Caxias. Uma fábrica de aviões foi construída perto do atual Aeroporto do Galeão.

Com o desenvolvimento deformado do País nos anos da ditadura militar, a desnacionalização da economia e a brutal concentração da indústria automobilística em São Paulo, e com a estagnação e o desemprego ocorridos nos anos seguintes, as favelas dos morros da Penha e da Serra da Misericórdia, onde os trabalhadores viviam de maneira pobre, mas em relativa segurança, foram invadidas pelo comércio de drogas ilícitas e passaram a conviver com a presença cada vez mais livre de bandos armados.

E não se pode dizer que o governo Lula tenha feito muito pela região. Sua principal obra na área – segundo vídeo promocional distribuído pela Caixa Econômica Federal, que financia o empreendimento

– é um teleférico que partirá da estação ferroviária de Bonsucesso, na Central do Brasil e funcionará como um tipo de escada rolante aérea, na qual os passageiros têm de embarcar com a condução em movimento. Com cerca de 150 bondinhos, com capacidade máxima de dez pessoas em cada um, o teleférico, que percorrerá um trajeto de cerca de 3,5 quilômetros, levará moradores da região – mas, especialmente, turistas ainda segundo o vídeo promocional – da estação de Bonsucesso, situada quase ao nível do mar, para as outras cinco estações, localizadas nos cumes dos morros Adeus, Baiana, Alemão, Itararé e Fazendinha, os principais da região, em altitudes próximas à da Igreja da Penha, com seus 325 degraus.

Há mais indícios de que a operação policial militar no Rio não foi, ao contrário do que exige a lei, uma decisão extrema, motivada por risco imediato de uma grande ruptura social. A versão da polícia carioca para a origem dos problemas que culminaram na intervenção é a de que chefes do tráfico carioca, que estão no presídio de segurança máxima de Catanduvas, no Paraná, teriam comandado, com uma ordem dada três meses antes, uma série de incêndios de veículos, ocorrida no final de novembro, no Rio e em cidades vizinhas como forma de protesto contra a política do governo Cabral de instalação de Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), que estariam asfixiando seus negócios.

Como disse o colunista Luiz Fernando Veríssimo, é uma explicação estranha, muito estranha.

Desafia a lógica: por que os bandidos iriam levar a afronta à polícia ao ponto de atralhar tanto seus próprios negócios? Uma investigação mais objetiva dos fatos – que ainda precisa ser feita – deverá separar dos supostos “atentados terroristas” de protesto contra as UPPs as queimas de carros decorrentes da reação dos bandidos ao violento processo de repressão desencadeado pela polícia do Rio na última semana de novembro. Já na terça-feira, 23, a polícia realizou operações em cerca de duas dezenas de favelas em vários pontos da cidade. No dia seguinte, também atuou violentamente em 28 favelas, utilizando tropas especiais e seus “caveirões”.

No mesmo dia 24, a “guerra” contra os bandidos já estava declarada pela grande mídia. Televisões faziam circular helicópteros com câmeras e transmitem ao vivo por longas horas. E é uma das imagens da TV Globo que parece ter desencadeado o “clamor de opinião pública” que levou à intervenção das Forças Armadas. A Globo mostrou a imagem de uma dúzia de “bandidos” numa esquina da Vila Cruzeiro, onde a polícia realizava uma grande operação. “O que deflagrou a invasão?”, perguntou ao secretário de Segurança do estado, José Mariano Beltrame, o jornal *O Globo*. Os bandidos estariam “se exibindo com armas”, disse o secretário, referindo-se àquelas imagens.

Até aquela altura, a polícia estava fazendo o de sempre: caçando “bandidos” e matando uns tantos deles. Só no dia 24 de novembro, quarta-feira, matou

18, várias vezes mais do que sua média diária, cerca de três por dia. Ao que parece, foi a “exibição” deles, como provariam as imagens da TV Globo, que teria mostrado a necessidade de ir além do trivial.

Na noite daquela quarta-feira, o governador Cabral pediu o apoio do ministro Jobim e conseguiu os veículos blindados da Marinha, que abriram o cortejo da invasão da Vila Cruzeiro no dia seguinte. O Exército não quis apoiar essa primeira operação. Há declarações de Beltrame, dadas na quinta-feira, nas quais ele diz que a posição dos comandantes do Exército é diferente. Beltrame diz também que não existe um plano para colocar as UPPs no Alemão no curto prazo.

A situação mudou, no entanto, na noite de quinta, quando Cabral conseguiu falar com o presidente Lula e obteve dele o apoio para o cerco e a ocupação das favelas do Alemão. A ação foi preparada na sexta-feira e no sábado e ocorreu no domingo, 28 de novembro, com amplo apoio das Forças Armadas. O *Globo*, praticamente o único grande diário da cidade, como que preparou a ocupação militar dos morros da Penha e do Alemão, transformando-a num acontecimento de proporções globais, histórico. “PM avança para o bunker do tráfico”, “O dia D da guerra ao tráfico”, “Intenso tiroteio entre Exército e tráfico abre a batalha do Alemão”, disse o jornal em sucessivas manchetes. O dia da ocupação da Vila Cruzeiro foi comparado com o do desembarque das forças aliadas na Europa para combater o nazismo. E a Serra da

Misericórdia foi dada como um lugar tão estratégico para a guerra contra os bandidos como as Colinas do Golã o foram para a guerra de Israel contra os árabes.

A guerra, no entanto, foi um fiasco. Nos morros do Alemão, segundo o jornal e semanários como *Veja*, estaria o comando unificado do tráfico, protegido por casamatas e cerca de 600 homens fortemente armados, entrincheirados e desafiadores. Como praticamente não houve resistência na ocupação, o tom da cobertura mudou para dizer que não se tratava mais de “facínoras” fortemente armados e entrincheirados, mas de uma “cambada” de covardes que fugiram “como um bando de ratos atordoados”. No entanto, as favelas da Penha e do Alemão não estavam ocupadas por exércitos alienígenas contra os quais era preciso mover uma guerra. Os bandidos perigosos são umas poucas dezenas. Seus exércitos são bandos de jovens que precisam ser recuperados. Guerra é outra coisa: é o Exército de um País contra o outro, dois Estados em conflito armado. O aparato militar visa à destruição do inimigo. O papel das Forças Armadas é intrinsecamente diferente do das forças policiais. Policiar e invadir morros visando à prisão de criminosos e sua detenção temporária e recuperação é tarefa das forças policiais, que devem ser, por lei, especificamente treinadas para isso.

Dar às Forças Armadas brasileiras uma missão “histórica” de tal monta é um erro. Elas não passaram por um processo de democratização mais

profundo depois dos anos em que chefiaram o País, a partir do golpe contra o presidente João Goulart em 1964. Por isso, confiar-lhes tarefas de comando de áreas do País é uma temeridade política.

Com a redemocratização, a criação do Ministério da Defesa não foi a imposição de um comando civil sobre os militares. Nosso ministro da Defesa atual, por exemplo, como bem lembrou a jornalista Maria Inês Nassif em sua coluna publicada em Valor Econômico, não se caracteriza por ter assumido o comando das armas em nome da sociedade civil, mas por ser um mediador das pressões dos militares sobre o governo.

E não deve ser gratuito, como lembra a colunista, que os militares que se formaram no ano passado na Academia Militar das Agulhas Negras tenham escolhido para nome de batismo de sua turma o do general Emilio Garrastazu Médici, que governou o País durante aquele que é considerado o período mais sangrento da ditadura dos anos 1964-1984.

## No Alemão ficou o medo

*A ocupação policial militar da enorme área pobre da capital fluminense – onde a construção de um teleférico é um destaque do PAC – faz de todos os seus moradores suspeitos de serem criminosos*

**A**ção policial que culminou na ocupação das favelas Vila Cruzeiro e Parque Proletário, no Complexo da Penha, e das favelas do Complexo do Alemão, ocorrida no final de novembro, deslocou para a decadente região cortada pela estrada de ferro Leopoldina 800 homens do Exército e 1,6 mil policiais militares, civis e federais, além de veículos militares blindados. Os policiais tomaram a região do Baixo Areal, entre os morros do Alemão e dos Mineiros, onde funcionava o escritório central da facção criminosa Comando Vermelho, que

atua no comércio varejista de drogas ilícitas. E deixaram um rastro de sangue: até o dia 8 do mês passado, 18 corpos haviam sido identificados entre as “pelo menos 40” mortes ocorridas durante as invasões, segundo a Secretaria do Estado de Segurança Pública do Rio de Janeiro.

Na caça ao tesouro dos traficantes – armas, drogas e dinheiro –, a polícia vasculha todas as casas existentes nos dois locais invadidos – e transforma em suspeitos de terem cometido algum crime todos os habitantes desses lugares. A brutalidade dos policiais que atuam nessas ações evidencia-se em centenas de denúncias apresentadas a jornalistas e às Defensoria e Corregedoria públicas. E torna evidente o modo desigual como o Estado trata seus cidadãos, segundo a renda e o local de habitação.

Outras desigualdades entre as favelas e os demais bairros da capital fluminense são apontadas por pesquisas realizadas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e pela entidade Rio Como Vamos, que monitora os indicadores da cidade e acompanha o desempenho do governo em várias áreas com o apoio das federações estaduais da indústria (Firjan), do comércio (Fecomércio), do Observatório de Favelas e do Instituto de Estudos da Religião (Iser), entre outros.

Quem vai de automóvel pela Linha Amarela chega ao Complexo do Alemão pela avenida Itararé e logo avista três conjuntos de prédios baixos, novos, construídos pelo governo federal. Foram erguidos

para abrigar moradores do lugar, desalojados pelas pesadas chuvas de abril do ano passado e pelas obras do teleférico que começou a ser construído em 2008. O objetivo do teleférico é facilitar o acesso dos moradores e da polícia aos cumes dos diversos morros do lugar. O projeto, inspirado no de Medellín (Colômbia), já consumiu mais de 700 milhões de reais. O dinheiro saiu do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

O condomínio chamado Jardim das Acácias tomou o lugar das antigas instalações da produtora de lingerie Poesi, que abandonou a região por culpa da violência, assim como o fizeram Coca-Cola, Café Capital, um curtume e dezenas de fábricas que se espalhavam pelos bairros vizinhos de Inhaúma, Ramos e Bonsucesso. Há quase três décadas, elas empregavam mais de 40 mil pessoas.

A Secretaria do Estado de Segurança Pública considera a área que engloba os Complexos do Alemão, da Penha e do Juramento a mais violenta da cidade. Segundo dados de 2009 divulgados pela Rio Como Vamos, a taxa de homens assassinados com idade entre 15 e 24 anos no Complexo do Alemão, por exemplo, é de 84,89 para cada 100 mil habitantes. Em Copacabana é de 27,9 por 100 mil. A média da cidade é de 65,77 por 100 mil. Ao lado dos prédios da entrada fica a recém-inaugurada Unidade de Pronto Atendimento de Saúde (UPA). E, nas proximidades, também tinindo de nova, está a escola estadual Tim

Lopes, que homenageia o jornalista da Rede Globo assassinado por bandidos. É a única escola estadual da região.

Um pouco mais adiante, a avenida Itararé encontra a rua Joaquim de Queiroz, o principal acesso à favela da Grota, uma das 12 comunidades do Alemão. Passados três dias da invasão do Complexo, a entrada da rua está lotada de soldados do Exército, policiais e jornalistas. O Exército também vigia todas as outras 44 entradas do Alemão. Moradores e visitantes considerados suspeitos, com mochilas, malas ou sacolas, são revistados.

Perto dali fica a sede do Instituto Raízes em Movimento, de onde seu coordenador, Alan Brum Pinheiro, 41 anos, nascido e crescido no Alemão, explica a *Retrato do Brasil* o estado das coisas por ali. “A gente estava esperando uma carnificina, como é o histórico da atuação da polícia por aqui. Num primeiro momento, no domingo da invasão, eles usaram inteligência, fizeram um trabalho inovador, evitaram o derramamento de sangue, a letalidade de civis”.

“Só que, a partir de segunda-feira, começaram a pipocar as denúncias de abuso policial”, diz Pinheiro. “E os boatos de que estão escondendo corpos na Serra da Misericórdia. Uns falam em 60 corpos. A população está com receio. Como a gente vai conviver com a polícia daqui por diante se desde já, com toda a imprensa que está aí, estão invadindo a casa das pessoas, roubando valores, bens?”.

Pinheiro relata indignado o caso de uma mulher que se queixou de que foi roubada por policiais que entraram. Eles teriam levado 230 reais, dinheiro que a filha tinha dado a ela para fazer as compras do mês. “Ela teve a coragem de ir à Corregedoria de Polícia e eles perguntaram: ‘A senhora tem prova?’ ‘Não’. ‘Não tem prova, não tem crime’”.

“O mandado de busca e apreensão é um instrumento jurídico que existe para que sejam observados os direitos individuais”, lembra Pinheiro. “O mandado de busca e apreensão coletivo é um insulto à população pobre. Você imagina o uso de um mandado coletivo para vasculhar todas as mansões da Barra da Tijuca? A imprensa só falou da adesão dos moradores às forças policiais, mas isso é um mito”, diz.

Um delegado do Rio, Márcio Mendonça, disse que não existe mandato judicial para invadir casas. O policial tem que pedir licença. Mas que “as pessoas que não têm o que esconder sempre deixam entrar”. Dois dias depois da ocupação do Alemão, a Defensoria Pública estacionou na entrada da Grota um ônibus ao qual os moradores podiam recorrer para tirar documentos e fazer denúncias de abuso policial. Até 8 de dezembro, foram mais de mil atendimentos. Segundo o defensor público Fernando Barros, a maioria foi tirar documentos, mas “uma boa parte” reclamou de abusos ou constrangimentos provocados por policiais. “Só que em apenas dez casos os moradores conseguiram apresentar provas do abuso. Desses dez,

uns reclamaram de roubo de dinheiro e eletrônicos, outros de destruição de bens. Sem prova fica difícil. Quem sabe se não foi um vizinho?”, sugere ele.

Pinheiro lembra que, no dia da invasão, lá pelas 13 horas, ele estava na entrada da Grota acompanhado por vários jornalistas quando um grupo de cinco mulheres apareceu, dizendo que eles tinham que escutar os moradores no interior da comunidade, não só os que desciam ali para elogiar a polícia. “O helicóptero da polícia tinha derrubado a casa de um conhecido delas. Uns quatro jornalistas se mobilizaram para ir até lá. Mas, na hora do vamos ver, só uma repórter estrangeira se dispôs a ir. Quando a gente estava chegando na casa, um policial gritou: ‘Acharam uma casa de traficante’. A repórter saiu correndo e eu fui lá sozinho filmar o que aconteceu. Por sorte, o cara que morava no lugar estava dormindo na laje. Mas a cozinha, o banheiro, tudo ficou destruído. Um policial do Bope [Batalhão de Operações Policiais Especiais da Polícia Militar fluminense] falou que era só ele ir ao 16º Batalhão de Polícia Militar que eles iam ressarcir os estragos. Eu filmei o policial falando isso. Esse cara, pelo menos, tem uma prova de que foi a polícia a causadora, e do próprio agente do Estado dizendo que era responsabilidade do Estado”.

Pinheiro é contra a permanência do Exército na área. “Não dá normalidade viver num lugar militarizado. É um perigo, fere o direito do cidadão de ir e vir, pois ele fica sujeito a revistas, é constrangido porque

está bebendo com amigos ou escutando um *funk*”. Ele diz que a avenida Itararé é a vitrine dos governos. “Todos os equipamentos públicos foram instalados nesse grande paredão, para quem passa do lado externo do Complexo ver. Antes do PAC, o Estado só entrava no Complexo pela ação policial. Os serviços públicos instalados aqui não funcionam direito. A Vila Olímpica pode atender até 5 mil crianças, mas não atende nem mil, por falta de efetivo, gestão pública. Já estão reclamando da UPA, porque não tem médico, equipamento. O PSF, o Programa Saúde da Família, não dá conta de atender nem 5 mil habitantes, mas tem que atender todo o Complexo [onde moram cerca de 100 mil pessoas]. O povo olha para o agente do PSF como se ele pudesse substituir hospital, centro médico, tudo. O agente fica sufocado. E a população acaba ficando contra ele”.

Pinheiro diz que o Estado não entra no Complexo nem para tirar o lixo. “Os garis comunitários são pagos pelas associações de moradores. Com a Cedae [Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro] é a mesma coisa”. E conclui: “Os espaços da pobreza são tratados como espaço à parte da cidade”. Ele foi gerente social das obras do PAC no início de 2008. Diz que foram feitas 12 reuniões abertas, que envolveram mais de mil pessoas para discutir as obras e ações prioritárias e programá-las. “Em 2009, todo esse trabalho foi jogado no lixo. Nosso plano participativo não foi considerado.

Não existe dia D, como a mídia está colocando. Não existe essa mágica de a ocupação militar resolver tudo. Existem pessoas, histórias de vida, saberes que já estão estabelecidos no Complexo e que têm que ser considerados”.

Pinheiro diz que o Estado programa, mas não faz. “O Pronasci [Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania] veio aqui com 7,5 milhões de reais e listou 96 linhas de atuação. Projetaram um complexo esportivo, porque aqui acontecia todo ano um campeonato de futebol com a mesma duração do campeonato estadual, com muitas equipes, tinha muitos craques. Projetaram um portal para a entrada pelo Parque da Serra da Misericórdia [que se estende por 27 bairros do subúrbio carioca, onde vivem mais de 800 mil habitantes, boa parte nas 98 favelas ali existentes, e tem uma área de preservação]. Até agora, nem sombra do complexo esportivo e não fizeram nem a guarita do parque”.

A entidade de Pinheiro compõe, junto com outras sete, o Comitê de Desenvolvimento da Serra da Misericórdia. Elas trabalham na região há mais de dez anos, com cultura, esporte, justiça ambiental e agroecologia urbana, direitos humanos, saúde da mulher e educação infantil. Ele diz que o problema central agora vai ser substituir a economia do comércio varejista de drogas por outra atividade rentável. “O garoto vê que a mãe trabalha o mês inteiro para ganhar o que ele ganha em uma semana, um dia. O que

ele vai querer ser? Bem ou mal, o tráfico trazia um desenvolvimento econômico, fazia o dinheiro circular. E o desenvolvimento não é colocar um McDonald's e um Spoleto em cada estação do teleférico”.

Pinheiro vê um rumo para a solução da questão: “É preciso ver quais são os empreendedores locais. As grandes empresas não podem vir para tirar o lugar dos empreendedores locais, para transformá-los em seus empregados”. A Raízes em Movimento trabalha com 40 pequenos empreendedores do Complexo do Alemão e pretende chegar a 200 neste ano. No Complexo, existem mais de 5 mil pequenas empresas – 37% funcionam na residência do empreendedor, 92% são informais e apenas 18% dos pequenos empresários demonstram interesse em formalizar seu negócio.

Pinheiro diz que as ONGs locais precisam atuar em parceria com outras entidades da cidade – como o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), o Observatório das Favelas, a Justiça Global, a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase) – baseadas em uma agenda constituída a partir dos saberes locais. “Existe um discurso das big ONGs de que tem que ter uma invasão social e cultural no território. Para eles, tudo é invasão. Nosso temor é que se injete muito dinheiro nessas grandes ONGs e que se elaborem programas de gabinete sem que haja uma interlocução com a comunidade”.

A repórter e o fotógrafo almoçam com Alan em uma pequena cantina, num beco paralelo à avenida Itararé. Atrás do balcão, duas cozinheiras e o garçom trabalham sem folga. O ambiente é abafadíssimo, mas a comida é boa e barata. No final do almoço, um adolescente entra gritando: “Alan, o Diego, Alan! Os homens pegaram o Diego!”. Pinheiro faz uma careta e diz que não vai poder fazer nada pelo rapaz, que tem 26 anos. Há três anos ele tenta convencê-lo a resolver sua pendência com a polícia: Diego foi pego roubando um carro, recebeu pena alternativa de prestação de serviços sociais e, quando faltavam apenas três meses para cumpri-la, abandonou. Agora é tarde demais.

Partimos ao encontro de Alfredo, um jornalista do diário *O Estado de S. Paulo*. Vamos visitar o local onde ficava a casa de Renata de Macedo, que desabou com um deslizamento de terra ocorrido na região do Alto Areal. Renata tinha outra casa, que foi destruída para a construção de uma das estações do teleférico. Foi indenizada em 16 mil e comprou essa casa que caiu durante as chuvas. Funcionários da Secretaria Municipal de Obras estiveram ali e disseram que ela receberia aluguel social e depois outra casa.

“Já vai fazer um ano e não vi nem o cheiro do dinheiro, muito menos a casa”, diz Renata. “Não quero ser indenizada de novo. Com 16 mil reais, você não compra uma casa nem aqui na favela. Quero um apartamento, como o pessoal que perdeu as casas nas chuvas. Mas como já fui indenizada pelo PAC, está

esse rolo aí”. Renata tem 23 anos, está desempregada, mora de favor na casa da mãe e seus dois filhos estão na casa do ex-marido, que é pedreiro. Teve Diego aos 16 anos e Yasmin aos 17. No Alemão, 22,72% das mulheres com até 19 anos já tiveram filhos – a média da cidade é de 16,7% e no bairro de classe média de Botafogo, de apenas 7,37%. A gravidez precoce costuma estar associada ao abandono do ensino. A escolaridade média no Alemão é de seis anos de estudo. E quase nove em dez estudantes do ensino médio têm mais de dois anos de atraso escolar em relação à idade ideal para a série – na média da cidade, são seis em dez. E um terço dos alunos do Alemão abandonam o ensino médio, contra apenas 18% no Rio em geral (dados de 2009, do Rio Como Vamos).

Chegar ao lugar em que ficava a casa que Renata perdeu é difícil. A partir de um beco na Joaquim de Queiroz, chega-se a uma escadaria, revestida de concreto pelas obras do PAC, que dá num caminho pavimentado pelos próprios moradores. O acesso se complica – o revestimento das escadas acaba e, em alguns locais, o caminho é acidentado: precisamos saltar de pedra em pedra para continuar o percurso. A trilha parece terminar, mas Renata mostra, após contornar um barraco, outro caminho, um pouco mais estreito.

Esgoto e águas de fontes naturais da Serra da Misericórdia escorrem a céu aberto rumo à parte baixa da favela, formando pequenas cachoeiras. Após

deixarmos para trás um rato morto, fezes humanas e restos de roupas arrastados pelas chuvas, finalmente chegamos. A casa de Renata era de alvenaria, sem revestimento ou pintura. Alguns de seus vizinhos moram em casas de taipa; outros, em casas feitas de papelão, restos de compensado e placas de zinco. Pela porta entreaberta de um minúsculo barraco, vê-se um homem dormindo em um colchonete estendido no chão. Renata espera que a visita a ajude a resolver seu problema.

Dali seguimos para o platô da Pedra do Sapo, onde fica o campo de futebol dos torneios do bairro. Damos de cara com um grupo de cinco policiais, com pás e enxadas nas mãos, acompanhado por um homem encapuzado – provavelmente um informante, que antes trabalhava para os traficantes e que agora colabora com a polícia para suavizar sua pena. Eles entram em um camburão e se dirigem à mata no alto da serra. Por ali teriam passado os supostos criminosos que fugiam da invasão das favelas no Complexo da Penha, filmados por emissoras de TV. A região do Campo, no topo da Pedra do Sapo, ficou macabramente conhecida por ter sido palco da incineração do jornalista Tim Lopes. Há quase um ano, seria um canteiro de obras do PAC, embora pouco pareça ter sido feito além da derrubada de algumas árvores.

Não longe dali, na travessa Laurinda, há igreja, padaria e bar. O local é próximo de uma estação do teleférico. Paramos para tomar água no

bar e lá encontramos João Batista, de 30 anos. Ele comenta que trabalha à noite e que os policiais invadiram sua casa – não levaram nada, mas quebraram tudo. “Nesses 12 anos que moro aqui, nunca aconteceu nada assim”, diz. “Os traficantes não deixavam ninguém roubar ninguém. Agora estou tendo que colocar gente da família para cuidar da casa. Espero que a polícia da UPP [Unidade de Polícia Pacificadora] seja melhor do que essa aí. Também invadiram a casa da minha vizinha, levaram roupa, telefone, cordão. Quem fez isso não foi morador, foi a polícia mesmo”.

Dona Lúcia Helena, que nos atende ao balcão, conta que seu neto, de 22 anos, tem sido atormentado pela polícia por causa de um curativo – foi operado de apendicite. “A polícia pensa que é tiro. Ele trabalhou no PAC, depois ficou no seguro-desemprego, tem documento, tudo certinho. Mas a polícia acha que ele é bandido, ele não quer mais nem sair de casa”. Ela diz que, por ali, a única melhoria levada pelo PAC foi a pavimentação da travessa. “Foi alguma melhoria, o povo trabalha para o PAC, né? Mas depois que a obra acaba, fica tudo na mesma”.

Lúcia Cabral, coordenadora da ONG Educap, que trabalha com saúde da família, atualmente na região de Inferno Verde, uma das mais pobres do Complexo, mora na Joaquim de Queiroz há 43 anos. Ela cicero-neou o pessoal da Cruz Vermelha na manhã de 2 de dezembro. A maior parte dos problemas encontrados relaciona-se à saúde mental, incluindo vários casos de

síndrome do pânico. Também descobriram Marcelo Santos, de 21 anos, em estado de choque, torturado psicologicamente por policiais. “Um X9 [informante] apontou Marcelo como bandido e ele foi levado para uma casa abandonada, de um traficante. Ali, ele foi torturado por horas. Quando o pegaram em casa, toda a família estava lá. Falaram para o pai dele: ‘Seu filho, agora, o senhor vai ver lá em Catanduvas’ [presídio federal de segurança máxima, localizado no Paraná]”.

Lúcia está preocupada com os adolescentes presos e desaparecidos durante a invasão. “Ninguém sabe qual é o estado desses jovens. Eles são bandidos? São, mas são também adolescentes sem juízo, são seres humanos, não são bichos. Eles têm culpa pela escolha que fizeram? Têm, mas a sociedade também tem uma parcela grande de culpa. Ninguém se preocupa com as mães deles. Elas estão com medo de falar. Pode ser que mude alguma coisa, que realmente a chacina de 2007 [quando a polícia matou 19 pessoas no Alemão] tenha ficado para trás. Mas eu ainda tenho muitas dúvidas. Só quem mora no interior da comunidade sabe o que estamos sofrendo”.

## **As guerras do Alemão**

*A história do apoio das Forças Armadas à operação policial nas favelas da cidade foi apresentada como um exemplo a ser seguido, como uma “guerra limpa”.*

*A verdade, no entanto, é outra*

### **Foi uma guerra suja**

*Bem de longe, um policial atirou e matou Davi, o menino que fugia, desarmado, para a Serra da Misericórdia*

Davi Basílio Alves morreu a 25 de novembro, uma quinta-feira. Era por volta das duas e meia da tarde. Três centenas de policiais tinham invadido o Parque Proletário da Penha e a Vila Cruzeiro, favelas do chamado Complexo da Penha, na zona norte do Rio, uma hora antes. Davi, 17 anos, fugiu de moto logo que blindados da Marinha, pilotados por homens

dessa força e cheios de soldados do Bope, o Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar do Rio de Janeiro, saíram arrebetando casas, amassando carros, derrubando postes e encurralando os traficantes e seus “soldados” pelas vielas dos morros.

Davi, um desses “soldados” – como sua própria mãe reconhece –, desceu por uma das vielas que dá para a Vacaria, antiga zona rural da Penha. O nome hoje batiza a parte da Vila Proletária colada à face norte da Serra da Misericórdia, ainda muito verde, embora corroída por uma pedreira gigante. Na face sul da Serra está o aglomerado humano mais famoso da região: o Complexo do Alemão.

No ponto ao qual Davi chegou há um muro que cerca os domínios da Lafarge, empresa que explora a pedreira. Davi e um colega, que também fugia, largaram suas motos ao pé do muro. Subiram por uma escada de madeira, que dá acesso a um lixão, sempre coberto de porcos, já no terreno da Lafarge. E tentaram ganhar a mata.

O colega conseguiu. Davi, não. Um policial que o perseguia, de uma escadaria num trecho da via por onde ele tinha passado, atirou e o acertou. Uma pedra escura, diante da qual o rapaz caiu, ainda tem uma marca de bala. Um policial subiu até ele. Esticou a perna. Viu que ele estava morto. Com o coturno, virou o corpo do rapaz, diz uma das testemunhas por meio das quais *Retrato do Brasil* reconstituiu o assassinato.

O policial pegou a mochila que Davi carregava e a levou embora. O corpo ficou. Foi deixado ao relento por mais de dois dias. Nesse tempo foi mutilado por urubus e porcos. A família só conseguiu enterrá-lo no sábado, por causa do cerco da Serra da Misericórdia pelas forças de segurança estaduais e pelas Forças Armadas. Os policiais do Bope entraram pela mata da Serra e se instalaram por lá já na quinta à tarde. Na quinta à noite, o presidente da República autorizou o Exército, a Marinha e a Aeronáutica a apoiarem o cerco da Serra, com o objetivo de invadir as favelas do Complexo do Alemão, o que ocorreu no domingo, 28 de novembro.

Logo depois do assassinato de Davi, um helicóptero da polícia iniciou o cerco. Passou atirando na mata, diz uma testemunha que deixou a área da pedreira cinco minutos antes. Outra, parente de Davi, que tem casa na rua Aimoré, ao lado do muro da Lafarge, relatou o sofrimento da família, de saber que ele estava morto e não podia ser enterrado: “Eu tive de me ajoelhar diante de um soldado e pedir pelo amor de Deus para enterrar o menino”, diz.

Chegamos ao cômodo onde mora a família de Davi levados por Iago, seu irmão. Encontramos o menino, de oito anos, numa padaria, perto do Buraco Quente, uma baixada do Parque Proletário. Davi era o mais velho dos irmãos. Sobraram seis: duas meninas e quatro meninos, entre um e quinze anos. A mãe, dona Dineia, trabalha como doméstica e não está.

Localizada, não quis falar, nem que seus filhos fossem fotografados. Por eles fala um primo, o adolescente Romário: “Deixaram o corpo de Davi lá, para ser comido pelos porcos. Só porque a gente mora em favela, acham que a gente é bicho.”

A polícia criou uma teoria: a de que estava respondendo a uma ofensiva de terror dos bandidos contra a cidade, com atentados, queimas de carros. Essa ofensiva teria um motivo explícito – promover um protesto contra o sucesso da nova política oficial de segurança implantada na cidade do Rio de Janeiro, baseada na instalação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), os batalhões de policiais treinados especialmente para assumir o controle de áreas nas quais os bandidos armados tinham o comando.

A polícia vendeu à grande mídia também a tese de que houve uma senha específica para a realização desses atentados. Eles teriam sido disparados a partir de 21 de novembro, um domingo, quando meia dúzia de bandidos realizaram um assalto a três carros, seguido da queima de dois deles. Um fato como esse realmente existiu, perto de Duque de Caxias, no quilômetro 14 da Linha Vermelha, que sai do centro da cidade e permite acesso ao aeroporto internacional Antônio Carlos Jobim. “Foi a senha para uma sucessão de ataques que transformaram o Rio de Janeiro num campo de batalha”, disse a revista *Veja Rio*, com informações da Secretaria de Segurança do estado, na sua edição fechada na noite de 25 de novembro,

após a invasão das favelas do Parque Proletário e da Vila Cruzeiro.

Na parte seguinte desta história provaremos que essa senha nunca existiu. O fato concreto é que, na segunda, o dia seguinte ao suposto atentado-senha, houve uma reunião do alto-comando das polícias Militar e Civil no 22º Batalhão da Polícia Militar situado na área das favelas da Maré, no quilômetro seis da Linha Vermelha. Nessa reunião, as forças do estado anteciparam suas operações de segurança de fim de ano. E, na terça, invadiram 18 favelas. No dia seguinte, outras 28.

“O alvo principal”, disse o jornal *O Globo*, sintetizando a tese oficial, seriam “os responsáveis pelos ataques que estão apavorando a população”. Isso também não é fato – é a tese da polícia transformada em verdade pelo jornal. Na terça e na quarta, a polícia atacou em leque, em vários pontos da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, mais concentradamente na capital. Atacou favelas do Morro da Fé, do Grotão e da Chatuba, que também ficam no chamado Complexo da Penha, como a Parque Proletário e a Vila Cruzeiro. Atacou também a favela do Faz Quem Quer a dez quilômetros a noroeste, em Rocha Miranda. E, além de várias outras, em outros locais, 20 quilômetros a norte da Penha, no município vizinho de Belford Roxo, atacou as favelas do Guaxa e do Jardim Floresta.

Também não foram ataques cirúrgicos, feitos por policiais voltados especificamente para a tarefa

de prender os responsáveis pelo comando do plano terrorista que estaria em curso. Foram operações de guerra. A PM tem 40 mil homens. Para a Penha, por exemplo, foram despachados 500 para as operações de terça e quarta. Na vanguarda deles estavam cerca de 80 homens do Bope embalados em sete “caveiões”, veículos blindados de transporte sobre pneus utilizados pelo batalhão.

Como disse Ricardo Machado, sargento do Bope, a *O Estado de S. Paulo*, sobre suas ações na Penha nesses dois dias: “Foram 48 horas de muito tiro e granada. Um verdadeiro cenário de guerra”. Machado não chegou com a tarefa específica de prender esse ou aquele criminoso, identificado por seus serviços de inteligência. Partiu para a luta como sempre. “Quando a gente chega é a hora mais crítica, porque não sabe onde os bandidos estão” disse ao jornal. “Moradores ficam em casa, acuados.”

As favelas dos complexos da Penha e do Alemão têm juntas bem mais do que 100 mil moradores. A polícia andou divulgando que, na área, incluindo entre esses, é certo, gente como Davi, existiriam cerca de 600 bandidos. Ou seja: a secretaria chamada de Segurança Pública decidiu promover uma guerra contra um bando de traficantes e acuou cerca de 99,5%, a esmagadora maioria de seus moradores.

O repórter de *O Estado* teve a sabedoria de relatar esse outro ângulo da história. Publicou, ao lado do depoimento de Machado, o de Verônica, uma

paraibana, casada com João de Moura, contínuo. O casal tem dois filhos – um menino de dez e uma menina de um ano e três meses. São moradores de uma das favelas atacadas na Penha. “Estava com minha filha quando o tiroteio começou”, disse ela. “Estava acostumada a ouvir tiros. Mas dessa vez era em todo lugar. A menina ficou muito apavorada. Ao meio-dia a escola liberou as crianças, mas não deixou voltarem sozinhas. Fui buscar meu filho. Dava medo andar na rua. Tudo fechado. Ficamos os três trancados em casa. Aí faltou luz. Ficou pior. Nossa casa não tem janela. Meu marido não tinha como voltar para casa. O ônibus e o trem pararam. Ele teve de andar muito. Chegou depois da meia noite. A madrugada foi de muito tiro. Mas, mesmo assim meu marido foi trabalhar. Vitor nem foi para a escola. Não deixei. A Tamires continuou chorando muito. Não saí de casa porque morro de medo de bala perdida.”

O apoio das Forças Armadas ao confronto engendrado pelas polícias do Rio, a partir da quinta, agravou os problemas. O assalto das vielas das favelas por comboios liderados por blindados militares mais largos, mais pesados e menos flexíveis que os caveiões do Bope deixou um enorme rastro de destruição e danos em moradias e veículos de trabalhadores. RB percorreu uma dezena dessas vielas, no lado da Penha e no lado do Alemão, e colheu alguns exemplos.

Um blindado da Marinha subiu ao alto do Parque Proletário pela estreita Nossa Senhora da Aparecida, em direção à Vila Cruzeiro. À altura do

número 114, atropelou um poste e o foi puxando, com seus fios, carregando junto uma proteção de telhado da casa à direita. O poste foi jogado sobre uma casa do outro lado da rua, causando estragos. Quando o operador da máquina de guerra se deu conta, recuou. Aí fez o dano maior. Primeiro: com a esteira metálica, quebrou uma espécie de estrado de cimento, que cobria o encanamento de água sob o meio fio e o muro de proteção de viela que dá para umas três casinhas e para um templo católico que fica ao fundo. Segundo: com a traseira, atingiu o pilar da construção de dois pisos, na esquina da viela.

Renato, sua mulher e o casal de filhos – ela de oito, ele de três anos – estavam na casa de baixo, fechados, ouvindo o estrondo da máquina e o espoucar de tiros, por volta das duas da tarde. A casa tem quatro cômodos minúsculos: quarto, sala, cozinha e banheiro em não mais que 16 metros quadrados. Os azulejos começaram a cair. O teto da cozinha e do quarto e de mais uma parede lateral trincaram. Renato correu com a família escada abaixo pela viela. Subiu uns quatro degraus no fundo, à esquerda, que dão para a porta da igreja. Ela é grande, tem dois pisos, foi fundada em 1988. Mas estava fechada. A família ficou na escada, na porta do templo, esperando a guerra passar.

Outro blindado contornou a Vila Proletária – os moradores acham que vindo de Olaria, bairro vizinho à Penha. Ele subiu em direção à Vila Cruzeiro

pela Travessa Vicente de Paula. É uma ruela, construída em 2003, ao lado de um Ciep, o Centro Integrado de Educação Popular Carlos Brandão Monteiro, para segurar a encosta do morro, depois que as chuvas provocaram, naquele ano, um deslizamento no qual morreram cinco crianças. A ruela é estreita, o blindado passou arrancando pedaços de casas, de muros, os postes, dos dois lados. Depois, uma moça gravou, com o celular, as imagens da destruição. E as mostrou a RB.

Na subida da chamada Avenida Central, viela que dá acesso à estação do Morro do Alemão, um blindado abalroou um carro que um morador havia deixado na rua, por falta de gasolina, e o jogou sobre a residência de dona Neusa. O resultado foi a porta de entrada destruída, o encanamento de água rompido e a estrutura da casa abalada.

Na Vacaria, na rua Aimoré, depois de uma subida à altura de um campinho de futebol soçaito, cercado, dentro do espaço da Lafarge e próximo ao local onde Davi Alves foi assassinado, outro grande estrago. O blindado da Marinha girou para a esquerda, numa meia volta brusca, e bateu contra a garagem da casa de um advogado. Amassou o portão de metal e atingiu a traseira do carro que ali estava. Completa essa operação, atropelou o carro de Cristiano, cobrador na Viação Nossa Senhora de Lourdes – que estava estacionado, cuidadosamente, com as duas rodas de um dos lados sobre o meio fio, para deixar a rua livre – e o jogou sobre a vendinha de sua tia, que

fica na calçada, ao lado do campo. O carro foi totalmente destruído. Cristiano registrou queixa junto ao Ministério Público. A avaliação do prejuízo é de 5,5 mil reais. Uma mureta da vendinha foi destruída. Um dos seus pilares de sustentação se inclinou, ficou com a ferragem à mostra. O telhado cedeu e agora vaza durante as chuvas. A tia, dona Neia, tem 53 anos. É nascida e criada no lugar. Estabeleceu seu comércio ali há 10 anos. Seu prejuízo é grande e não há notícia de que o Estado esteja se preparando para pagar o estrago que fez.

A ocupação do Complexo do Alemão no domingo 28 de novembro foi a história da batalha que não existiu. A manchete de primeira página de *O Globo* do sábado 27, referindo-se à curta troca de tiros da manhã de sexta, que marcou a entrada das Forças Armadas em cena, dizia, com evidente exagero: “Intenso tiroteio entre o Exército e o tráfico abre batalha do Alemão”. A “batalha” que ocupou o coração do Alemão, à rua Joaquim Queiroz, no domingo, 28 de novembro, foi um passeio, de meia hora, como se verá. Os traficantes não agiram no tom épico da mídia mais fanática. Uns poucos se entregaram. Os principais chefões apontados pela polícia desapareceram. Após operações de buscas nas casas, realizadas após o controle da área, ao cabo de dez dias a polícia divulgou um balanço no qual contabilizou a prisão de 133 pessoas, a apreensão de 36 toneladas de maconha, 418 quilos de cocaína e de 496 armas e 43 granadas.

Entre as armas, 39 metralhadoras e 143 fuzis. E uma bazuca – dos anos 1940, que teria sido da Guerra da Coreia.

Não houve resistência efetiva. A força invasora formou colunas com blindados da Marinha à frente e caveirões atrás, ambos carregados de tropas do Bope. Soldados do Exército e da PM, a pé e em veículos leves, completavam as colunas. Tanques do Exército, alguns com canhões, outros apenas com metralhadoras, postaram-se nas entradas e saídas do Alemão – mais de 40 – para dar apoio à revista de todos que passavam. Houve ainda sobrevoo das favelas por helicópteros com atiradores de elite. Às 7h50 de domingo um helicóptero blindado da Polícia Civil despejou uma saraivada de tiros que durou nove minutos na principal entrada da rua Joaquim Queiroz, que estava vazia. Às 7h59, entraram por essa rua agentes da Polícia Civil. À frente deles estava o delegado Rodrigo Oliveira. Ele chegou ao Areal, considerada a parte mais perigosa da rua, em 20 minutos, disse a *O Globo*. “Eu fui o primeiro a chegar no Areal. Esses bandidos não passam de frouxos. Onde estão os brabos? Desapareceram, fugiram como ratos.”

O delegado, aparentemente, não sabe fatos triviais. O motorista que conduziu RB pelas vielas da Penha e do Alemão, uma vez foi forçado a levar uns amigos de “Pezão”, Luciano Martiniano da Silva, líder do tráfico no local, à sua festa de aniversário numa das esquinas do Areal. Ficou com seu táxi nas vizinhanças

da esquina da Joaquim Queiroz com o seu apêndice, que é a Areal, até a madrugada. Foi uma festa tranquila, com comida e bebida boa. Sem som alto. “Chefe do tráfico tem casa em vários lugares e não gosta de confusão no local em que trabalha”, diz nosso guia.

O certo é que já às 10h45 do domingo da invasão, o delegado Marcus Braga, do gabinete de gestão da crise criado na sexta, anunciou que a situação era “preocupantemente tranquila”. A força invasora entrou por várias vias de acesso, fazendo, sem encontrar maior resistência, como já relatado, amplos e variados estragos na precária infraestrutura dos aglomerados pobres do local.

E começou a batida, casa por casa, que se estendeu por todo dezembro e ainda continuava até a metade de janeiro. Nem a Polícia e muito menos o Exército, que não tem essas atribuições, pode invadir uma casa sem mandado judicial. O lar é um espaço inviolável do cidadão. A Polícia só pode entrar nele depois de provar a necessidade da operação para um juiz. O procurador geral do estado do Rio, Carlos Antônio Nóbrega, saiu-se com a tirada de que a situação dessas áreas era atípica pelo fato de a Polícia ter encontrado armas e drogas em lugares que poderiam ser considerados insuspeitos. Argumentou que a invasão das casas, mesmo sem a denúncia de crimes estarem sendo cometidos nelas, especificamente, poderia ser interpretada como a de um “flagrante generalizado”.

Algumas dezenas de queixas contra abusos dos policiais foram registradas nas promotorias e nas ouvidorias do estado e da própria Polícia, após a invasão. Mas muitas dezenas ficaram sem serem feitas. Por todo canto, ainda no final de janeiro, se ouviam denúncias não formalizadas. O povo tem medo da polícia, talvez mais do que dos bandidos com os quais convive diariamente há décadas.

Na travessa da viela Areal, o casal Daniel e Daniela mostra o ferro onde se assentava a fechadura de sua casa, arreventado pelos policiais. Em não mais que 16 metros quadrados, moram ali com os dois filhos, um de quatro, outra de um ano. Tinham ido para a casa da cunhada, em Olaria, fugindo da invasão do dia 28. Quando voltaram, os vizinhos contaram que a porta fora arreventada pelos policiais com uma marreta. Disseram também que teriam levado o cofrinho onde haviam acumulado o dinheiro, cerca de 300 reais, com o qual iam comprar para o menino, no Natal, um videogame. Como o brinquedo já estava anunciado há tempos, tiveram de comprar, com sacrifício de outras despesas.

Rosa Maria, 47 anos, que mora há 40 na região onde fica a estação Fazendinha do teleférico que está sendo construído na região, diz a RB que os soldados invadiram sua casa no domingo dizendo que ela tinha droga escondida e que seu filho tinha envolvimento com o tráfico. “Meu marido trabalha há 23 anos numa mesma firma. Meu filho tem 21 anos

e trabalha desde menino. Os policiais jogaram tudo no chão, reviraram móveis, roupas. Eles queriam era dinheiro.”

Como diz a *RB* Gustavo Mehl, da Justiça Global, uma organização não governamental (ONG) que passou vários dias visitando as favelas da Penha e do Alemão e ouvindo queixas: “Encontramos diversas casas reviradas, com móveis quebrados, guarda-roupas destruídos. Em algumas, o teto rebaixado tinha sido destruído. Em muitas, a louça tinha sido quebrada. Mas, em todos os casos, o que prevaleceu foi o medo de falar, de denunciar a polícia. Há uma certa naturalização do abuso policial, uma aceitação da criminalização da pobreza, do fato de a polícia entrar na casa deles sem mandado judicial.”

Descontadas todas as humilhações, os pequenos roubos, os danos causados ao patrimônio dos moradores, resta, finalmente, um balanço mais trágico a fazer: quantas pessoas a polícia, com ajuda das Forças Armadas, matou nessa operação contra o tráfico, apresentada à opinião pública como uma guerra limpa, exemplar? Os jornais contabilizam perto de 60 mortes, durante todo o período entre terça, 23 de novembro, data do início da repressão policial, e domingo, 28 de novembro, invasão do Alemão.

Não há um balanço oficial da polícia nem das Forças Armadas, que assumiram o comando na área, sobre as mortes na operação. Um dos pontos da ação é obscuro. Quantos dos bandidos vistos às

dezenas pelas câmeras de helicópteros das TVs Globo e Record fugindo para a Serra no dia da invasão do Parque Proletário e da Vila Cruzeiro foram mortos? A tropa de bandidos deve ter fugido ao mesmo tempo que Davi, por volta das duas e meia, ou antes. Os apresentadores do noticiário da Globo foram avisados pela repórter que estava no helicóptero da emissora e gravava as imagens da fuga dos bandidos. E começaram a transmiti-las ao vivo. “São três horas da tarde”, diz um deles. A essa altura parte dos fugitivos já estava perto do ponto mais alto da Serra. As câmeras mostraram que eles passavam por uma área de beneficiamento de minérios da pedreira, cujos equipamentos foram vistos em primeiro plano, depois do perfil de casas do morro onde estão assentadas as moradias das duas favelas.

Na transmissão da Globo, três pessoas falaram: uma apresentadora e um apresentador da emissora e o comentarista Rodrigo Pimentel, que foi, e, pelo que diz, parece ser ainda, do Bope. A surpresa dos dois apresentadores pareceu grande. De início a moça chegou a imaginar, ao ver uma moto descendo a Serra, que ainda havia gente indo para o local de combate. Logo se convenceu de que era mesmo uma fuga. De repente, os apresentadores perceberam que os fugitivos estavam se agachando. E viram sinais de tiros, que levantavam poeira do chão. Dois dos bandidos caíram. O comentarista perguntou a Pimentel se havia soldados da polícia para cercar os traficantes

em fuga. Pimentel disse que não. “Nós” – com o plural, Pimentel quis dizer, provavelmente, “nós do Bope” – “apostávamos no enfrentamento. Toda a organização dos criminosos sugeria o enfrentamento”.

Pimentel disse também que os tiros estavam vindo possivelmente de um helicóptero. Os comentaristas indagaram à repórter que estava na aeronave da emissora se existia algum helicóptero da polícia sobrevoando a região. Ela confirmou. A polícia atirou a partir de um helicóptero e matou gente em fuga? Possivelmente, sim, apesar de isso ser proibido desde que o ex-governador Leonel Brizola descobriu essa forma de extermínio, de a polícia ser a executora, sem julgamento, de uma pena de morte, que, aliás, não existe nas leis do País.

A cobertura da fuga dos bandidos pela Globo e pela Record acabou criando um problema para a polícia, que estava atirando nos fugitivos para matá-los? Também pode ser que sim. Um líder comunitário, Celso Campos, disse ao repórter Plínio Fraga, da *Folha de S.Paulo*: “Uma mãe me contou que foi pegar o corpo do filho lá no alto da mata. Viu outros dois corpos que estavam sendo comidos pelos porcos.”

Quantas mortes ocorreram nos caminhos, nos ermos e nas matas da Serra da Misericórdia, controladas no chão por um contingente do Bope e vigiadas de cima por helicópteros com atiradores especiais? Só uma investigação ampla poderá mostrar. Moradores da Vacaria e alguns assistentes sociais

que estiveram na área falam de um forte cheiro de decomposição orgânica, por dias, na região.

### **A guerra da TV**

*A grande mídia conduziu as decisões do governador Cabral e do presidente Lula para a intervenção das Forças Armadas nas favelas*

O secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame, é apontado como o herói das operações realizadas entre os dias 21 e 28 de novembro. De fato, a grande mídia cobriu Beltrame de elogios. Mas é verdade, também, que Beltrame não conduziu essa operação, nos seus lances principais. Ele foi comandado por seu chefe, o governador Sérgio Cabral. Este teve um apoio crucial do presidente da República de então, Luiz Inácio Lula da Silva. E, mais ainda, tanto Cabral, como Lula, foram conduzidos por uma força política maior, a grande mídia conservadora. No Rio, isto significa dizer o império Globo de jornalismo – com a principal emissora de TV do País, o jornal diário de maior circulação e a rádio de maior audiência da cidade.

Beltrame passou boa parte da segunda-feira, 22, em Brasília. Não estava articulando a intervenção militar, disse aos jornais, o que certamente é verdade, como se verá. Mas, com certeza, o assalto a quase 50 favelas realizado nos dois dias seguintes, terça e quarta, foi comandado por ele. E é ele também, com

toda probabilidade, o pai da informação de que a Vila Cruzeiro seria, então, o foco do mal, de que lá estariam concentrados, e mesmo se exibindo, os bandidos fortemente armados que desafiavam a polícia para o confronto, agindo sob ordens de seus chefes já presos. A *Veja Rio* já mencionada, que foi às bancas no sábado 27, diz que a senha para os atentados contra a política de UPPs foi o assalto e queima de carros na Linha Vermelha, no domingo 21. Nela, Beltrame afirma com todas as letras: “As ordens vieram do presídio federal de Catanduvás, no Paraná, e de Bangu 3”, outro presídio, na zona oeste do Rio. “De lá [as ordens] chegaram à Vila Cruzeiro e se espalharam.”

A polícia de Beltrame passou para jornalistas de *O Globo* cópias das duas cartas principais que confirmariam a trama. Mas não são cartas dos chefões presos para seus comandados. São cartas para esses chefões, Marcinho VP e My Thor. Teriam sido enviadas por dois supostos comandados deles, que se assinam Tiago e Felipe. Num português precário e relativamente cifrado, elas contêm sugestões como a de que é preciso fazer algo em relação às UPPs. Um trecho de uma delas: “Em relação de da um lance nos bruxos nas UPPs esse papo já foi dado nos amigos”. Outro diz ainda: “Os amigos que estão de frente no B-3 falaram que qualquer missão que passarem para eles vão cumprir”. Essas cartas foram apreendidas um mês antes dos episódios que teriam sido a senha para os ataques que criaram a “onda de pânico” no

Rio referida pelos jornais a partir de 21 de novembro e encerrada com a grande invasão pacificadora que teria sido a “tomada do Complexo do Alemão”.

Ondas de pânico no Rio são comuns. A imprensa as batiza dessa forma e elas não têm maiores consequências. Fazem parte da tragédia que se pode chamar de “a vida como ela é” no Rio, cidade com 20% de favelados, proporcionalmente duas vezes mais do que em São Paulo. Tinha havido outra “onda de pânico” na cidade, dez dias antes. Na ocasião, disse *O Estado de S. Paulo*: “Após a ampliação das UPPs para a zona norte, uma onda de pânico se alastrou pela cidade”. Num texto sucinto, o jornal fala em pelo menos seis carros incendiados, procura examinar as causas de cada incêndio para confirmar se teriam sido atentados ou não e não chega a maiores conclusões. E também porque a tal “onda” se esvaiu. Mas a onda pegou, dez dias depois?

Por quê? Porque VP e My Thor finalmente teriam recebido as cartas de Tiago e Felipe e dado a ordem para os atentados? Não é verdade. As cartas não chegaram a eles. Quem conta os detalhes é o diretor da penitenciária de Catanduvas, Fabiano Bordignon. A penitenciária tem um sistema duro de inspeção das visitas dos presos. Eles passam nus por 15 portas de aço e inúmeros detectores. E têm de se agachar várias vezes no trajeto. As cartas para VP e My Thor foram apreendidas com Rosângela Ferreira, flagrada quando tentava passar com elas dentro da vagina, a 20 de outubro.

O marido dela não é ligado ao tráfico de drogas, diz Bordignon. Mas também está preso em Catanduvas. E o porte das cartas pela mulher faria parte dos serviços prestados por ele aos dois traficantes do Comando Vermelho. A tese de Beltrame de que as ordens vieram de Catanduvas cai por terra porque, além de as cartas não terem chegado a VP e MyThor, ninguém mais teve contato com eles a seguir: eles foram colocados em regime de isolamento total. Cabe a pergunta: quem cria as ondas de pânico no Rio? Os bandidos ou a polícia? Está claro, em nossa história, de que a chamada onda de pânico de 21 a 28 de novembro foi criada pela polícia. É ela que saiu prendendo e arrebetando – sozinha, de início, e apoiada pelas Forças Armadas, depois.

RB esteve no 22º Batalhão da Polícia Militar, incrustado no vasto conglomerado de favelas do chamado Complexo da Maré, ao lado da Linha Vermelha, perto da Penha. O 22º BPM sediou a reunião que, na segunda-feira, programou os ataques. E participou deles. O major Silva Júnior, subcomandante do batalhão, 42 anos, 19 deles na PM, repete o que se ouve sempre. “O combate ao crime no Rio tem suas peculiaridades. Os bandidos armam-se para a guerra”. A afirmação é verdadeira, em parte apenas.

A cidade do Rio de Janeiro tem mais de mil favelas localizadas sobre morros de acesso difícil, em muitas das quais alojam-se traficantes armados com pontos de venda de drogas proibidas bastante visíveis

para quem consegue entrar nesses territórios. Mas está longe de ser verdade que os bandidos se armam para uma guerra contra a polícia. No Rio, com certeza, nessa nossa história, a guerra foi a polícia quem fez.

Foi certamente a polícia também que passou para a revista *IstoÉ* a informação de que “em dois bailes *funk*, um na Rocinha e outro no Complexo do Alemão, realizados no último fim de semana”, ou seja, em torno de domingo, 14 de novembro, “traficantes em postos de chefia nas facções criminosas Comando Vermelho, Terceiro Comando e Amigos dos Amigos sacramentaram a sua união para detonar os ataques”. A polícia faz isso há tempos. Meses antes, em 21 de abril, no seu site na internet, *O Globo* disse que a polícia teria apreendido carta na qual se revelaria que “traficantes de pelo menos 45 grandes favelas, como a da Rocinha e do Complexo do Alemão, teriam se encontrado na favela da Grota, para discutir um ‘pacto’, para enfrentar o projeto bem-sucedido das UPPs”.

Ao apresentar à imprensa seus balanços da “onda de terror”, que os bandidos estariam tentando criar num protesto contra as UPPs, a polícia do Rio alimentou a mídia conservadora com todo tipo de ocorrência que pudesse caber nessa rubrica, fosse em Cabo Frio, a 200 quilômetros do Complexo do Alemão, fosse nas zonas sul, norte e oeste do Rio. Como se o crime organizado estivesse tocando fogo no estado.

Foi a polícia de Beltrame que resolveu partir para a guerra, para o confronto. E, nesses confrontos,

uma defesa dos bandidos é queimar carros para dificultar a passagem dos policiais. Tanto é que dos 101 veículos que a polícia diz terem sido incendiados entre os dias 21 e 28 de novembro, 80, mais de três quartos, portanto, são de terça, quarta e quinta, dias das invasões do Parque Proletário da Penha e da Vila Cruzeiro. Ou seja, os fatos não mostram um desafio ao Estado brasileiro, que exigiria a ação das Forças Armadas do País em defesa da lei e da ordem, como permite a Constituição.

Acompanhar as ações de Beltrame na véspera da invasão do Parque Proletário e da Vila Cruzeiro ajuda a entender como a intervenção militar no Rio foi armada. *RB* reconstituiu importantes detalhes dessa armação, contando com os depoimentos de duas assistentes sociais. Uma é do Morro da Fé, também do conjunto de favelas da Penha. Outra é da Vila Proletária. Ambas trabalham conversando com moradores para disseminar conhecimentos básicos de prevenção e tratamento de Aids, tuberculose e doenças sexualmente transmissíveis em geral. E moram na região há muitos anos.

Elas contam que a polícia foi como que enxotando os bandidos do leste para o oeste, do Morro da Fé, para o outro lado do morro, na favela da Chatuba, e daí para o Parque Proletário da Penha. A favela da Chatuba é famosa pelos bailes que reuniam centenas de pessoas no fim de semana, inclusive gente famosa moradora da zona sul do Rio. *RB* esteve na quadra

da Associação de Moradores local, onde o baile era realizado. Ela fica num extremo da rua Jurumirim. Esta cruza várias ruas importantes da parte mais urbanizada da Penha. Nos seus extremos ao sul, quando todas começam a elevar-se na direção da Serra da Misericórdia, elas se transformam em vielas intransitáveis para carros.

A Jurumirim termina dentro do Parque Proletário, numa esquina que foi filmada do helicóptero da Globo, às dez horas da manhã da quarta, quando a PM atacou pesado na Chatuba e muitos fugiram de lá. As imagens da Globo mostram motoqueiros chegando diante do bar que existe no local, no qual estavam pintadas as iniciais CVMM e o número 22. Os motoqueiros parecem desesperados. Um joga a moto no chão, em frente ao bar, aparentemente sem desligá-la e se enfia por uma das duas vielas que o margeiam e que não pode ser vista mais profundamente porque não há iluminação suficiente.

Outros dois entram pela viela onde há muitos homens, talvez duas dezenas, aparentemente caminhando para dentro da favela. Na frente da viela, homens parecem apontar armas para o local de fuga dos motoqueiros, sinal de que pode estar havendo troca de tiros com os perseguidores. A repórter da *Globo* que transmite as imagens feitas pelo helicóptero no noticiário do meio-dia diz que elas foram feitas uma hora e meia antes e que houve troca de tiros com a polícia.

Uma das assistentes sociais que ajudou RB a reconstituir a cena diz que o fato aconteceu por volta das dez horas da manhã, sem dúvida. A PM atacava pelos lados da Chatuba, conta ela. Muita gente corria de lá. Ela mesma correu do lugar onde estava, a uma quadra do local filmado pela Globo, mais para dentro do Parque. E se enfiou num templo evangélico. RB vai ao local em meados de janeiro. O bar está funcionando. A dona do local, no entanto, mandou apagar, com massa de cimento cinzenta, a sigla e os números que cobriam a fachada que dava para a Jurumirim.

Essas imagens da fuga da Chatuba para o Parque Proletário foram transformadas por Beltrame numa exibição dos bandidos, um “fator surpresa” que o teria levado ao pedido de apoio à Marinha para invadir, no dia seguinte, as favelas. O que deflagrou a invasão, perguntou a Beltrame a *Folha de S.Paulo*? “No final da tarde, no dia das imagens dos bandidos se exibindo com armas na Vila Cruzeiro, acionamos a Marinha. E eles nos ajudaram prontamente. Começou assim o planejamento. Houve o fator surpresa”, respondeu o secretário. Como se vê pela história da ação da polícia, na área desde terça, e pelas imagens da Globo, de quarta, não se tratou de uma exibição. Mas de uma fuga e de uma defesa.

À noite, o governador Cabral anunciou pelo *Jornal Nacional*, da Globo, que havia solicitado e obtido, do ministro da Defesa, Nelson Jobim, e do comandante da Marinha, almirante Julio Soares de Moura, “apoio

logístico, com transportes, viaturas e equipamentos importantíssimos para o combate aos criminosos.” O almirante Álvaro Monteiro e o vice almirante Carlos Leitão, em entrevista a *O Estado de S. Paulo*, contaram que o governador Cabral, para convencer o ministro Jobim da necessidade de apoio da Marinha, disse que um caveirão do Bope tinha sido encurralado na Vila Cruzeiro e estava sob fogo cerrado dos bandidos.

A história também é outra e foi contada por um repórter da *Folha* que ouviu um dos soldados do Bope que estava no caveirão citado: “Caraca, meu irmão, quase incendiaram o blindado. Ainda bem que o motorista era bom”. O veículo do Bope foi atacado de fato, com coquetéis *molotov*, e teve três pneus furados. Mas voltou, e o fogo foi apagado, conta o repórter. Numa matéria de *O Globo*, publicada um dia depois que a da *Folha*, para justificar a invasão das favelas com o apoio de blindados da Marinha, o jornal transformou “um caveirão” em “caveirões” e disse que todos tinham sido detidos: “No dia anterior, durante uma operação numa favela vizinha à Vila Cruzeiro, os caveirões da PM ficaram pelo caminho, com os pneus estourados.”

Na quinta, o Exército não estava ainda disposto a enviar tropas para as favelas. Beltrame, durante o dia, dava como certo que o Exército não entraria na operação. Em entrevista a *O Globo* nesse dia, disse que o Exército, ao contrário da Marinha, não estava disposto a emprestar blindados e outros equipamentos para

a operação: “O Exército vê isso de outra forma. Tenho que respeitar a opinião deles. Em 2007 e 2008 foram solicitados equipamentos deles e o Exército se posicionou como uma situação impossível. A gente aceita e respeita”. Ainda na tarde desse dia, 25 de novembro, Cabral e Beltrame, segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, teriam tido uma “rípida” discussão.

Possivelmente o governador forçou Beltrame a mudar de posição em função da grande repercussão da transmissão ao vivo das imagens da fuga dos traficantes pela Serra da Misericórdia. Oportunista, Cabral apelou para o presidente Lula, que estava na Guiana. Às oito e meia da noite, quando dava uma entrevista para a revista *IstoÉ*, o governador recebeu a resposta do presidente de que mandara Jobim ordenar ao Exército, à Marinha e à Aeronáutica que apoiassem as forças policiais do Rio. Datada de quinta-feira, 25 de novembro, o Ministério da Defesa publicou a “diretriz ministerial 14/2010” na qual diz que o presidente da República determinou:

1) “o emprego das Forças Armadas para a garantia da lei e da ordem no Rio de Janeiro”;

2) ao comandante do Exército acionar “800 militares” para “serem utilizados na proteção do perímetro em áreas conflagradas a serem tomadas pelas forças estaduais e pela Polícia Federal”;

3) que esse efetivo fosse comandado por oficial “designado pelos militares” para atuar em “coordenação e articulação” com as demais forças;

4) ao comandante da Aeronáutica que garantisse o envio de dois helicópteros para “utilização com atiradores”;

5) e, ao comandante da Marinha, o envio de equipamentos para visão noturna e comunicação e dez viaturas blindadas.

Não ficou definida, no entanto, uma relação de subordinação das forças policiais às Forças Armadas. A diretriz de Jobim falava em relação de cooperação entre as partes. Mas quem daria as ordens no campo de operações? A polícia do Rio ou as Forças Armadas? Preocupado em preservar a autonomia do estado do Rio, o ministro da Justiça manteve até o fim de novembro a tese de que “o comando de todas as operações continua com a polícia do Rio”. Disse que “as Forças Armadas estão em atividades de apoio”. E que “as forças do Rio mantêm o protagonismo das ações de maneira satisfatória”.

Entre os comandantes militares instalou-se a confusão. Alguns, como o almirante Monteiro, se entusiasmaram com a oportunidade criada e já se viam em novas e grandes manobras. Apoiado em Monteiro, *O Globo* chegou a anunciar que estava tudo pronto para a invasão da Rocinha. Outros generais, principalmente do Exército, conta o jornal *O Estado de S. Paulo*, em alguns artigos, cobraram que as Forças Armadas só poderiam intervir tendo o comando pleno das operações.

A solução encontrada foi uma nova “diretriz” do ministro Jobim, a 15/2010, assinada em 4

de dezembro e que determinou ao comandante do Exército a organização de uma Força de Paz (FPaz) subordinada ao Comando Militar do Leste, situado no Rio. É claro que isso foi feito a posteriori. Desde a madrugada de sexta, 26 de novembro, 1,8 mil soldados – 800 para a ação e mais mil para a retaguarda, numa eventualidade – além de tanques e outros carros de guerra, da 26ª e 27ª Brigadas de Paraquedistas e do 15º RCM, o regimento da chamada cavalaria mecanizada, da Vila Militar do Rio, começaram a se deslocar para o entorno do Complexo do Alemão a fim de garantir o cerco dos traficantes. Enquanto isso, buscava-se a diretriz que “legalizaria” o que já estava sendo feito.

Curiosamente, depois desses vários improvisos, o ministro da Defesa, respondendo à pergunta sobre se a intervenção no Rio seria “uma preparação gradativa para que o Exército, a Marinha e a Aeronáutica exercessem cada vez mais o papel de polícia, como no Rio”, respondeu: “Sim, foi uma decisão estratégica”. Como se sabe, existe um esforço de desviar as Forças Armadas brasileiras do seu papel de defesa do País para transformá-las num apêndice de ajuda humanitária dos grandes exércitos ocidentais. Assim, a declaração do ministro é ainda mais preocupante.

### **A guerra do teleférico**

*No lugar de um esforço para o saneamento das favelas, o governo optou por uma espécie de escada rolante para turista passear pelo alto dos morros*

A Serra da Misericórdia, com uma ferida gigante aberta em suas costas pela mineradora francesa Lafarge, domina a paisagem natural da região das favelas da Penha e do Alemão. Na arquitetura do lugar, até há pouco, o destaque era a Igreja da Penha, situada a pouco mais de cem metros do nível do mar, no alto de um dos conjuntos de morros ao norte. A partir do mês que vem, se tudo der certo nos planos oficiais, ao sul da serra, no alto dos morros do Adeus, da Baiana, do Alemão, da Alvorada e da Fazendinha, serão inauguradas grandes estações nas cores laranja e azul, que hoje já se destacam na paisagem mais que a Igreja da Penha. Elas são parte de um teleférico, a maior realização do governo Lula na região.

A obra foi tocada de modo a ser inaugurada pelo presidente antes de deixar o governo. A cerimônia foi marcada para 21 de dezembro. Nesse meio tempo houve a “onda de pânico” no Rio e a invasão das favelas da Penha e do Alemão. Mesmo assim, o presidente fez, no dia marcado, uma inauguração simbólica do projeto: entre a estação de Bonsucesso, na Central do Brasil, onde o teleférico começa, e as estações do Adeus e da Baiana. Não chegou às três estações que ficam em torno da rua Joaquim

Queiroz, que é, pode-se dizer, o coração do Complexo do Alemão.

A Joaquim Queiroz é um fundo de vale, entre a Serra da Misericórdia e uma cordilheira de três morros ao sul. Nesse trecho, o teleférico sairá do morro do Alemão, na ponta leste da Misericórdia, e seguirá, por cima do vale da Joaquim Queiroz, para a estação Alvorada. E daí, por torres de sustentação pregadas nesses morros, numa trajetória paralela ao vale, chegará ao extremo oeste da linha, a estação Fazendinha.

A demora das obras nesse trecho não é casual. Os pontos escolhidos para as estações do Alemão e da Alvorada foram núcleos centrais do complexo. Eram pontos densamente povoados, e até agora há expropriações a serem feitas em torno das estações, cuja construção está quase no fim. A chamada Avenida Central, a ruela pela qual se sobe para a estação do Alemão, a partir da estrada Itararé, que margeia o complexo pelo leste, não foi reformada: só dá passagem a um veículo por vez em vários trechos. A partir da estação, subindo por uns 150 degraus de várias escadinhas de cimento e outro tanto de altura por vários planos inclinados, se chega a um descampado perto do cume da serra. O local era conhecido como a Praça da Morte. Ali teria sido queimado por bandidos do Comando Vermelho o jornalista Tim Lopes.

A estação Alvorada, por sua vez, também em fase de conclusão, fica no antigo Largo do Coqueiro,

no qual se fazia uma espécie de feira livre do tráfico. E todo o entorno dela ainda depende de expropriações para que possa ser usada mais amplamente pelos moradores, de acordo com o projeto que busca um aproveitamento social do teleférico.

A questão do uso do teleférico como meio de transporte pelos moradores do local é outro problema muito longe de estar equacionado. O teleférico não é como os bondinhos dos planos inclinados que sobem e descem os moradores pelas encostas dos morros e param em estações intermediárias. Para chegar a todas as estações, salvo a de Bonsucesso, que está a cinco metros do nível do mar, o morador das partes baixas dos morros tem de subir suas vielas e escadarias ou tomar uma condução, como um micro-ônibus, de linhas hoje inexistentes.

Para se ter uma ideia da dificuldade de acesso, tome-se a Igreja da Penha. Os devotos da Nossa Senhora dos Penhascos hoje chegam a ela por uma estrada de pedra pela qual, de carro, se leva uns dez minutos. Depois, têm a opção de um bondinho. Ou a de subir os 382 degraus escavados no penhasco, que formam o trecho final do acesso. E a Igreja da Penha está, como a estação do Alemão, a 110 metros de altura em relação ao nível do mar. A do morro do Adeus está a 137 metros.

A essa altura dos acontecimentos, os autores do projeto do teleférico estão pensando mais no turismo, nas pessoas que querem ver as favelas do

alto, do que no transporte dos moradores. O vídeo que apresenta o teleférico mostra isso explicitamente: mais do que um instrumento para o transporte de passageiros da região, o teleférico oferecerá uma magnífica oportunidade para se ver a paisagem, diz o locutor que conduz os futuros passageiros pelas estações, construídas por computação gráfica no alto dos morros.

O problema do saneamento ambiental da região é muito grave e pode ser introduzido com duas viagens em torno da Joaquim Queiroz. Uma delas pelo Morro do Alemão, tendo como guia o mestre de capoeira Juarez Ferreira. Ele conduz o repórter RB das proximidades da estação do teleférico, situada na parte alta do morro, pelo que chama de rua São Felipe. É uma viela de piso bem acabado, com menos de dois metros de largura, pregada no morro com concreto e, em trechos, ladeada por corrimões de ferro.

A São Felipe se esgueira por entre as moradias, algumas com vista para o fundo do vale. Mestre Ferreira é também bombeiro hidráulico. Na entrada, mostra um arranjo que fez nos encanamentos da Cedae, a companhia de águas do estado. O cano principal era de metal, tinha perto de 50 anos. Ele o bloqueou e desviou o fluxo para canos de plástico.

Cem metros morro a dentro, Ferreira para num mirante, no qual dois jovens soltam pipas. Olhando para a Joaquim Queiroz lá em baixo, assim

de longe, a vista é de uma beleza assustadora. As vielas aparecem e desaparecem, acompanhando as veias da formação rochosa onde as construções se apoiam, com os fios elétricos, os encanamentos de água, os de esgoto, miraculosamente instalados. O dia está claro e parece que tudo funciona.

Saindo da São Felipe e subindo do teleférico em direção à antiga Praça da Morte, logo se percebe que não é bem assim. Chega-se a uma área grande, onde existe há tempos um campo de futebol e onde o governo federal, cerca de três anos atrás, fez uma grande movimentação de terra. O campo, a terraplanagem, uns barracões no local, são peças de um plano ambicioso: o de transformar a Serra da Misericórdia num grande parque ecológico.

O plano tem sentido, já consta de regulamentos municipais e estaduais. É preciso preservar a vegetação do alto da Serra, que tem também muitas vertentes de água. Mas os problemas são inúmeros. A obra ficou na movimentação de terra. O restante do processo de construção foi suspenso. Hoje a água abre sulcos profundos na terra exposta. E o povo não para de se apossar de terrenos à volta, nas escarpas altas dos morros.

Seu Salviano é um desses populares. Mostra ao repórter um recibo de uma posse de cerca de 150 metros quadrados que comprou bem no alto do morro, de uma dona Marli, por mil reais. O documento é assinado pela vendedora, que tinha um barraco

no lugar, e referendado pelo presidente da associação de moradores. É datado de 5 de maio de 2004.

Além do problema da posse de muitos terrenos que terão de ser expropriados para a consolidação do parque, há também o problema de conter a expansão desordenada das habitações, o que agrava as dificuldades de saneamento da área. Embora exista água em quase todo o morro, não existe coleta de águas pluviais nem sistema de coleta de lixo e esgoto que dê conta, minimamente, da proteção contra enchentes, da limpeza e mesmo da salubridade da área.

Para ver isso melhor, basta descer do morro, percorrer a Joaquim Queiroz e uma de suas vielas para ouvir duas histórias. A primeira é de Francisco e sua família, mulher e quatro filhos, dono do “Françóis, pensão e salgadinhos”. Ele e a mulher vieram do Ceará há 23 anos. Compraram o ponto onde hoje fica o bar, de cerca de três por cinco metros, e o piso superior. O casal e os filhos moravam nessa parte alta. Mudaram-se para uma área melhor, fora da Grota, como é conhecido o vale da Joaquim Queiroz. E passaram a alugar seus aposentos, como uma pensão.

O problema principal de Francisco são as enchentes. Quando chove muito a Joaquim Queiroz transborda. Ele construiu duas comportas para as entradas do bar e as eleva para conter a enxurrada. “Existe uma galeria de águas pluviais. Mas ela tinha que ser refeita, aprofundada. Do jeito que está a água transborda, passa por cima.”

O programa de saneamento que acompanhou o teleférico nessa área basicamente conectou as estações à rede de coleta de esgotos anteriormente existente. E fez melhorias pontuais nas entradas das vielas. Quando se vai viela adentro se vê que a melhoria é pequena e, como diz um morador, mais de 80% do saneamento ainda está para ser feito. A casa de seu Gilvan, paraibano de 72 anos, é um exemplo. Saindo do “François”, deixando a Joaquim Queiroz por sua variante, a Areal, cerca de 20 metros depois vira-se numa viela à direita e, mais dez metros, se chega à frente da casa dele. Seu Gilvan começou a construí-la quando chegou ali há 43 anos. Nela moram ele e a mulher, três filhos casados e muitos netos. Dos nove filhos que teve, seis morreram.

A casa é uma construção de certa imponência, com três pavimentos. Acessar os seus cômodos não é fácil. Há escadas externas sem corrimão de proteção. Para se chegar a uma de suas entradas tem que dar uma volta em toda a construção. Mas tudo parece muito bem, as paredes externas estão em parte pintadas de branco e de azul.

Gilvan leva RB aos fundos para mostrar o problema. E é uma tristeza. A água desce do morro, mesmo sem maiores chuvas. Vem carregando lixo e esgoto do alto. Vista dos fundos da casa de Gilvan, a viela na qual ele mora é um verdadeiro lixão.

Os problemas da urbanização do lugar são gigantescos. Na entrada da Joaquim Queiroz, a

partir da estrada do Itararé, à esquerda está a cerca de madeira que isola a Vila Olímpica da rua. A vila foi construída em 2001. E inaugurada novamente em meados do ano passado, depois de uma reforma de 1,2 milhão de reais, como obra do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC). Em meados de 2010, onde hoje está a cerca havia uma fila de construções do comércio local que foram demolidas.

Adão Ferreira Pinto, de 51 anos, tem uma casa de fundos na Joaquim Queiroz a que se tem acesso por uma viela logo após a Vila Olímpica. Como parte do projeto de urbanização da área, a prefeitura resolveu alargar a Joaquim Queiroz, e uma das etapas desse trabalho era derrubar as construções na margem da Vila Olímpica, além de outras. No final de 2009, colocou nas portas de quatrocentos imóveis o seguinte aviso: “A Coordenação de Controle Urbano, no uso de suas atribuições legais, notifica os ambulantes que estão ocupando irregularmente o presente logradouro público que deverão desocupar o lugar imediatamente, sob pena de apreensão das mercadorias e respectivos equipamentos, sem prejuízo das multas previstas em lei e da comunicação à Polícia, esta no caso de Crime de Resistência, Crime de Desobediência, Crime de Desacato e Crime de Contrabando ou Descaminho.”

A remoção ocorreu seis meses depois. Adão até hoje não se conforma. “Minha loja era de tijolos, era uma loja como as outras. Para o comércio,

o choque de ordem que a prefeitura deu no dia 8 de junho foi pior do que tudo que se viu agora”, diz referindo-se à invasão do dia 28 de novembro. “Fizeram um centro comercial num lugar impróprio para o comércio, atrás da escola Tim Lopes, numa rua nova, onde não passa ninguém. Acusaram a gente de contrabando, de descaminho, de ocupação de via pública. Destruíram as lojas justamente nas datas que a Defensoria Pública estava de recesso. Me ameaçaram, disseram que podiam me prender, me consideravam o líder dos comerciantes.”

No dia anterior à invasão do Alemão, conta Adão, ele ficou preso fora da comunidade. “Estava ajudando meu irmão numa pintura”, diz. Com a entrada da Joaquim Queiroz bloqueada, teve de chegar à sua casa pelo morro. “Subi uma escadaria enorme, fiquei com uma grande dor na perna. E cai num bueiro onde fizeram os prédios do PAC. Vou ter que tirar o menisco do joelho”, diz. Adão está há 40 anos no Alemão, com 5 filhos que também moram lá. Conta: é de uma família de comerciantes; construiu suas posses vendendo peixes, ganhos por ajudar pescadores que partiam do local onde está hoje o chamado piscinão de Ramos, quando as entradas na Baía de Guanabara do local eram outras com vários rios limpos. Hoje, o banho público em Ramos é em águas acomodadas artificialmente no piscinão, protegido do canal de mar poluído, situado entre o bairro e a Ilha do Governador, por uma duna.

A Serra da Misericórdia divide, em duas bacias hidrográficas, a área da cidade do Rio situada no continente em frente às ilhas do Governador e do Fundão, onde ficam o aeroporto internacional Antônio Carlos Jobim e o campus da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Os rios Escorremão e Nunes descem para a Baía de Guanabara dos morros da Penha, grudados ao norte da Serra. E os rios Faria e Timbó vão para a Baía depois de descer dos morros ligados à Serra pelo sul, no Complexo do Alemão.

Embora as favelas da Penha sejam tão pobres quanto as do Alemão, no seu plano de ativação da economia esboçado no final de 2006 e lançado no início de 2007, o governo Lula optou por, numa primeira fase, começar pelo Alemão, a área mais turbulenta e mal-afamada. E assim, dentro do “PAC do Saneamento” e do “PAC das Favelas” se encaixou o “PAC do Alemão”.

Como diz um documento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), trata-se de uma intervenção sociourbanística, com recursos repassados pela Caixa Econômica Federal (CEF), os quais, acrescidos das contrapartidas dos governos do estado do Rio e da cidade, chegam a cerca de 830 milhões de reais. A obra mais destacada e mais cara do PAC do Alemão é o teleférico. Em seus custos devem ser incluídas os cabos, as 152 gôndolas importadas e as obras civis contratadas com empreiteiras brasileiros

– a OAS e a Odebrechet – que levarão os passageiros da primeira estação, ao lado da estação de trens comuns da Central do Brasil, em Bonsucesso, para as cinco outras.

Nos custos do teleférico devem ser incluídos também os das instalações amplas para atividades que beneficiem as populações pobres da área, que estão sendo montadas nessas estações, além dos custos das desapropriações que tornaram possíveis enfiar essas estações, de modo geral, no cume de morros apinhados de moradias das comunidades.

O pai da ideia do teleférico é o vice-governador, Luiz Fernando Pezão. Ele trouxe o projeto de Medellín, na Colômbia. “O Complexo do Alemão era um grande desafio e conseguimos na Colômbia um sistema de transporte que poderá integrar todas as regiões e se tornar uma atração turística do bairro”, disse ele na época. Quando Pezão apresentou o projeto em debate realizado com engenheiros e arquitetos do Rio houve a seguinte cobrança: por que não desengavetar projetos de saneamento da área já existentes e paralisados há décadas? Por que optar por uma obra menos relevante embora muito mais vistosa?

A ideia do modelo colombiano, consideradas as evidentes ligações do governo daquele país com a política de militarização do combate ao tráfico, desagradada muitos, até hoje. A ideia de um “choque civilizatório”, empurrado goela abaixo dos muitos movimentos

comunitários que se animaram com a possibilidade de influir no PAC, também provocou oposição. Mas o debate não prosperou. Os governos tinham pressa. Com o apoio do governador Cabral e do presidente Lula, no começo do segundo semestre de 2007, o “PAC do Alemão” apoiado no teleférico se consolidou. E, a essa altura, a linha, com suas seis estações e cerca de 3,5 quilômetros de comprimento, já estava projetada pelo engenheiro francês Eric Romagna.

Começaram as desapropriações que abriram espaço para as estações no alto dos cinco morros e na área onde seria feito o conjunto habitacional para os deslocados. Muitos não foram para o conjunto. Venderam suas casas. O preço médio foi de 18 mil reais. A especulação imobiliária disparou. “Hoje, as casas estão em média em torno de 60 mil reais”, diz Alan Brum Pinheiro, coordenador do Instituto Raízes em Movimento, ONG que atua no complexo. Um texto do Ipea, com um histórico do projeto, diz que Pinheiro “foi o primeiro gerente técnico de trabalho social do projeto no Alemão, com uma equipe de 27 pessoas. Foi o único que veio da própria favela para ocupar um cargo em comunidades com obras”. Pinheiro diz nesse relatório que uma de suas grandes preocupações era a de unificar as ações do estado e do município. “Mas não deu”, diz ele.

No caso de Adão Ferreira, entrevistado por *RB*, que reclama das desapropriações da área de comércio da Joaquim Queiroz, a Secretaria Especial

da Ordem Pública do Rio diz, também no texto do lpea, que se trata de um comerciante, cuja família tem cinco lojas no Alemão e ao qual foram oferecidos até 38 mil reais por loja. “É um empresário. Foi para a Justiça e perdeu a liminar”, disse o porta-voz da secretaria. Com certeza, com um patrimônio de família, incluindo filhos adultos, de 190 mil reais, Ferreira não pode ser considerado mais que um cidadão de classe média modesta.

Na inauguração do teleférico de 21 de dezembro, o presidente Lula levou consigo o governador Cabral, vice-governador Pezão, o prefeito carioca, Eduardo Paes, e Carlos Nuzman, o presidente do Comitê Olímpico Brasileiro. Afinal muito turista que virá para a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016 vai querer ver o famoso Complexo do Alemão do alto, de preferência com a polícia bem instalada por baixo, como se pretende.

No dia seguinte à invasão, a manchete do caderno especial de *O Globo* sobre a “guerra do Alemão” dizia que a liberdade tinha aberto as asas sobre o Rio. Quanto à vida, a segurança e a liberdade, tanto a de falar, como a de ir e vir, a de ter uma casa com água, esgotamento sanitário que funcione direito, é outra coisa. Stelberto Porto Soares, que foi diretor da Cedae e coordenador do projeto de saneamento do Rio entre 1993 e 1995, e criticou a opção pelo teleférico, diz que a situação do esgotamento sanitário é muito ruim nas favelas do Rio.

Na região do Alemão todo o esgotamento sanitário é lançado no canal onde passava antigamente o rio Faria-Timbó e é hoje um esgoto, em alguns trechos, a céu aberto, que, durante as grandes chuvas, transforma-se num conjunto de lagos de sujeira espalhados pelas suas ruas marginais. Na Penha, a situação é a mesma, diz ele, porque não há um interceptor que colete o esgoto sanitário antes de ele chegar à galeria de águas pluviais do canal que beira a baía. No Alemão também não foi instalada nenhuma estação elevatória e nenhuma pequena estação para tratar os esgotos empurrados por elas, das 83 elevatórias e das 32 miniestações construídas na cidade na área das favelas. Bem verdade, diz ele, que só meia dúzia dessas elevatórias e duas miniestações são hoje operacionais: “O ex-prefeito César Maia assumiu a responsabilidade pelo saneamento das favelas, retirando-o da Cedae, e nada fez. Agora, o governador Cabral está negociando retomar para a Cedae o encargo do saneamento dessas áreas.”

Mais ainda: com a falta dos interceptores para capturar o esgoto e levá-lo para tratamento antes que chegue aos canais de escoamento da água das chuvas, a Estação Alegria, para tratamento dos esgotos, obra gigantesca construída há 20 anos e instalada no continente ao sul da Ilha do Fundão, funciona com cerca de 50% da sua capacidade. E os que a construíram e venderam seus equipamentos estão felizes. Tanto que há os que a chamam de

## O pacto pela vida de Eduardo Campos

estação “Alegria dos Empreiteiros”. E, é claro, não se trata de empresários como Adão Ferreira, o burguês da Joaquim Queiroz, no entendimento da Secretaria Especial da Ordem Pública do Rio.

*\*Colaboraram os repórteres Lia Imanishi Rodrigues e Maurício Barros Castro. E Reinaldo Bastos.*

